



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

VICTOR FERNANDO RAMOS DE OLIVEIRA

SINDICALISMO DOCENTE: a participação sindical dos
professores da rede municipal de Castanhal-PA no SINTEPP

BELÉM-PA
2019



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

VICTOR FERNANDO RAMOS DE OLIVEIRA

SINDICALISMO DOCENTE: a participação sindical dos professores da rede municipal de Castanhal-PA no SINTEPP

Texto de dissertação submetido ao Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculado ao Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, Linha de Políticas Públicas educacionais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Edilene S. Ribeiro.

BELÉM-PA
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48s Oliveira, Victor Fernando Ramos de
Sindicalismo docente: a participação sindical dos professores da
Rede Municipal de Castanhal-PA no SINTEPP / Victor Fernando
Ramos de Oliveira. — 2019.
142 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Maria Edilene da Silva Ribeiro
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do
Pará, Belém, 2019.

1. Sindicato. 2. Sindicalismo docente. 3. Participação. I.
Título.

CDD 331.88113711

VICTOR FERNANDO RAMOS DE OLIVEIRA

SINDICALISMO DOCENTE: a participação sindical dos professores da rede municipal de Castanhal-PA no SINTEPP

Texto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculado ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: 28/02/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Edilene S. Ribeiro
Universidade Federal do Pará – UFPA
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Odete da Cruz Mendes
Universidade Federal do Pará – UFPA
(Membro Interno)

Prof. Dr^o André Rodrigues Guimarães
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
(Membro Externo)

BELÉM – PA
2019

Dedico este trabalho àqueles e àquelas que, em tempos de reificação do individualismo, lutam e percebem que para quebrar o seu grilhão é preciso quebrar o do outro também, por acreditar que só assim podemos construir uma nova sociabilidade.

AGRADECIMENTOS

A Deus por todo amor, energia e luz que me fizeram chegar até aqui!

À minha família, em especial à minha mãe Cícera por todo esforço para me manter no caminho dos estudos, aos meus irmãos Lucas e Luana pelo carinho, ajuda financeira e psicológica nesse período.

Aos meus amigos Doni, Fernando, Harrison e Thamillis pelo companheirismo durante toda a trajetória dos estudos e da vida. À minha amiga Patrícia com quem pude trocar ideias sobre a vida e as angústias da vida de mestrando.

À minha orientadora Professora Edilene Ribeiro a quem agradeço imensamente por toda humanidade, compreensão e ensinamentos nesse processo de estudos.

Aos professores membros da banca André Guimarães, Dalva Valente e Odete Mendes pelas contribuições críticas para construção desta investigação.

Às professoras do programa Vera Jacob, Fabíola Grello, Terezinha Monteiro, Dalva Valente, Rosana Gemaque, Sônia Araújo e Laura Alves por todo o conhecimento compartilhado nesse caminho dos estudos da pós-graduação.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Superior –GEPES que me acolheu e com quem aprendi, pude rir e dividir os momentos de alegria e tensões vivenciados. Vocês foram essenciais: Leila, Thayane, Ana Paula, Abel, Tarcísio, Ítalo, Sandy, Samantha, Reinaldo. Neste grupo quero agradecer especialmente a Jennifer e sua família por me acolherem em sua casa, com certeza aprendi muito com vocês!

Aos amigos do quinteto filosófico Mirian, Izan, Paulo e Uislei que com quem pude contar sempre, dividir os risos e angustias durante esse processo.

Ao SINTEPP-Castanhal e todos os professores que participaram desta pesquisa, certamente sem esse apoio não seria possível a concepção deste trabalho.

À secretaria de educação do município de Castanhal por atender minhas solicitações de disponibilização de dados para discussão desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES pela bolsa de estudos concedida nesse que muito contribuiu para minha total dedicação aos estudos.

Ao povo trabalhador que sustenta esta universidade pública e me possibilitou esta oportunidade de estudo.

Às vezes eu penso que eu mudo o mundo apenas com palavras, mas o que muda mesmo são atitudes, minha prática.

Victor Oliveira

Há homens que lutam um dia e são bons
Há outros que lutam um ano, e são melhores
Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons
Porém há os que lutam toda a vida
Estes são os imprescindíveis

Bertolt Brecht

A luta em favor do respeito aos educadores e à educação inclui que a briga por salários menos imorais é um dever irrecusável e não só um direito deles. A luta dos professores em defesa dos seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética. Não é algo que vem de fora da atividade docente, mas algo que dela faz parte.

Paulo Freire

Ser professor e não lutar é uma contradição pedagógica
Paulo Freire

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres.
Rosa Luxemburgo

RESUMO¹

O objetivo deste estudo é investigar a participação dos docentes da rede municipal de Castanhal-PA nas ações do SINTEPP, como se identificam enquanto classe social e o posicionamento da direção, em meio ao refluxo no movimento docente. Em vista da crise estrutural do capital que tem promovido diversas transformações no mundo do trabalho, que aprofunda a exploração do trabalho e corrói a organização dos trabalhadores, vivenciamos, segundo especialistas, uma crise do sindicalismo. Nesse universo o SINTEPP-Castanhal apresenta-se com uma taxa de filiação de 43% entre os professores da Rede Municipal de Castanhal-RMC, dado superior à taxa de sindicalização nacional de todos os trabalhadores, que é de 12%. Nesse sentido, emerge o seguinte questionamento: em meio ao contexto de refluxo no movimento docente, como vem se manifestando a participação dos docentes no sindicato, sua identidade de classe social e o posicionamento da direção no SINTEPP-Castanhal? Na busca de configurar essa totalidade que permeia a participação sindical desses docentes, foram feitas análises de documentos, aplicação de questionários e entrevistas. Ao final desta pesquisa identificamos que entre os filiados e não filiados que participam das atividades sindicais são motivados por questões instrumentais, ideológicas e solidárias, mas também identifiquei alguns limites dessa participação, como: corporativismo, terceirização da luta, indiferença, assim como a própria intensificação do trabalho docente; por outro lado o sindicato/direção tem conseguido focalizar pautas da categoria, mas neste momento também apresenta desafios para conseguir fortalecer a participação da base, por limitações na comunicação e formação sindical, dentre outros. Assim, esta pesquisa aponta que o fortalecimento da participação dos trabalhadores é fundamental para que os sindicatos saiam da postura defensiva e possam articular ações ofensivas de lutas reais que convirjam com a emancipação da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Sindicato; Sindicalismo docente; Participação.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

ABSTRACT²

The objective of this study is investigating the participation of the teachers of the municipal network of Castanhal-PA in the actions of the SINTEPP, how they identify themselves as social class and the positioning of the direction, amid the reflux in the teaching movement. In view of the structural crisis of capital that has promoted various changes in the world of labor that deepens the exploitation of labor and erodes the organization of workers, we experience, according to experts, a crisis of trade unionism. In this universe, SINTEPP-Castanhal presents a 43% enrollment rate among the Castanhal-RMC Municipal Teachers, which is higher than the national unionization rate for all workers, which is 12%. In this sense, the following question emerges: amid the context of reflux in the teaching movement, how has the participation of teachers in the union, their social class identity and the positioning of management in SINTEPP-Castanhal been manifest? In the search to configure this totality that permeates the union participation of these teachers, it was made analysis of documents, application of questionnaires and interviews. At the end of this research, we identify that among affiliates and non-affiliates who participate in union activities are motivated by instrumental, ideological and solidarity issues, but also identify some limits of this participation, such as: corporatism, outsourcing of struggle, indifference, as well as the intensification of the teaching work itself; on the other hand, the union/direction has managed to focus on the category, but at the moment it also presents challenges to strengthen the participation of the base, due to limitations in communication and union formation, among others. Thus, this research points out that the strengthening workers' participation is essential for unions to step out of the defensive posture and articulate offensive actions of real struggles that converge with the emancipation of the working class.

Key-words: Trade Union; Teaching syndicalism; Participation.

² This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1- Busca geral e busca com filtro na área do conhecimento “educação” do banco de Teses e Dissertações da CAPES sobre sindicalismo.....	17
TABELA 2- Dados das eleições do SINTEPP-Subsede Castanhal de 1989-2018.....	47
TABELA 3- Rendimento médio do professor por nível de formação, etapa e região, 2009.....	61
TABELA 4- Como os professores da RMC se mantêm informado sobre as ações do SINTEPP-Castanhal, 2018.....	83
QUADRO 1- Dissertações e teses selecionadas que abordam sindicalismo docente da educação básica, área do conhecimento <i>educação</i> - CAPES - 2013/2016.....	18
QUADRO 2- Mapa do sexo na ocupação de cargos da coordenação do SINTEPP-Castanhal, 1989-2018.....	60
QUADRO 3- Níveis de participação.....	85

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Filiados ao SINTEPP-Castanhal por rede de ensino, 2018.....	53
GRÁFICO 2- Cargo dos trabalhadores em educação da RMC filiados ao SINTEPP, 2018.....	57
GRÁFICO 3- Sexo dos professores da RMC filiados ao SINTEPP, 2018.....	58
GRÁFICO 4- Zona geográfica dos professores filiados da RMC no SINTEPP, 2018.....	62
GRÁFICO 5- Faixa etária dos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, 2018.....	65
GRÁFICO 6- Sexo dos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, 2018.....	66
GRÁFICO 7- Nível de formação dos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, 2018.....	67
GRÁFICO 8- Carga horária de trabalho mensal dos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, 2018.....	68
GRÁFICO 9- Rede(s) de Ensino em que atuam os professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, 2018.....	70
GRÁFICO 10- Motivos da não filiação apresentados pelos professores da RMC participantes da pesquisa, 2018.....	73
GRÁFICO 11- Percepção sobre a importância ou não da atuação do SINTEPP dos docentes da RMC, não filiados, 2018.....	75
GRÁFICO 12- Frequência da participação dos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, 2018.....	78
GRÁFICO 13- Motivos da participação dos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, 2018.....	79
GRÁFICO 14- Motivos que dificultam a participação nas ações do sindicato dos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, 2018.....	81
GRÁFICO 15- Percepção de incentivo da coordenação sindical à participação nas ações do sindicato dos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, 2018.....	84

GRÁFICO 16- Percepção dos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, sobre motivos para não participação no sindicato, 2018.....	86
GRÁFICO 17- Ações indicadas pelos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, para promover maior participação docente no sindicato, 2018.....	87
GRÁFICO 18- Sobre a identidade de classe dos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, 2018.....	89
GRÁFICO 19- Sobre participação política ou social dos docentes participantes da pesquisa, 2018.....	90
GRÁFICO 20- Orçamento do Governo Federal executado em 2018.....	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AG	Assembleia Geral
AGE	Assembleia Geral Extraordinária
APC	Associação dos Professores de Castanhal
BM	Banco Mundial
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CIA	Central Intelligence Agency
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GESTRADO	Grupo de Estudos sobre Trabalho Docente
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCCR	Plano de Cargos, Carreira e Remuneração
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPS	Partido Popular Socialista
RMC	Rede Municipal de Castanhal
SINTEPP	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. O SINDICATO E O SINTEPP-CASTANHAL.....	26
1.1 O sentido do sindicato para os trabalhadores: uma perspectiva revolucionária....	27
1.2 Da Associação ao Sindicato: o histórico de lutas do SINTEPP-Castanhal no contexto da crise estrutural do capital.....	38
1.2.1 Sobre a origem do sindicalismo operário e docente no Brasil.....	39
1.2.2 O SINTEPP- Castanhal: da associação à organização sindical	43
2. SINDICALIZAÇÃO DOCENTE NO SINTEPP- CASTANHAL: FILIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	52
2.1 Perfil dos professores sindicalizados da rede municipal de Castanhal (RMC).....	53
2.2 Por que os docentes participam ou não do sindicato?	65
3. A ATUAÇÃO DA DIREÇÃO DO SINTEPP-CASTANHAL NO CENÁRIO DE CRISE DO SINDICALISMO.....	91
3.1 A concepção de participação sindical para os sindicalistas	95
3.2 A atuação do SINTEPP-Castanhal	102
3.3 A participação sindical da base	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	128
APÊNDICES	138

INTRODUÇÃO

*“Sem teoria revolucionária,
não há movimento revolucionário”*
(LÊNIN, 2015, p.71)

Esta dissertação tem como abordagem central a participação sindical docente da rede municipal de Castanhal³-PA. O SINTEPP/Castanhal é uma subseção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará (SINTEPP), sindicato que tem abrangência em todo o território do estado do Pará, e é filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

O SINTEPP-Castanhal, agrega professores e demais trabalhadores da educação pública que atuam na rede municipal e estadual deste município. Atualmente tem 662 filiados, dos quais 446 são professores da rede municipal de Castanhal.

O interesse pelo tema emergiu em decorrência da minha trajetória na escola pública, pois, quando ainda cursava o ensino médio, entre um período e outro de estudo, haviam as greves e paralisações dos professores, que geravam questionamentos entre os estudantes, sobretudo acerca dos motivos que levavam a categoria a fazer tais mobilizações.

Quando ingressei na universidade pública, notei que a realidade era similar, haja vista que os docentes também se organizavam e construíam espaços de luta por seus direitos. Assim sendo, juntamente com a formação acadêmica da graduação, também ocorreu a formação política com a minha inserção no movimento estudantil, o que me ajudava a compreender os motivos das greves e paralisações dos professores.

Ao concluir a graduação voltei à escola pública na condição de professor e os questionamentos do período de estudante eram respondidos à medida que, na condição de trabalhador da educação, a realidade da escola pública se evidenciava diante de mim. Tal condição aprofundou ainda mais os meus questionamentos, do por quê dos professores se organizarem e realizarem greves e paralisações.

Apesar da Constituição Federal de 1988, instituir em seu artigo 206 a “valorização dos profissionais da educação escolar”, as atuais condições de trabalho do professor da escola pública, estando alinhadas com políticas educacionais neoliberais, não sinalizam melhoras para este senão por meio de sua organização em coletivo. Visto que, “entre a capacidade organizativa dos professores e o desenvolvimento da política educacional existem vínculos dialéticos profundos” (FERRAZ e GOUVEIA, 2013, p. 127).

³ Município localizado na região nordeste do Pará e o sexto mais populoso do estado com uma estimativa, no ano de 2016, de 192. 571 mil habitantes (IBGE, 2017).

Os questionamentos então começaram sobre o poder de interferência do sindicato naquela circunstância contextual, pois em um município em que todos os professores eram contratados, até aquele momento não havia tido nenhum concurso público. Esse fato reforçava a pergunta: quem era o sindicato e o que podia fazer? Em meio a reflexões críticas, percebi que devido os trabalhadores estarem todos desamparados, sem estabilidade no seu trabalho, pouco o sindicato poderia fazer, dado o medo que todos os professores tinham de enfrentar o governo municipal, pelo poder que tinha de contratar e demitir a qualquer momento.

Aliada a essa experiência de trabalho durante a minha participação no movimento estudantil, no município de Castanhal-PA, ainda no período da graduação, tive contato com membros da direção do SINTEPP/Castanhal. E foi durante conversas com esses sindicalistas que pude perceber que, apesar deste sindicato ser um dos mais atuantes no município, a organização apresentava uma fragilidade a respeito da participação dos professores.

Então, ao buscar compreender sobre o sindicalismo docente encontrei a pesquisa *“Trabalho docente na Educação Básica no Brasil”* que foi realizada em sete estados, dentre eles, o Pará, sob coordenação do Grupo de Estudos sobre Trabalho Docente – GESTRADO/PA. O estudo identificou que dos seus 1.400 professores entrevistados, o nível de filiação sindical era de 25% e destes apenas 7% participavam efetivamente das ações e decisões da entidade (MAUÉS, 2012). Resultados que inquietaram a autora e levaram a questionar sobre “[...] o que verdadeiramente se passa entre os docentes, que apesar dos problemas identificados pela própria categoria, não têm interesse em participar da organização e da resistência levada a cabo pelo sindicato que os representa?” (MAUÉS, 2012, p. 167).

Cardoso (2003) acredita que neste momento o sindicalismo vive uma crise decorrente das transformações do mundo do trabalho. Essas transformações são resultantes da resposta à crise do modelo de expansão capitalista taylorista/fordista/keynesiano que emergiu no início da década de 70, evidenciada nas quedas das taxas de lucro, ficando “cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo” (HARVEY, 2008, p. 135). A resposta a essa crise implicou na implantação de um novo modelo de produção industrial, o toyotismo, assim com uma nova concepção política ideológica que respondesse a essa crise do capital, expressa pelo neoliberalismo (FRIGOTTO, 2003).

A partir desse momento, é fato que tanto o trabalhador quanto a sua organização (sindicato) sofreram impactos nessa reestruturação do mundo do trabalho. Antunes (2007)

afirma que as transformações presenciadas no mundo do trabalho atingiram não só a materialidade da classe trabalhadora, mas a sua subjetividade. Corroborando com essa ideia, Alves (2011, p.115) diz que a crise que o sindicalismo vive expressa “[...] em parte, as dificuldades de as instituições políticas (e sindicais) enfrentarem a ‘guerra de oposição’ que ocorre no campo da subjetividade das individualidades da classe do trabalho”.

Aqui no Brasil essas mudanças no modo de produção e reprodução social se evidenciaram nos anos 90, com a implantação do neoliberalismo a partir do governo de Fernando Collor (1990-1992). E paralelo a essa nova realidade, este também foi o momento em que os docentes começaram se organizar de maneira mais efetiva (MAUÉS, 2012).

Os docentes do serviço público só puderam organizar-se em sindicato, a partir da Constituição de 1988, pois até então era proibida a sua sindicalização. O que não quer dizer que os professores não estavam organizados, pois anterior à criação dos sindicatos, as associações eram o meio pelo qual estes se organizavam. Mas porque os professores não podiam se organizar em sindicato?

Para compreender tal questão é necessário saber que o sindicato tem sua origem na Inglaterra do século XIX⁴ onde, em decorrência da revolução industrial, as indústrias aglomeravam trabalhadores nos centros urbanos com péssimas condições de trabalho e de vida, então os sindicatos são criados como meio de resistência coletiva dos trabalhadores contra os baixos salários e alta carga horária de trabalho que os patrões impunham (ANTUNES, 1979). Apesar das causas imediatas constituírem as lutas sindicais,

[...] os sindicatos constituem-se também força organizadora da classe operária na luta pela supressão do sistema de trabalho assalariado. Devem ser considerados como centro de organização dos operários visando sua emancipação econômica, social e política (ANTUNES, 1979, p. 13).

A história da origem dos sindicatos já nos dá uma ideia do porquê o Estado brasileiro proibia os servidores públicos, dentre eles os professores, de se organizarem em sindicato. Pois sendo o Estado o patrão dos servidores públicos, não seria – e continua não sendo- de seu interesse uma resistência organizada de seus trabalhadores contra as suas ordens.

No entanto, é necessário observar que os sindicatos não são organizações a-históricas, decerto sofreram transformações ao longo do século XX passando a apresentar “uma

⁴ “Quando, em 1824, os operários obtiveram o direito à livre associação, essas sociedades rapidamente se expandiram por toda a Inglaterra e tornaram-se fortes. Em todos os ramos de trabalho constituíram-se organizações semelhantes (*trade unions*), com o objetivo declarado de proteger o operário contra a tirania e o descaso da burguesia. Eram suas finalidades fixar o salário, negociar *en masse**, *como força*, com os patrões, regular os salários em relação aos lucros patronais, aumentá-los no momento propício e mantê-los em todas as partes no mesmo nível para cada ramo de trabalho; por isso, trataram de negociar com os capitalistas uma escala salarial a ser cumprida por todos e recusar empregos oferecidos por aqueles que não a respeitassem” (ENGELS, 2008c, p.250).

infinidade de facetas, acompanhando as transformações que aí se deram, se dotando de configurações, até então, inimagináveis” (ARAÚJO FILHO, 2015, p. 09).

Nesse sentido, considerando que a crise estrutural do capital, que eclodiu no início dos anos 70 é o acontecimento do século XX o qual, segundo Harvey (2008, p. 08) tem ocasionado “uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas”, é necessário destacar que a análise deste trabalho tem como ponto de referência os desdobramentos dessa crise para compreender o nosso objeto de estudo em questão, qual seja a participação docente no SINTTEP-subsele Castanhal.

Para direcionar melhor o estudo do objeto em questão, foi realizado um levantamento no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES sobre o que tem sido produzido sobre o assunto no período de 2013-2016.

Metodologicamente, neste levantamento foi utilizada a palavra “sindicalismo” sobre a qual foram apresentadas pela busca 185 trabalhos. Em seguida, para fins de identificar produções que tratassem especificamente sobre o sindicalismo docente, foi feita uma busca por meio da opção de filtro de área, que o site possibilita, apenas dos trabalhos produzidos dentro da área *Educação*, gerando a apresentação de 11 teses e 13 dissertações, os quais foram analisados seus títulos, palavras-chave e resumos, para finalmente selecionarmos quatro teses e três dissertações que têm maior aproximação com nosso tema.

Tabela 1: Busca geral e busca com filtro na área do conhecimento “educação” do banco de Teses e Dissertações da CAPES sobre sindicalismo.

PALAVRA CHAVE	QUANTIDADE DE TRABALHOS- BUSCA GERAL
Sindicalismo	185
PALAVRA CHAVE	QUANTIDADE DE TRABALHOS- BUSCA ÁREA: EDUCAÇÃO
Sindicalismo	24

Fonte: elaboração própria com base no *Banco de Teses e Dissertações da CAPES* (20.06.2017).

Após analisados os títulos, palavras-chave e resumos dos 24 trabalhos foram selecionados quatro teses e quatro dissertações que têm maior relação com nosso tema que é *sindicalismo docente da educação básica*⁵.

⁵ Dentre os trabalhos selecionados, não foi possível fazer a análise da dissertação de Débora Pinheiro Donato, devido não estar disponível para consulta, conforme notificação do Programa de Pós-Graduação, no qual esta concluiu sua pesquisa.

Quadro 1: Dissertações e teses selecionadas que abordam “sindicalismo docente da educação básica”, área do conhecimento *educação* - CAPES - 2013/2016.

Autor (a)	Título	Nível/Ano	Instituição-Orientador (a)
Juan Carlos Da Silva	A política educacional do governo José Serra (2007-2010): Uma análise da atuação da APEOESP	Dissertação 2013	UNICAMP-Salvador Antonio Mireles Sandoval
Hélida Balardini Lança	O jornal sindical e a formação política: o caso da UDEMO junto aos diretores de escola da rede estadual paulista.	Dissertação 2013	UNINOVE-Miguel Henrique Russo
Débora Pinheiro Donato	Percepções sobre o sindicato e sindicalização dos professores da rede estadual de ensino do Paraná	Dissertação 2013	UFPR-
Danusa Mendes Almeida	Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo de professores públicos no Ceará (1962-1992): a APEOC/sindicato e o SINDIUTE	Tese 2015	UFSCAR-Amarílio Ferreira Júnior
Eder Carlos Cardoso Diniz	Sindicalismo, docência e formação política do professor da educação básica pública	Dissertação 2014	UFMT-Simone Albuquerque da Rocha
Danielle Maria Vieira Alves	Identidade profissional docente e participação sindical	Tese 2015	UFJF-Diva Chaves Sarmento
Aline Chalus Vernick Carissimi	Ação sindical na construção da agenda política: um estudo sobre as reivindicações e negociações da APPSINDICATO com os governos entre os anos de 2003 e 2015	Tese 2016	UFPR-Andrea Barbosa Gouveia
Edgard Leite De Oliveira	Greve dos Trabalhadores da Educação da Rede Estadual de Minas Gerais em 2011 - Experiências e Sujeitos	Tese 2016	UFMG-Rogério Cunha Campos

Fonte: elaboração própria com base no *Banco de Teses e Dissertações da CAPES* (20.06.2017).

A partir da leitura destas pesquisas é possível concluir que em sintonia com os governos federais desde Collor (1990-1992), os governos estaduais analisados atuam para a consolidação do receituário neoliberal, pautando a precarização das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, o que torna emergente a busca por meios de se contrapor à essa lógica (SILVA, 2013; LANÇA, 2013, ALVES, 2015).

Nesse sentido, o sindicato docente há muito se apresenta como uma possibilidade de organização dos trabalhadores da área educacional. No entanto, em relação aos sindicatos dos trabalhadores em educação, o que observamos atualmente, e as pesquisas de Lança (2013), Almeida (2015) e Carissimi (2016) nos mostram, é uma burocratização e fragmentação nas estruturas sindicais, bem como a “judicialização”⁶ das lutas sindicais e sindicatos sem forças para ir além de pautas imediatas.

⁶ O termo traduz o processo de “interferência de um poder de Estado para tutelar a ação sindical” (ESPAÇO SOCIALISTA, 2014)

Assim é possível compreender os embates internos da luta sindical, visto que, enquanto uns buscam lutar dentro das conformidades do capital, não vislumbrando lutas mais gerais, outros veem a necessidade de um sindicato desatrelado das estruturas dos governos e do Estado, um sindicato combativo, aquele que deve propor e articular uma nova sociabilidade (DINIZ, 2014; ALMEIDA, 2015; OLIVEIRA, 2016).

As pesquisas analisadas também nos mostram que professores que participam do sindicato se posicionam diante das questões que se refletem na educação pública. E essa participação perpassa a construção da identidade profissional de professores, não sendo determinantes em todos os casos, mas com grande influência para aqueles que estão no dia a dia da luta sindical (ALVES, 2015).

Dentre a produção das sete investigações analisadas é possível perceber que nos últimos quatro anos as pesquisas sobre o sindicalismo docente da educação básica foram objeto de cinco estudos em programas de pós-graduação em educação de universidades da região sudeste. Além destas identificamos uma pesquisa na região sul, e a outra pesquisa analisada é de uma universidade da região do centro-oeste. E de todas estas pesquisas apenas uma tem como objeto de estudo a participação sindical.

A partir dos fatos até aqui apresentados emerge a questão problema desta pesquisa: em meio ao contexto de refluxo no movimento docente, como vem se manifestando a participação dos docentes no sindicato, sua identidade de classe social e o posicionamento da direção no SINTEPP-Castanhal? Nesse sentido, conforme os estudos de Ribeiro (2013) compreende-se que o problema de pesquisa se constitui em um movimento histórico e determinado por um conjunto de fatores políticos, econômicos, filosóficos e sociais.

Para tanto, um conjunto de questões norteadoras constituem o estudo: Qual a trajetória histórica deste sindicato? Quais fatores contribuem e impedem a participação docente no SINTEPP-Castanhal? Como a direção do sindicato tem agido nesse cenário de refluxo⁷ no movimento docente? De que forma os docentes que não participam do sindicato se identificam socialmente?

No presente trabalho tem-se a necessidade de situarmos como categoria central de análise do objeto em questão, a totalidade, que constitui a participação do professor nas organizações sindicais. Em vista disso, consideramos que esse movimento histórico é consubstanciado por um processo de universalidade, particularidade e singularidade que são mediadas entre si, ou seja, compreende-se a realidade como um todo estruturado

⁷ “Sabe-se que os sindicatos em geral e os de docentes, mais especificamente, passam por um refluxo...” (MAUÉS, 2012, p. 154).

dialeticamente, no sentido de os aspectos globais no mundo do trabalho, as reestruturações produtivas e as contradições sócio-econômicas influenciam de forma determinante na realidade (LÚKACS, 1979).

Diante disso, compreendo o sindicato como uma singularidade do movimento real que se engendra no objeto de estudo, nesse sentido, Marx e Engels (1980, p. 13) nos dizem que o sindicato é uma organização dos trabalhadores criada para “[...] lutar contra as ordens despóticas do capital” e que apesar de legítimas e necessárias as lutas locais e imediatas, este deve reclamar lutas mais gerais e políticas, tendo em vista uma radical emancipação de milhões de trabalhadores.

Hoje, frente aos avanços neoliberais em mais uma crise do capital que estamos vivenciando, mais do que nunca é necessário que a classe trabalhadora esteja organizada, visto que, em momentos como este a exploração e retirada de direitos desta classe se acirram. No entanto, o que atualmente se constata no cenário nacional é um refluxo no sindicalismo em geral.

Esse cenário dificulta a luta contra os ataques do capital e inviabiliza avanços para a categoria, principalmente quando em períodos de greve são constatadas, inclusive pelo próprio governo, as fraquezas do movimento sindical. Por isso compreendo que neste momento há uma necessidade real de investigações que nos levem a compreender o que inibe a participação dos professores no sindicato, a fim de contribuir na construção de apontamentos práticos à superação deste refluxo sindical.

Destarte, há muito Marx (1982, p. 42) já alertava que a “[...] luta entre duas grandes classes da sociedade se converte necessariamente em uma luta política. [...] Na luta política de classe, a organização é a arma mais importante”.

Entendo que há uma necessidade de os professores se instrumentalizarem para através da sua capacidade de unir forças, organizados, possam encampar não apenas a luta por questões econômicas que perpassam (salário, plano de carreira etc), mas, sobretudo por políticas que afetam diretamente as suas condições de trabalho e de vida, bem como a luta emancipatória por uma sociedade para além do capital (MÉSZÁROS, 2008).

Em meio a essas reflexões críticas que se relacionam ao objeto de estudo e sua problemática, delineia-se como objetivo geral: investigar a participação dos docentes da rede municipal de Castanhal-PA nas ações do SINTEPP, como se identificam enquanto classe social e o posicionamento da direção, em meio ao refluxo no movimento docente.

E como objetivos específicos, pretendemos: a) ressaltar elementos sócio-históricos da trajetória deste sindicato, de sua origem associativa até o ano de 2018; b) verificar quais

fatores impedem ou contribuem para a participação destes docentes na luta sindical; c) analisar a identidade de classe dos docentes que participam ou não do sindicato; d) analisar como a direção do SINTEPP-Castanhal tem atuado nesse cenário de refluxo no movimento docente.

Conforme mencionado, há uma crise de participação no sindicalismo que é reflexo das transformações ocorridas a partir da década de 70, onde se delineia um cenário de crise do capitalismo e tentativas de soluções para a mesma, que para Meszáros (2002) é estrutural. Nessa perspectiva, as respostas dadas a essa crise repercutem desde então nas formas em que os trabalhadores se relacionam entre si e com o trabalho.

Assim, acredito que nesse processo muitos trabalhadores (dentre eles, os professores) inebriados pela ideologia burguesa, amplamente afiada e difundida pelo grande capital por meio do Estado e as grandes mídias, não conseguem alcançar a condição de classe-em-si⁸, de perceberem-se enquanto classe trabalhadora. Portanto acredito que a pouca participação sindical desses professores é parte de um processo de alienação promovido pelo sistema capitalista na sua desenfreada busca pela acumulação de capital. E quais caminhos nos mostram saídas para essa situação?

A classe trabalhadora segue em uma fragmentação estimulada pelas ideologias baseadas no individualismo, corporativismo, competitividade, portanto buscar saídas que se contraponham a essas ideias, como a difusão da coletividade, solidariedade e cooperação são elementos cruciais para a construção de uma nova sociabilidade.

Assim, considero ser urgente para os sindicatos docentes a tomada de decisões e ações que construam condições para que os professores consigam compreender a realidade na qual estão imersos, uma realidade em que sua vida e seu trabalho estão sendo precarizados e definidos cada vez mais por determinações dos organismos internacionais em nome do grande capital, e a partir desse trabalho de base, de formação e consciência política, construir melhores condições para as mudanças que garantam vida digna a todos os trabalhadores.

Nesse sentido, acredito que essa totalidade se reflete no SINTEPP-Castanhal que apesar de ter em 2018 uma taxa de sindicalização expressiva, de 43% entre os docentes da rede municipal, isto não tem repercutido no nível de participação sindical.

⁸ “Ao se identificarem em outros trabalhadores, com os mesmos interesses, os indivíduos produtores percebem-se como “classe-em-si”. Ao defenderem seus interesses, reconhecendo-os como interesses da classe trabalhadora, formando consciência de classe, cuja organização é expressa por meio de greves, coligações, entre outras variadas formas, transformam-se em “classe-para-si” que trava uma luta política” (OTTONI e GOMES, 2015, p. 235).

A complexa tentativa de análise do movimento dinâmico da realidade concreta nos moldes contemporâneos nos impõe a árdua tarefa de compreensão das relações sociais, político, econômica e histórica, posto por um modelo de globalização internacional das relações produtivas e de intensa acumulação do capital. Em vista disso, as contradições que pairam essa conjuntura se dinamizam de forma ainda mais voraz superando, em aspectos quantitativos e qualitativos, outros contextos na história da humanidade (MARX, 1982a).

Para tanto, o sentido fulcral que move o trabalho no sentido de alcançar a essência do objeto de estudo em questão, é a busca da superação das aparências em torno da problemática suscitada no estudo, embora consideremos as aparências abstratas como elementares no processo de produção do conhecimento visando situar a raiz que perpassa o movimento sindical e o trabalho docente no bojo de sua estrutura e dinâmica histórica (NETTO, 2011).

Desse modo, busca-se uma aproximação com os princípios gerais do Materialismo Histórico Dialético conforme aponta Kosik (1969) e assim, captando as categorias centrais como a totalidade, contradição, práxis e mediação, caracterizadas como elementos *sine qua non* para a compreensão do real.

No que concerne às categorias, a totalidade e mediação como expressa Lukács (1979) podem ser entendidas como uma forma de compreensão da realidade sócio-histórica que se constitui enquanto um todo estruturado de forma complexa e mediado por totalidades de menor porte dinamicamente, não menos importantes à lógica global. Portanto, partindo desse ponto de vista, as relações sociais se desenvolvem mediadas em uma totalidade que não se deriva de forma fragmentada, mas conectada com outros polos.

Em vista disso, a *práxis*, se constitui nesse movimento como um elemento que possibilita a transformação e reconstrução da realidade, por fim a contradição, como uma forma universal do ser (TRIVIÑOS, 1987).

No processo de construção desta dissertação buscamos vários autores/pesquisadores para fundamentar as análises e discussões suscitadas pelo objeto em questão, entre os quais podemos citar: Alves (2000, 2011); Antunes (1979, 1997, 2005, 2007); Boito Junior (1998); Cardoso (1999, 2003); Coutinho (1992); Engels (1985, 2008); Gindin e Melo (2011); Gouveia e Ferraz (2012); Gramsci (1976, 2011); Lenin (1961, 2008, 2015); Luz (2017), Marx (1982, 1985, 2017); Maués (2012); Rêses (2011) e Trotsky (2008).

O SINTEPP-Castanhal: como o “ambiente” da pesquisa

A escolha do SINTEPP-Castanhal foi feita por eu residir neste município, e ter tido contato com membros do sindicato e participado de reunião deste. Destaca-se também o fato

do município ser localizado na região nordeste do Pará, sendo o sexto mais populoso do estado com uma estimativa de 192. 571 mil habitantes (IBGE, 2017). Segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2017, em Castanhal tinham na rede municipal de ensino, 1026 docentes atuantes em 73 escolas do ensino infantil e fundamental.

Assim foi feito um estudo de caso, no município de Castanhal, no sentido de “retratar a complexidade de uma situação particular, focalizando o problema em seu aspecto total” (OLIVEIRA, 2009, p.06). O estudo de caso foi realizado para compreender a relação do objeto de estudo nesta singularidade em relação com a totalidade que compõe a contextualização do objeto em questão.

O SINTEPP-Castanhal assim como muitos sindicatos se originou da conversão de uma associação denominada de Associação dos Professores de Castanhal-APC fundada em 28 de outubro de 1982 que se destinava a promover o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus associados (apenas professores), e em seu estatuto deixa claro que a entidade não tinha caráter político- partidário ou religioso (ESTATUTO APC, 1983).

Em 1989, dado a promulgação da Constituição em 1988, esta associação se transforma em uma Delegacia Sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Pará, portanto uma subsede no município (ATA de TRANSFORMAÇÃO EM DELEGACIA SINDICAL, 11.03.1989). Nesse momento a entidade já agrega não somente professores, mas os demais trabalhadores da educação, tanto da rede municipal, quanto estadual.

As fontes das informações

Para esta pesquisa, foi realizada coleta de dados documentais, os quais foram solicitados ao sindicato e à Secretaria Municipal de Educação de Castanhal para a análise da trajetória do sindicato e levantamento de dados sobre os filiados ao SINTEPP-PA. Também foram analisados, documentos em âmbito do governo nacional, como do INEP para obtermos informações quantitativas sobre a classe do professorado em Castanhal.

Para verificar e analisar quais fatores impedem ou contribuem para a participação destes docentes na luta sindical, foi elaborado e aplicado um questionário (Apêndice 1) com questões abertas e fechadas, aplicado com docentes efetivos (único critério) da RMC, filiados e não filiados. Antes de aplicar os questionários analisados, foi realizada a aplicação de quatro questionários pilotos com sujeitos das mesmas características supracitadas, a fim de identificar possíveis falhas e ajustes dos instrumentos de pesquisa, após essa etapa os questionários começaram a ser aplicados.

A partir de visitas realizadas aleatoriamente em cinco escolas da zona urbana do município e em uma assembleia geral do sindicato, foram entregues 80 questionários, dos quais obtivemos retorno de 43 professores efetivos da RMC, destes eram filiados (24) e não filiados (19), que receberam e assinaram o Termo de consentimento livre e esclarecido (apêndice 2). Ou seja, a ideia foi fazer um levantamento e nesse sentido o questionário é bastante adequado para alcançar este objetivo. Esse instrumento também foi utilizado para detectar qual a identidade de classe dos docentes que participam ou não do sindicato.

O próximo passo foi realizar entrevistas com 2 professores sindicalistas (10% do quadro da coordenação sindical) que estavam na direção do SINTEPP e para tal foi construído um roteiro de entrevista semi-estruturada (Apêndice 3) para ser aplicado e teve o objetivo de entender como a direção do sindicato percebe o cenário de refluxo no sindicalismo e de que forma tem agido para ampliar a participação de professores da rede municipal nas ações do sindicato.

A entrevista semiestruturada justifica-se pelo entendimento de que esse tipo de instrumento:

[...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante (TRIVIÑOS, 2008, p. 146).

A pesquisa foi apresentada aos referidos coordenadores e estes aceitaram participar, e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Por questões éticas, a todos foi garantido o anonimato.

Estrutura do texto

Esta dissertação está estruturada em 3 capítulos. No primeiro capítulo temos dois tópicos, na primeira parte se faz uma exposição da concepção do sindicato em uma perspectiva revolucionária, a partir da literatura marxista e num segundo momento estão elencados alguns elementos históricos da trajetória do SINTEPP-Castanhal.

Na compreensão de que é a direção sindical juntamente com a base da categoria que movimentam a estrutura do sindicato que são apresentados no segundo capítulo dados do SINTEPP que baseiam as análises sobre os docentes filiados da RMC e também os dados do questionário, aplicados com docentes efetivos da RMC filiados e não filiados. E no terceiro

capítulo são apresentados os dados e análises das entrevistas com os coordenadores do sindicato, onde são tratados temas a respeito da atuação e participação sindical.

1. O SINDICATO E O SINTEPP-CASTANHAL

O objetivo deste capítulo é apresentar elementos sócio-históricos da trajetória do SINTEPP-Castanhal, de sua origem associativa em 1982 até o ano de 2018. Neste intuito, foi realizada uma análise de documentos históricos deste sindicato, como atas de assembleias, atas de posse, atas de eleição e estatuto.

Para chegar à análise sobre o SINTEPP-Castanhal buscou-se apresentar, anteriormente, a perspectiva revolucionária do sindicato, a qual evidencio durante este texto, a partir dos autores: Karl Marx (1982a, 1982b, 1985, 003, 2004, 2008a, 2008b, 2008c, 2013, 2017); Friedrich Engels (1985, 2008a, 2008b, 2008c); Vladimir Lênin (1961, 2008, 2015); Leon Trotsky (2008a, 2008b, 2009) ; e Antônio Gramsci (1976, 2011). E em seguida é feita uma exposição sobre a origem do sindicalismo operário e docente no Brasil.

1.1 O sentido do sindicato para os trabalhadores: uma perspectiva revolucionária

Os sindicatos de nosso tempo podem ou servir como ferramentas secundárias do capitalismo imperialista para subordinar e disciplinar os operários e para impedir a revolução, ou ao contrário, transformar-se nas ferramentas do movimento revolucionário do proletariado. A neutralidade dos sindicatos é total e irreversivelmente coisa do passado (TROTSKY, 2008a, p.202).

A reflexão de Trotsky (2008) é oportuna ao iniciar o debate sobre o sindicalismo, pois atualmente enquanto a luta de classe se acirra, alguns líderes sindicais vêm adotando posturas conciliatórias com os interesses do Estado burguês. Na história mais recente do Brasil Braga (2016, p. 88) analisa que “(...) o sindicalismo lulista transformou-se não apenas em um ativo administrador do Estado burguês, mas em ator-chave da arbitragem do próprio investimento capitalista no país”.

Ao buscar investigar a singularidade da participação docente no SINTEPP-Castanhal verifica-se que esse tema suscita a discussão sobre o sentido do sindicato para os trabalhadores, tendo em vista as transformações sofridas e originadas por este no mundo do trabalho, desde sua origem no século XIX, pois certamente a história dos sindicatos não é estática.

Antes de mergulhar sobre o sentido do sindicato acredito ser necessário, ainda que brevemente, tratarmos sobre o trabalho, pois é em meio à relação do homem com trabalho que emergem as organizações dos trabalhadores. Nesse sentido, logo no prefácio da obra *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (1998, p.3) escrevem:

Até agora, os homens formaram sempre ideias falsas sobre si mesmos, sobre aquilo que são ou deveriam ser. Organizaram as suas relações mútuas em função das representações de Deus, do homem normal etc. Estes produtos de seu cérebro cresceram a ponto de domina-los completamente. Criadores, inclinaram-se diante de suas próprias criações. Libertemo-los, pois, das quimeras, das ideias, dos dogmas, dos seres imaginários, sob o jugo dos quais eles se estiolam.

Para Gorender (1998), a obra acima citada marca o nascimento do novo materialismo, que, então, passou a ser associado aos nomes de Marx e Engels. Esse novo materialismo, como escreve Gorender, se desentranhava da crítica ao materialismo de Feuerbach, cuja influência, a propósito, já havia sido determinante para a superação radical do idealismo da filosofia hegeliana.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (1998) se negam à análise histórica do ser social através de representações mentais. Suas premissas são, portanto, os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência. E é neste sentido que o papel do trabalho se destaca como a categoria fundante do *ser social*. Ora, na contramão da ideologia dominante da época, e que ainda hoje se apresenta com forte influência, Marx e Engels não buscavam descer do céu para a terra. Ao contrário, decidiram partir da terra para atingir o céu. É por isso que não se poderia partir do que “[...] os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois chegar aos homens de carne e osso” (Idem, p. 19). Parte-se, como vimos, dos homens em sua atividade real, ou seja, o metabolismo homem e natureza através do trabalho.

Na estriba do materialismo histórico e dialético, a *verdade* enquanto representação mental perde todo o sentido. Não se trata mais de uma filosofia puramente contemplativa onde o filósofo, esse ser até então passivo, especulava sobre a verdade e o seu valor para a vida. Trata-se agora de buscar a verdade na prática social concreta, síntese de múltiplas determinações. Como expressou Marx (1998) na sua segunda tese sobre Feuerbach: o critério de verdade é a prática social.

Segundo Marx e Engels (1998), o pressuposto de toda a existência humana, e, portanto, de toda a história humana, é o de que todos os homens devem ter condições de viver para poderem fazer a história. Mas para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como

há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida (MARX e ENGELS, 1998).

A produção material da existência humana que Marx e Engels (1998) salientam apontam para uma categoria central na teoria marxiana, que, como já afirmamos, é o trabalho. Uma vez que se pode distinguir os homens dos animais por tudo o que se queira, mas eles próprios, de fato, se distinguem na medida em que começam a produzir seus meios de vida.

A relação homem e natureza só é possível pela *mediação* do trabalho. Não à toa que Marx e Engels (1998, p. 11-12) concluíram que “Reconhece-se da maneira mais patente o grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas de uma nação pelo grau de desenvolvimento alcançado pela divisão do trabalho”. Pelo trabalho o homem modifica a natureza e a si próprio (FREITAS, 2011).

No capitalismo, entretanto, o trabalho perde o seu valor histórico e ontológico. Marx expôs bem isso nos seus *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, quando tinha apenas 26 anos de idade:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (MARX, 2004, p. 80).

Na sociedade do capital, o produto produzido pelo trabalhador lhe aparece como um ser estranho, como um poder independente do produto; é a objetivação do trabalho: “[...] quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital” (*Ibidem*, p. 81).

Sobre as consequências nefastas do trabalho alienado, Marx escreveu: “Quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo [...] tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, e tanto menos o trabalhador pertence a si próprio” (*Ibidem*, p. 81). O trabalho ontológico dissertado por Marx é invertido no capitalismo. Se o trabalho antes construía o homem, agora, no modo de produção capitalista, ele o destrói. Dessa forma,

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como ser livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só se sente como animal. O animal se torna humano, e o humano animal (MARX, 2004, p. 83).

É mister aqui sublinhar que ao tratarmos da categoria trabalho segundo a acepção marxista, não se pode, sob hipótese alguma, incorrer no erro de que o trabalho encerra tão somente em produção material. Para Marx, como já expomos aqui, o trabalho é a realização

humana; é tanto a produção material como espiritual. Em razão disso é que Marx (2004, p. 82-83) diz que o capital “mortifica o físico e arruína o espírito”. Ademais, não nos esqueçamos que, em Marx, a ideia de uma consciência “pura” e que é anterior à própria materialidade é infundada: “a consciência é portanto, de início, um produto social e o será enquanto existirem homens” (MARX; ENGELS, 1998, p. 25).

A pedagogia marxista, ao não aceitar a divisão entre trabalho e educação, corrobora conosco ao não reduzir a categoria trabalho à mera produção material ou a sobrevivência humana. Duarte (2012), defensor da pedagogia histórico-crítica no Brasil, afirma que:

É claro que a produção material é a base de toda a existência humana e sem essa produção não existiria a produção não material. Mas a categoria trabalho em Marx jamais se reduziu à produção material. Isso seria identificar trabalho com trabalho manual e seria abdicar do horizonte de superação da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Em toda a obra de Marx está presente a ideia de que a superação da alienação produzida pela sociedade capitalista é a elevação do trabalho a um nível no qual o ser humano possa desenvolver-se de forma omnilateral. Se o trabalho se reduzisse, em Marx, à produção material, não faria sentido afirmar que na fase superior do comunismo o trabalho será a primeira necessidade vital, isto é, a mais importante necessidade humana. Isso significa que o ser humano estaria reduzido às atividades de sobrevivência. É, portanto, um equívoco essa redução da categoria de trabalho ao âmbito da produção material. Igualmente é um equívoco a afirmação de que não existe o trabalho educativo (DUARTE, 2012, p. 89).

Segundo Marx (2003, p. 7), “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. É no confronto com uma realidade em que o trabalho é fonte de exploração do homem pelo homem que emerge o sindicato como produto da luta de classe existente na sociedade e mais precisamente, produto da guerra entre o capital e o trabalho promovida pelo modo de produção e acumulação capitalista.

Foi no contexto da revolução industrial que “A associação sindical dos trabalhadores derivou da necessidade de confrontar a maré burguesa, sequiosa de não conferir direitos elementares aos seus empregados, e, reivindicar em situação mais favorável, melhores condições de trabalho” (ARAÚJO FILHO, 2015, p. 39).

Conforme Engels (1985, p. 242) “a revolta dos operários contra a burguesia começou pouco depois do início do desenvolvimento da indústria e atravessou diversas fases”, mas foi apenas em 1824 que os operários conquistaram o direito de livre associação.

[...] quando os operários obtiveram em 1824 o direito de livre associação, estas uniões estenderam-se rapidamente por toda a Inglaterra e tornaram-se poderosas. Em todos os ramos da indústria constituíram-se organizações semelhantes (trade-unions) com a intenção manifesta de proteger o operário isolado contra a tirania e a incúria da burguesia. Os seus fins eram fixar o salário, negociar, em massa, enquanto força, com os patrões, regulamentar os salários em função do benefício do patrão,

aumentá-lo no momento propício e mantê-lo ao mesmo nível para cada ramo de trabalho (ENGELS, 1985, p. 244)

Para Engels, a verdadeira importância das associações está primeiramente na tentativa de abolir a concorrência dos operários entre si. Pois “[...] aos compradores da força de trabalho interessa que os trabalhadores se vejam mutuamente como indivíduos em permanente competição uns com os outros, o que os torna vulneráveis diante dos capitalistas” (SILVA, 2011, p. 04).

Em seu livro “Miséria da Filosofia”, Marx (2017) descreve esse processo da constituição do sindicato da seguinte maneira:

A grande indústria aglomera num único lugar uma multidão de pessoas desconhecidas umas das outras. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, esse interesse comum que possuem contra o patrão, reúne-as num mesmo pensamento de resistência-coligação. Por isso, a coligação tem sempre um duplo objetivo, o de fazer cessar a concorrência entre os operários, para que possam fazer uma concorrência geral ao capitalista. [...]. As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não é ainda para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política (MARX, 2017, p. 146)

Nesse sentido, Engels (1985) acrescenta que os trabalhadores não devem se limitar a abolir apenas a concorrência entre si, mas a concorrência entre os próprios patrões, visto que esta concorrência ao provocar crises econômicas, geram sérias consequências aos trabalhadores.

Engels (1985) esclarece que apesar de observar suas limitações na luta contra as leis da economia, a associação dos operários é, enquanto oposição aos patrões, necessária para que o salário não seja rebaixado dia após dia. É nesse sentido, que o sindicato é uma organização dos trabalhadores criada para “lutar contra as ordens despóticas do capital” e ainda que as lutas locais e imediatas sejam legítimas e necessárias, ele deve avançar para as lutas mais gerais e políticas, tendo em vista uma radical emancipação de milhões de trabalhadores (MARX e ENGELS, 1980, p. 13). Fica clara a concepção revolucionária de Marx e Engels, que difere da concepção reformista ou mesmo corporativa de sindicato.

Lênin (2015) também acreditava que o sindicato não devia se limitar a estratégias economicistas -lógica intrínseca ao capital-, mas pautar-se em uma estratégia revolucionária que elevasse a consciência política para a conquista do Estado. Mas nesta tarefa de “agitação política e organização revolucionária”, o sindicato não o fazia sozinho, mas como auxiliar de um partido revolucionário, dado o caráter político e ideológico deste, para o processo educativo dos trabalhadores.

Para Lênin (2015, p. 79) no movimento dos trabalhadores é necessária a superação da organização espontânea que é aquela em que os trabalhadores sentem “a necessidade de uma resistência mais coletiva” na tentativa de romper com as condições de servidão. Para ele, esse sentimento de “reunir-se em sindicatos, lutar contra os patrões, cobrar do governo a promulgação de umas e outras leis necessárias aos operários” é apenas, o despertar, a fase embrionária da tomada de consciência, considerando que a consciência é caracterizada pela compreensão da “oposição irreconciliável entre seus interesses e a ordem política e social existente”.

Nessa perspectiva, Lênin (2015), apoiado nos pressupostos de Engels (1985), defendia que uma forma de superação da espontaneidade está na compreensão de que a luta não é apenas econômica-prática, mas teórica (ideológica) e política. Daí a importância do relacionamento entre o partido revolucionário e o sindicato, dada a necessidade de se desenvolver a consciência elementar dos trabalhadores, com um processo de educação política a ser desenvolvida pelo partido. Não obstante, Lênin (2015) adverte:

O desenvolvimento espontâneo do movimento operário marcha precisamente para sua subordinação à ideologia burguesa, marcha precisamente pelo caminho do programa do “Credo”, pois o movimento operário espontâneo é *trade-unionismo*, é *Nur-Gewerkschaftlerei*, e o *trade-unionismo* implica exatamente na escravidão ideológica dos operários pela burguesia (LÊNIN, 2015, p. 91).

O que Lênin (2015) quer dizer é que as *trade-union* surgem como movimento espontâneo dos operários, dadas as condições de vida e trabalho destes, mas para ele, essa organização, por assentar-se apenas no âmbito econômico, fica presa a ideologia burguesa, aos limites da ordem econômica, quando na realidade a luta de classe envolve também a luta política-ideológica.

Ainda tratando sobre os elementos da luta sindical e consciência de classe, Lênin é enfático em sua reflexão sobre as greves, por compreender a dimensão desta no processo de desenvolvimento da consciência de classe e socialista entre os trabalhadores, assim como “[...] a greve abre os olhos dos operários não só quanto aos capitalistas, mas também no que se refere ao governo e às leis” (LÊNIN, 1961, s/p).

Ao se referir aos governos e leis nesta passagem, Lênin (1961) adverte e incita a questionar sobre, a face oculta dos burgueses, que podemos desvelar por detrás da entidade que “paira” acima da sociedade e dos homens, que é o Estado burguês. Pois nesta guerra entre o capital e o trabalho, Mézaros (2002, p. 106-107) assinala que “o capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas totalizadoras que dão forma ao Estado Moderno”, e a história nos mostra que nessa relação as

ações deste Estado vêm sendo determinadas pelas necessidades do sistema de acumulação do capital, de forma a assegurar e proteger este sistema.

E, nisto, centra-se um dos elementos que compõem e sustenta o sistema⁹ sociometabólico do capital, do qual os trabalhadores devem conquistar, para sua plena emancipação. O que certamente nos explica o porquê de Lênin (1961) em alertar que a luta dos trabalhadores não é apenas econômica, mas política e ideológica.

Diferentemente de Lênin (2015), que defende com veemência a autonomia do sindicato em relação ao Estado, mesmo no caso de um Estado em uma sociedade em transição, Trotsky, envolto do momento histórico marcado pelo desenrolar da Revolução¹⁰ de Outubro de 1917, defendia a subordinação do sindicato ao Partido Comunista e ao Estado Proletário.

A defesa da submissão da organização sindical ao partido, levou Trotsky a propor que os sindicatos dos trabalhadores russos fossem transformados em órgãos do Estado soviético em 1920, ao que Lênin reagiu com críticas contundentes (SILVA, 2011, p. 13).

A defesa da subordinação do sindicato a um partido revolucionário¹¹ ocorre por, assim como Lênin, Trotsky acreditar que a consciência de classe “vem de fora”, para dentro do movimento dos trabalhadores, pois por si só, o máximo que o movimento poderia alcançar era a consciência sindical de “reunir-se em sindicatos, lutar contra os patrões, cobrar do governo a promulgação de umas e outras leis necessárias” (LÊNIN, 2015, p. 79). E nesse caso, eles exprimem a necessidade de uma vanguarda do partido, para a classe.

Trotsky (2008a, p. 213) acredita que os sindicatos não são auto-suficientes e afirma que não houveram até então, sindicatos politicamente independentes, assegurando que “pela experiência e teoria nunca houve e nunca haverá” e explica que essa dependência dos sindicatos em relação ao partido ocorre porque:

Isso corresponde diretamente às características da época imperialista, que desnuda todas as relações de classe e, inclusive dentro do proletariado, acentua as contradições entre sua aristocracia e os setores mais explorados (TROSTKY, 2008a, p. 213).

⁹ Capital, Estado e trabalho são os pilares que sustentam o sistema do capital, conforme Mészáros (2002).

¹⁰ Em resumo, a Revolução Russa consistiu na tomada do poder do governo czarista pelos soviets (soldados e operários), que ocorreu no dia 25 de outubro de 1917 e promoveu radicais transformações internas nas questões políticas, econômicas e sociais em benefício da massa trabalhadora, que repercutiram e provocaram mudanças sociais em vários países, no Brasil, por exemplo, o direito as férias, 13º salário, previdência social e educação pública gratuita são resultados indiretos desta revolução de outubro. No entanto, esta revolução foi traída por um grupo que transformou-se na burocracia soviética nos anos 1990 (ESQUERDA ONLINE, 2017).

¹¹ Cabe explicar que para Lênin o partido revolucionário era naquele momento a Social-Democracia, e para Trotsky, o Partido Comunista. O que nos possibilita compreender a diferença de pensamento entre os dois partidos.

Para Trotsky a ideologia da independência sindical, é abstrata, burocrática e não é de classe. E afirma que “[...] se o partido, por meio de sua direção, é capaz de garantir uma política correta, clara e firme nos sindicatos, não ocorrerá a nenhum operário se rebelar contra a direção do partido” (TROTSKY, 2008a, p. 214). Nesse sentido ele também afirma que ao contrapor a autonomia sindical à direção do partido comunista, conseqüentemente, estar-se-ia contrapondo a “[...] luta pelas conquistas imediatas com a luta pela completa libertação dos trabalhadores” (*Ibid.*, p.210).

Outro elemento do qual Trotsky se preocupou em debater e combater, dentro do movimento sindical, foi a existência da burocracia sindical que é a camada de dirigentes sindicais que trabalha sob a adaptação ou cooptação do Estado burguês, e recebem privilégios e por isso trabalham na defesa do *status quo*, dentro de uma política de colaboração entre classes. Essa degeneração no movimento sindical ocorre pela necessidade de maior controle do Estado no contexto do capitalismo monopolista.

Perante o contexto imperialista, como nos afirma Bianchi (2007) o Estado forte é imprescindível para sua acomodação dentro do mercado mundial, bem como para manter as suas altas taxas de produtividade sob a exploração dos trabalhadores, e para manter-se assim não mede esforços na repressão ao movimento dos trabalhadores.

Em alguns locais para manter o controle do Estado, a burguesia quando não consegue liquidar os sindicatos, ela os corrompe com oferta de regalias e privilégios. E isso promove a cooptação e a burocratização do movimento sindical, como podemos observar ainda hoje no movimento sindical no Brasil. A burocratização sindical é uma forma de minar o movimento dos trabalhadores, transformando o sindicato em organismo do Estado, o que Trotsky denomina de degeneração dos sindicatos.

De fato, a burguesia se empenha para que o movimento operário se burocratize ao máximo, pois isso faz uma enorme diferença nas negociações. A burocracia quer manter sua condição privilegiada estável e, portanto tende a romper com os valores e os princípios de organização da classe trabalhadora e se tornar antidemocrática, conservadora. A tarefa das lideranças que assumem a forma burocrática deixa de ser organizativa emancipatória e passa a ser representativa e conformativa (ARAÚJO FILHO, 2015, p. 78-79).

A burocracia sindical, enquanto tal, estreitando as relações com poder estatal e distanciando-se da base, trabalha auxiliando o capital, e assim assume um papel muito mais reacionário do que progressista. Apesar de acreditar que essa burocratização é inerente ao imperialismo, Trotsky (2008b, p. 204) afirma que “[...] é possível perfeitamente a existência de sindicatos revolucionários, que não somente não sejam agentes da política imperialista, mas que também se coloquem como tarefa a destruição do capitalismo dominante”.

E nesse sentido, Trotsky (2008b, p. 201) indica aos trabalhadores caminhos para a mudança do quadro burocrático do sindicalismo, apontando que é necessária a luta pela “[...] independência total e incondicional dos sindicatos em relação ao Estado capitalista”, bem como, a luta pela “democracia sindical”. Portanto, o sindicato ao reivindicar-se revolucionário, ao invés de unir-se às forças que dominam este Estado moderno e o levam à burocratização e conseqüentemente ao afastamento da base, deve direcionar seu objetivo para a conquista deste Estado.

A burocratização sindical também foi ponto de reflexão do Italiano Antônio Gramsci¹². Ele assinala que apesar dos trabalhadores sentirem o distanciamento do sindicato, o peso da burocracia não é fácil de ser transposto por apenas alguns trabalhadores isolados.

Gramsci (1976) faz a crítica não apenas sobre a situação instalada (burocracia), mas também observa que os sindicatos apresentam limitações ao que indica as lutas imediatas, por condições de trabalho e salário, lutas que ao serem fim, recaem em reformas, portanto ainda em uma lógica de submissão que é a lógica burguesa, e não em uma verdadeira transformação das estruturas que sustentam até hoje esta sociedade desigual.

Os sindicatos por profissões, as Câmaras do Trabalho, as federações industriais e a Confederação Geral do Trabalho são o tipo de organização proletária específico do período histórico dominado pelo capital. Pode-se argumentar que, num certo sentido, elas são parte integrante da sociedade capitalista e têm a função inerente ao regime de propriedade privada (GRAMSCI, 1976, p.42).

Apesar de indicar as limitações do sindicato, ele não o considera totalmente ineficaz na luta contra o capital, visto que o sindicato, dentro das suas limitações continua sendo um instrumento da classe trabalhadora que desnuda a luta econômica entre as classes, visto que esta é uma das esferas da luta contra o capital. Pois certamente sem a organização sindical, as condições de vida dos trabalhadores seriam piores.

Gramsci (1976) acredita que o instrumento fundamental da classe trabalhadora é o Partido Político, por ele imprimir em sua ação, uma luta mais geral, universal e coletiva, e nesse sentido ele tem o papel de coordenar os demais instrumentos, visto a sua força no embate ideológico e cultural possibilitado pelos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora.

De acordo com Cruz (2009) para Gramsci a burguesia consegue manter-se hegemônica por possuir um maior número de intelectuais que trabalham para que as ideias e cultura dessa classe sejam aceitas por todos, e para tanto utilizam-se dos mecanismos do

¹² Antonio Gramsci (1891-1937) o italiano que foi um filósofo marxista, jornalista, crítico literário. Foi membro-fundador e secretário-geral do Partido Comunista da Itália, e eleito deputado, mas logo em seguida peso pelo governo facista de Benito Mussolini.

próprio Estado para ampliar esse quadro de intelectuais, já a classe trabalhadora pode formar seus intelectuais¹³ por meio dos sindicatos, movimentos sociais e partido. Dessa forma,

O embate ideológico e cultural, como parte da luta de classes, se materializa pelo bombardeio diário nas mentes dos trabalhadores, de valores, ideias e da cultura dominante; e só uma teoria que mostre como funciona a sociedade e a possibilidade real de sua transformação, poderá armar os trabalhadores para resistir e lutar contra o sistema (CRUZ, 2009, p. 54).

Assim nos afirma Lênin (2015) que sem a teoria revolucionária, não há prática revolucionária, assim como também, para Gramsci a formação teórica é imprescindível para que a classe trabalhadora compreenda conceitos que a possibilite forjar o enfrentamento político-ideológico necessário contra a burguesia. Pois como bem define Silva (2007, p. 45), “[...] a consciência fenomênica do proletariado devido à hegemonia política e cultural da burguesia acaba sendo dominada por uma concepção do mundo que não é a sua, mas a de uma classe antagônica”.

Isso nos indica que o movimento dos trabalhadores ao fazer apenas a luta econômica, desatrelada da luta política-ideológica, corre o risco de cair na armadilha reformista, na qual as melhorias das condições de trabalho e do salário são, aparentemente, o bastante. Por isso que Gramsci (1976), ao constatar essa prática economicista e limitada no meio sindical, aponta o Partido revolucionário como principal instrumento de formação política da classe trabalhadora, visto que este apresenta a vontade coletiva e busca a superação teórico-prática do capitalismo.

Outro instrumento da classe trabalhadora que Gramsci (1976) faz a defesa é o Conselho de Fábrica, visto que sua prática ultrapassa o papel de negociador coletivo inerente do sindicato, bem como disciplinador de seus filiados. Afirma que:

A ditadura do proletariado só pode encarnar num tipo de organização específico da atividade própria dos produtores e não dos assalariados, escravos do capital. O Conselho de fábrica é a célula original desta organização. Uma vez que no Conselho todos os ramos do trabalho estão representados, proporcionalmente ao contribuinte que cada profissão e cada ramo do trabalho dá à manufatura do objeto que a fábrica produz para a coletividade, ele é uma instituição de classe, é uma instituição social. A sua razão de ser está no trabalho, na produção industrial, num fato permanente e não no salário, nas divisões de classe, no fato transitório que precisamente se pretende superar. Por isso o Conselho realiza a unidade da classe trabalhadora, dá às massas uma forma e uma coesão da mesma natureza que a forma e a coesão assumidas pela massa na organização geral da sociedade. O Conselho de fábrica é o modelo do Estado proletário (GRAMSCI, 1976, p. 44).

O Conselho escapa da democracia representativa, tem um caráter coletivo nas decisões e possui uma prática mais direta e imediata no “chão” do local de trabalho, que Gramsci

¹³ Para Gramsci “os intelectuais não são só aqueles que se dedicam à pesquisa e ao estudo teórico como o intelectual tradicional, mas também o intelectual orgânico que pode ser uma liderança que saiba a que classe pertence, e divulgue as ideias e as concepções de mundo da classe a qual está ligada” (CRUZ, 2009, p. 53).

(2011) acredita que o centro da vida dos trabalhadores está no seu local de trabalho, então é por lá que deve começar a transformação.

Uma outra diferença apontada por Gramsci (2011) entre os conselhos e os sindicatos está na não separação dos trabalhadores por categoria profissional na estrutura organizacional dos conselhos. Uma prática comum até hoje no meio sindical brasileiro é a existência da fragmentação sindical, por exemplo, trabalhadores de uma mesma escola no Estado de São Paulo se filiam em sindicatos diferentes, por estes segregarem os trabalhadores por suas funções na escola: professores, técnicos e coordenadores. No entanto, Gramsci (2011) entende que é necessária a organização dos trabalhadores no seu conjunto social, sem segregação.

Gramsci (2011) acredita que o conselho não pode ser mero instrumento do sindicato, uma correia do sindicato no *lócus* de trabalho, visto que o sindicato é um elemento da legalidade e o conselho é a negação da legalidade, para tanto nos indica que esta relação deve ocorrer da seguinte maneira:

O conselho é a negação da legalidade industrial: tem como meta negá-la a cada instante, conduzir incessantemente a classe operária à conquista do poder industrial, fazer com que a classe operária se torne fonte deste poder. O sindicato é um elemento da legalidade e deve propor que seus filiados a respeitem. O sindicato é responsável perante os industriais, mas o é na medida em que é responsável perante seus filiados: ele garante ao operário e sua família a continuidade do trabalho e do salário, ou seja, do pão e do teto. O conselho, por sua espontaneidade revolucionária, tende a desencadear a cada momento a guerra das classes; o sindicato pela sua forma burocrática, tende a não permitir que a guerra de classe seja jamais desencadeada. (GRAMSCI, 2011, p. 80-81).

Gramsci (2011) compreende que na relação entre conselho e sindicato, o primeiro deve influenciar na dissolução da burocracia sindical e não cair nesta prática. E para sobrevivência de ambas, a relação entre estas instituições não deve gerar dependência entre elas.

Nesse interim, a inquietação de Gramsci (2011) com os processos e rumos do movimento organizado dos trabalhadores, diz respeito principalmente a armadilha reformista que esses instrumentos da classe (Conselho, Sindicato, Partido) podem cair se não enxergarem e ousarem ultrapassar os limites da ordem burguesa, da ótica do assalariamento.

Coutinho (1992, p. 15) explica que o papel dos Conselhos de Fábrica deve ser de “[...] elevar o operário da sua condição de assalariado à condição de produtor”, e elevar-se à essa condição requer ir além das lutas econômicas, além dos territórios das fábricas- pois o isolamento nas fábricas foi o que contribuiu para o fracasso da experiência italiana dos conselhos, mas deve sobretudo efetivar-se nas esferas social e políticas da nação.

Na perspectiva das reflexões levantadas por Marx, Engels, Lênin, Trotsky e Gramsci, podemos identificar que a luta sindical pode estagnar-se na luta pelo imediato (atitude por

reforma) ou mesmo tomar rumos distintos ao aproximar-se do Estado burguês (atitude reacionária), ou apontar em suas ações para a superação e conquista deste Estado pelos trabalhadores (atitude revolucionária). Ou seja, os sindicatos podem ser agentes do Estado burguês, ou agentes de sua superação.

E, ao reivindicar-se uma organização revolucionária, o sindicato, deve buscar distanciar-se da cooptação do poder estatal, obter sua independência deste Estado e nesse sentido os rumos do sindicalismo deve ser decisão coletiva e consciente dos trabalhadores e não apenas de uma classe diretora burocrata. Isso significa que a democracia sindical deve assentar-se no maior poder da base sobre a direção do sindicato.

Diante do que os autores acima nos indicam, afirmamos que o sindicalismo historicamente teve suas lutas pautadas por lutas imediatas, economicistas, democráticas, o que o faz crer que estas são necessárias, mas não o bastante para a superação da guerra entre o capital e o trabalho. Portanto, é necessário ir à raiz da lógica da acumulação, da desigualdade e avançar para as lutas nas esferas política, ideológica, social e cultural, pois isto é inevitável para a construção de uma consciência revolucionária e de uma nova forma de sociabilidade.

Nesse sentido, fazemos a seguinte reflexão: até que ponto o sindicalismo no Brasil, incluso o sindicalismo docente e o SINTEPP-Castanhal, representam e atribuem em suas práticas, ações do sindicalismo revolucionário? Ou estariam simplesmente apoiados em uma prática reformista ou reacionária?

1.2 Da Associação ao Sindicato: o histórico de lutas do SINTEPP-Castanhal no contexto da crise estrutural do capital

A história de organização do movimento dos professores em Castanhal tem sua origem no ano de 1982 com a criação da “Associação dos Professores de Castanhal”. Sua transformação para uma estrutura sindical¹⁴ ocorreu em 1989 após a promulgação da Constituição de 1988, pois somente a partir desse momento os funcionários públicos, dentre eles os professores, puderam organizar-se como sindicato (SINTEPP-CASTANHAL. Ata da reunião de 11.03.1989). Portanto, a constituição histórica do SINTEPP-Castanhal, apresenta suas peculiaridades, mas está interligada ao processo histórico de constituição do sindicalismo operário e docente no Brasil.

E para a compreensão da emergência, construção e desenvolvimento da organização sindical dos professores no Brasil (particular) e em Castanhal (singular) é necessário

¹⁴ Entre as diferenças da associação para o sindicato está no fato de que “a associação atua em nome, apenas, de seus associados, enquanto o sindicato em prol de toda a categoria profissional ou econômica, independentemente de filiação” (CESÁRIO, 2017).

ressaltarmos, ainda que brevemente, a trajetória histórica do sindicalismo operário no Brasil (universal), considerando que sua aurora e desenvolvimento são decorrentes de uma formação econômica e social em que o país viveu e, ainda que com algumas mudanças, continua a viver.

1.2.1 Sobre a origem do sindicalismo operário e docente no Brasil

A origem dos sindicatos no país é marcada pelo período de transformações resultante do processo de industrialização da economia nacional no final do século XIX, um momento socialmente circunscrito pela proibição da escravidão no Brasil em 1888, o que de certa forma contribuiu para a industrialização, pois muitos fazendeiros que mantinham o comércio de escravos começaram a aplicar o seu dinheiro na compra de máquinas, dando origem às indústrias de tecidos e alimentos (CRUZ, 2008; ROSSI e GERAB, 2009).

Aliado ao surgimento da indústria esteve a formação dos centros urbanos e o surgimento da classe operária formada pelos negros- que foram escravizados-, camponeses, imigrantes europeus e japoneses. E estes imigrantes, em sua maioria vindos da Itália e Espanha, fugiam do desemprego em seus países e eram atraídos pela política de imigração promovida pelo governo brasileiro que “[...] recém-saído do sistema escravocrata e tendo por base uma política de ‘branqueamento’ da sua população” trouxe milhares de estrangeiros para o país (BERTOLIN, DIAS e OZÓRIO, 2008, p. 02).

Estes imigrantes foram fundamentais no enfrentamento aos patrões e criação dos sindicatos no Brasil, visto que muitos deles trouxeram consigo os ideais anarquistas, socialistas e comunistas (ROSSI e GERAB, 2009). Sobre essa existência de diferentes correntes políticas no movimento dos trabalhadores, Rossi e Gerab (2009, p. 24) afirmam que “[...] apesar de suas divergências, tinham em comum a luta pela primazia do trabalho sobre o capital, ou seja, a primazia do ser humano sobre o lucro”. Ou seja, havia um ponto de convergência entre os trabalhadores, o qual colocava em evidência a luta de classe existente em nossa sociedade.

Uma reflexão pertinente que podemos fazer deste ponto em relação aos dias atuais é perceber que a luta pela primazia do trabalho sobre o capital, que era comum no início do século XX, parece não ser forte o suficiente para unir os trabalhadores atualmente, uma vez que observamos o esfacelamento das organizações sindicais no país, condição que dificulta possíveis conquistas dos trabalhadores com esse cenário.

Constata-se que o ano de 1917 foi um ano emblemático para os trabalhadores no mundo, com o advento da Revolução Russa protagonizada pelo povo que sofria com o

governo czarista. E aqui no Brasil os trabalhadores, envoltos do cenário da 1ª guerra mundial, amargavam com os baixos salários, alta de preços dos alimentos, promoveram uma grande agitação em várias partes do país, da qual podemos destacar a Greve Geral ocorrida em São Paulo em que reuniu aproximadamente 80 mil pessoas e que teve “[...] um final vitorioso, conquistando aumento salarial de 20%” dentre outras conquistas (ROSSI e GERAB, 2009, p. 28).

É claro que o movimento organizado dos trabalhadores ao contrapor-se a exploração imposta pelo sistema do capital, o fez sob a alta repressão do guardião dos interesses da burguesia, que é o Estado. E dessa maneira, à medida que os sindicatos se fortaleciam, o Estado se via obrigado a buscar estratégias para manter o controle sobre os mesmos. Então por volta da década de 1930, sob forte pressão dos trabalhadores, o Estado criou uma legislação trabalhista buscando controlar essa pressão e escamotear a luta de classes e “[...] garantir um sindicalismo dócil, manso, incapaz de atrapalhar a acumulação de capital no Brasil” (GIANNOTTI, 1988, p. 09).

O governo da época, de Getúlio Vargas, no primeiro momento tenta trazer para dentro do Estado os sindicatos, iniciando assim um controle sobre essas entidades. Para tal cria o Ministério do Trabalho; promulga a Lei Sindical, em 1931 e com isso lança orientações para o sindicalismo no país. Concebe os sindicatos como colaboradores do Estado, como se não existisse luta de classes, e impõe restrições ao movimento sindical (CRUZ, 2008, p. 23).

Apesar da legislação apresentar algumas conquistas para o trabalhador ela representou -e continua representando- também uma estratégia de cooptação/atrelamento do sindicato ao Estado, inclusive sob influência do facismo italiano, pois a partir de então os sindicatos precisaram ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, e a criação do imposto sindical¹⁵ é uma das expressões da intervenção estatal nas organizações sindicais (FORTES, 2007; ROSSI e GERAB, 2009). Mas é nítido que esse movimento de cooptação não atinge todos os trabalhadores, pois muitos continuaram a construir um sindicalismo combativo, de resistência, inclusive na luta contra a verticalização sindical e o caráter essencialmente assistencialista que muitos sindicatos tinham assumido (FRANÇA, 2013).

E foi no processo de resistência que os trabalhadores em 1963, após uma greve que reuniu cerca de 700.000 trabalhadores, conseguiram um aumento de 80% para todos os trabalhadores. Mas no ano seguinte com o advento do golpe militar¹⁶, os movimentos sociais

¹⁵ O caráter compulsório do imposto sindical foi retirado com a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) promovida pelo governo Temer em 2017. A partir de então a contribuição tornou-se facultativa ao trabalhador.

¹⁶ Apesar de conhecido como Golpe Militar, esta foi uma ação promovida por alguns setores sociais, como: “[...] empresários, militares e políticos de direita, apoiados pelos Estados unidos, pelo capital internacional e pela Igreja” (FREIRE et al., 1997, p.28). O que caracteriza como um golpe empresarial-civil-militar.

sofreram duros ataques e com o sindicalismo não foi diferente, pois várias lideranças sindicais que ousaram resistir ao regime foram presas ou mortas (CRUZ, 2008).

No entanto, apesar da violenta repressão, incluindo o fechamento de sindicatos, os trabalhadores não tinham outra saída a não ser resistir, e na busca por estratégias de resistência, muitos sobreviveram atuando na clandestinidade. E não se pode deixar de mencionar que no período da ditadura, muitos dos “sindicalistas” que estavam à frente das organizações sindicais foram treinados por instituições da *Central Intelligence Agency* (CIA) no Brasil. E nesse cenário, vários ativistas sindicais combativos eram entregues aos patrões ou à polícia, por aqueles que se vestiam sob “pele de carneiro” (ROSSI e GERAB, 2009).

É nesse período de repressão que há no Brasil o surgimento de sindicatos docentes, que é considerado tardio devido às condições sociais do país, pois antes da Constituição de 1988 a sindicalização dos funcionários públicos era proibida, a exceção foi o Sindicato dos Professores (SINPRO-RJ) criado em 1931, visto que o setor privado poderia organizar-se como sindicato, mas subordinado ao governo. No entanto, haviam professores da educação pública organizados em associações, que não eram controladas pelo governo, utilizando-se do direito privado, porém essas associações não tinham um caráter classista, mas corporativista (VICENTINI e LUGLI, 2009; MAUÉS, 2012).

No final dos anos 70, com o advento do período político e socioeconômico que o Brasil vivia e que afetava duramente os trabalhadores, um novo sindicalismo surge “com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida, reivindicando o fim do sistema autoritário e a volta a democracia ao país” e lutando, dentre outras, “contra o arrocho salarial, e por mudanças econômicas que atendessem os interesses da sociedade brasileira” (MISAILIDIS, 2001, p. 66).

Oliveira (2010) relata que nesse período-final da década de 70- houve um intenso movimento dos professores na luta pela profissionalização do magistério, no sentido de romper com a tradição, a qual o ato de ensinar se dá por vocação ou sacerdócio, em uma busca de reconhecimento social e econômico, sendo esta luta, um meio de defesa destes trabalhadores, frente à perda de autonomia e desqualificação do seu trabalho.

Nesse sentido, Rêses (2011) revela, em seu artigo que a partir do rompimento da ideia de mestre-sacerdote e se identificando em classe trabalhadora, professores começaram a participação no sindicato. Esse resultado apontado pela pesquisa de Rêses de certa forma ratifica o que Marx (1985) já indicava em seu livro “A miséria da filosofia”, de que, as condições econômicas impostas pela dominação do capital põe em evidencia a identidade da

classe explorada, mas essa constatação por si só não é capaz de promover a organização de resistência desta classe.

Para Misailidis (2001), a partir de 1978 inicia uma segunda etapa do sindicalismo brasileiro, passando de um sindicalismo oficial, que de alguma forma estava ligado ao governo, para um novo sindicalismo que vê que o problema é político e de luta de classe. Outro elemento pautado por esta autora é que no decorrer dos anos 80 o funcionalismo público começa e se inserir nesse movimento “reivindicatório e combativo”, o que anteriormente não ocorria devido às associações terem um caráter mais cultural e assistencialista, inclusive pela proibição legal.

O fato é que os docentes no Brasil se organizaram de maneira mais efetiva somente a partir de 1990 (MAUÉS, 2012), momento em que ocorre a implantação do neoliberalismo¹⁷ no país, no governo de Fernando Collor. E em termos globais, o neoliberalismo se expande por diversos fatores, entre eles podemos enfatizar o esgotamento do Estado de Bem-Estar Social e do modelo de produção fordista/taylorista¹⁸, o que acarreta profundas mudanças no mundo do trabalho, influenciadas pelo novo modelo de produção, o toyotismo¹⁹ (FRIGOTTO, 2003).

A onda de reformas implantadas no Brasil a partir da década de 90 é baseada no Consenso de Washington, ocorrido nos EUA em 1989, que teve por objetivo a expansão do projeto neoliberal nos países latino-americanos, e pela pressão de instituições internacionais como: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (SILVA, 2003).

Em meio ao cenário de globalização, qualidade total, Estado mínimo, terceirização, o neoliberalismo resulta para os trabalhadores, na intensificação do trabalho e perda de direitos. E para Maués (2012), as reformas dos anos de 1990 afetaram de maneira significativa a educação brasileira, dentre outros aspectos na formação do professor e o trabalho docente.

A partir destas reformas, os professores passam a ser “os principais responsáveis pelo desempenho dos alunos, da escola e do sistema” verificado por avaliações externas; e muitas vezes estes têm de assumir funções de “agente público, assistente social, enfermeiro,

¹⁷ A ideia central do neoliberalismo é a que o Estado é responsável pela crise- que na realidade é do capital- e por isso o Estado deve atuar de maneira mínima, superestimando o mercado, aderindo a privatizações, abertura comercial e desregulamentação financeira e do trabalho (BOITO JUNIOR, 1998).

¹⁸ Modelo de produção baseado na especialização e intensificação do trabalho e na produção em massa (PINTO, 2013).

¹⁹ Modelo de produção baseado na flexibilidade da produção e da organização do trabalho (PINTO, 2013).

psicólogos” e esse excesso de responsabilidade e exigência acaba contribuindo para o processo de desprofissionalização, e da perda de identidade do professor (OLIVEIRA, 2010).

É sabido que a organização dos professores conseguiu acompanhar a ascensão do sindicalismo da década de 80, dada às condições organizativas de toda a classe trabalhadora no período. E desde a década de 90, no governo de Collor (1990-1992), ao governo Lula/Dilma (2003-2016) e Temer (2016-2018) o sindicalismo brasileiro sofre diante da onda neoliberal que se instalou e avança no Brasil. Para Boito Jr (1998) e Antunes (1997) diante da conjuntura dos anos 90, o sindicalismo passou a adotar uma postura de acomodação dentro da ordem neoliberal, adquirindo uma postura propositiva, com estratégias de conciliação, que de certa forma, desestimula e desvaloriza a luta das massas.

Visto isso, é fato que tanto o trabalhador quanto a sua organização (sindicato) sofreram impactos nessa reestruturação do mundo do trabalho. Antunes (2007) afirma que as transformações presenciadas no mundo do trabalho atingiram não só a materialidade da classe trabalhadora, mas a sua subjetividade. Corroborando com essa ideia Alves (2011, p.115) diz que a crise que o sindicalismo vive expressa “em parte, as dificuldades de as instituições políticas (e sindicais) enfrentarem a ‘guerra de oposição’ que ocorre no campo da subjetividade das individualidades da classe do trabalho”.

1.2.2 O SINTEPP- Castanhal: da associação à organização sindical

A partir de documentos coletados no próprio SINTEPP-Castanhal este tópico apresenta alguns elementos sócio-históricos da trajetória deste sindicato, de sua origem associativa até o ano de 2018, que nos possibilite a compreensão de sua inserção no cenário local.

O SINTEPP-Castanhal é a representação sindical de todos os trabalhadores²⁰ em educação das redes estadual e municipal neste município, estruturado em nove coordenações, cada uma contendo dois cargos, com exceção da coordenação de assuntos jurídicos em que há três cargos, o que resulta em uma direção de dezenove trabalhadores. Essa representatividade emergiu em 28 de outubro de 1982 com a fundação da Associação dos Professores de Castanhal (APC) destinada a “promover o desenvolvimento profissional e pessoal de seus membros” (ESTATUTO DA APC, 1983).

²⁰ Incluem-se na categoria de associados todos os professores/as, especialistas e funcionários/as das escolas públicas da rede estadual e municipal, que estejam em atividade ou aposentado (ESTATUTO DO SINTEPP, 2017).

Destaca-se que a criação desta associação nasce em um período que os professores da rede pública de ensino, assim como os demais servidores públicos eram proibidos de se organizarem em sindicato, mas as condições dos trabalhadores no Brasil incitava (e continuam) uma efervescência em busca de direitos, de melhores condições de trabalho e de vida.

Foi a partir da Constituição de 1988, quando os servidores públicos puderam se organizar em sindicato, que várias associações de professores tornaram-se sindicato, e no caso de Castanhal a transformação de associação em delegacia sindical do SINTEPP ocorreu no ano de 1989, a partir de um debate realizado entre os professores desta associação. A decisão não foi unânime, no entanto a proposta de está ligado ao sindicato de abrangência estadual foi vencida por maioria em votação (SINTEPP-CASTANHAL. Ata de transformação em delegacia sindical, 11.03.1989).

Assim, esta organização sindical é uma sub-unidade da estrutura do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP), que coordena as demais sub-unidades existentes em vários municípios paraenses, e atualmente é filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), desde 1983, ano em que se filiou também à Central Única dos Trabalhadores (CUT), mas em 2008 desfiliou-se, por decisão de sua base, visto a sua perda de combatividade frente ao governo Lula e sua política de conciliação de classe (LUZ, 2017).

Ao adentrar na história do SINTEPP-Castanhal pode-se identificar que este sindicato de alguma forma mantinha relações próximas com a Igreja Católica, visto que por um longo período da sua história, foram frequentes as realizações de suas assembleias e reuniões na Paróquia de São José, localizada no centro da cidade.

A existência desse vínculo corrobora inclusive com a pesquisa²¹ de Silva (2017), que investigou a organização dos docentes de Barcarena-PA e identificou a proximidade desta com a Igreja Católica, em decorrência das relações estabelecidas com a corrente interna da igreja, chamada “Teologia da Libertação”, visto que:

[..] a proposta da teologia da libertação, tanto para dentro da sociedade como para dentro das igrejas, não era de simples continuidade, mas sim de ruptura com um determinado passado, marcado pela geração sistêmica da desigualdade, do distanciamento, da injustiça e do preconceito (MOREIRA, 2012, p. 39).

Isso nos possibilita entender que esta referência seja uma explicação para a compreensão das relações que possibilitavam as assembleias e reuniões, do SINTEPP em Castanhal, serem frequentes naquele local, dado inclusive que o sindicato não possuía sede

²¹ Dissertação de mestrado em educação.

própria, pois somente em 2016 foi efetuada a compra²² do atual prédio do sindicato. E atualmente as suas assembleias são realizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Madre Maria Viganó”, que fica localizada num bairro central da cidade.

A participação foi uma categoria que pudemos analisar a partir dos documentos disponibilizados pelo SINTEPP-Castanhal para esta pesquisa, quais sejam: atas de eleição e posse de diretoria (de 1989 a 2018), atas de Assembleia Geral –AG e reuniões da diretoria (de 1984 a 2011). Com base neles, verificamos que a participação da categoria neste sindicato é pauta de discussão em determinados momentos da sua história. Por meio dos documentos foi possível identificar que em sua trajetória, há momentos em que este tema vem à tona, no geral, a partir da identificação por parte da direção sindical, da necessidade de participação dos filiados e em outros momentos da necessidade de filiar mais trabalhadores.

Neste sentido, verifica-se que a realização de campanha de filiação foi uma alternativa que possibilitou uma maior participação dos trabalhadores no sindicato e demonstrou surtir efeito, conforme mencionado no recorde de filiação no ano de 1993, logo após uma campanha de filiação feita pela direção (SINTEPP-SUBSEDE CASTANHAL, ATA DE POSSE, 28.08.1993).

Já em uma assembleia geral da categoria realizada no dia 20.03.1992, diante do cenário de atraso de salário dos trabalhadores e corte no salário daqueles que reivindicavam o pagamento da categoria, uma professora indica que a falta de participação, além de não ajudar a categoria, acaba acarretando prejuízos àqueles que se dispõem a lutar e conclui dizendo que “[...] se nos uníssemos por mesmos objetivos solucionaríamos problemas sem prejudicar esta minoria disposta a lutar” (SINTEPP SUBSEDE CASTANHAL, ATA DE AG, 20.03.1992).

Apesar da informação sobre a pouca participação sindical, ser datada há mais de 25 anos atrás, ela não pode ser considerada anacrônica, dada as atuais circunstância, não apenas da conjuntura político-econômica-social de Castanhal, mas do Brasil e do mundo, a qual é reflexo das transformações que ocorrem no mundo do trabalho, sobretudo a partir da reestruturação produtiva na década de 1970, conforme nos explica Alves (2000):

[...] a crise do sindicalismo no Brasil é, na atual situação, o resultado político-ideológico da crise do mundo do trabalho (de caráter estrutural e não apenas conjuntural), caracterizado pelo surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho (ALVES, 2000, p.122).

Afinal, qual a explicação para a todo o momento os trabalhadores e suas organizações estarem sendo atacados pelo sistema de acumulação capitalista, seja pelos empresários ou

²² Informação dada pela direção do sindicato, durante uma visita que fiz ao sindicato, que fica localizado na Rua Pres. Kennedy, 1101 - Estrela, Castanhal - PA, 68743-110.

pelo Estado e não conseguem organizar-se de maneira efetiva, enquanto classe para si? Por que muitos trabalhadores apesar de sofrerem com esse estado de desvalorização do trabalho e da vida, que este sistema tem imposto, continuam a ignorar a organização sindical?

Certamente esta não é uma realidade inerente ao município de Castanhal, visto que “[...] os dados indicam a baixa taxa de sindicalização docente no Brasil e a reduzida crença e expectativa, por parte dos sindicalizados, em relação à atuação das direções sindicais” (GINDIN e MELO, 2011, p. 279). O próprio “SINTEPP vivencia uma crise de identidade política sobre o seu papel e o caráter de suas lutas diante das demandas do capital” (LUZ, 2017, p. 18).

Problematizar esta especificidade do sindicalismo docente neste município, pode nos mostrar como o processo de crise sindical tem se apresentado para os trabalhadores da educação, sobretudo, os docentes da rede municipal, sujeitos desta pesquisa, e quais as suas peculiaridades nesse processo.

Outro aspecto da trajetória deste sindicato, conforme retratada em seus documentos, nos indica que há um envolvimento político-social, bem como a participação no controle social no cenário municipal, em temas que extrapolam os debates trabalhistas de sua categoria, pois em vários momentos de sua trajetória, é possível identificar a participação de seus membros no Conselho do FUNDEB, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Saúde, Conselho da Alimentação Escolar e Conselho Estadual de Representantes, além da participação em conferências municipais, abarcando um conjunto de espaços que discutem as formulações e controle das políticas públicas.

Dada a importância dos conselhos como um processo importante na construção de uma democracia descentralizada e participativa, Gohn (2007, p. 07) afirma que eles são “canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos”.

Ao ampliar sua participação em temas que estão adiante dos interesses econômicos da categoria, o sindicato demonstra compromisso com os rumos do município, o que lhe possibilita credibilidade perante as instituições e cidadãos de Castanhal.

Os registros analisados mencionam o apoio recebido dos pais de estudantes (SINTEPP SUBSEDE CASTANHAL, AG, 10.06.1989), dos sindicatos como metalúrgicos, comerciário (SINTEPP SUBSEDE CASTANHAL, ATA DE POSSE, 28.08.1993) em momentos de luta, assim como outros trabalhadores, que não são da educação, mas veem este sindicato como um ponto de referência na busca de seus direitos (SINTEPP SUBSEDE CASTANHAL, AG, 31.08. 1989). Neste sentido, Frigotto e Molina (2010), afirmam:

A permanente mobilização pelo cumprimento dessas lutas, em defesa da educação pública, é tarefa fundamental dos movimentos sociais, dos sindicatos e da comunidade escolar. Sem mobilização e articulação com outras forças da sociedade, tudo ficará na letra morta. (FRIGOTTO, MOLINA, 2010, p.48)

É real a necessidade do constante diálogo entre os sindicatos, com os demais movimentos sociais e o povo, pois em tempos de reificação²³ do individualismo, observamos também que a prática corporativista persiste no próprio movimento sindical, o que resulta em uma relação turva entre a própria classe trabalhadora, na qual o trabalhador de uma determinada categoria não consegue ter uma visão de classe e enxergar no outro trabalhador, de categoria diferente, a opressão da qual os dois são vítimas. Afinal,

Ninguém é uma ilha: toda pessoa [*organização*] se realiza quando se relaciona com outras. A doutrina capitalista de cada um conforme sua ganância gera dominação e exclusão. Contra a lei do mais forte, a militância socialista pratica a solidariedade, reconhece o valor da soma das riquezas individuais e reage contra a divisão entre superiores e inferiores (PELOSO, 2012, p. 85, grifo meu).

Ao afirmar que não somos “ilhas”, Peloso (2012) nos diz que não conseguimos nos realizar, seja individual ou coletivamente, sem o outro, os outros. E neste fato, assenta-se a emergência das organizações sindicais e demais movimentos que reivindicam uma sociedade justa e igualitária, bem como solidária, criarem redes de diálogo que possibilitem a construção de uma alternativa para contrapor a lógica da exploração e do lucro, essa lógica do capital.

Nesse sentido, garantir o fortalecimento das organizações dos trabalhadores, como o SINTEPP-Castanhal é fundamental para a disputa no cenário político-econômico-social marcado pelas políticas neoliberais que investem no “[...] desmonte dos sindicatos, e movimento sociais” de contestação à ordem burguesa (FRIGOTTO e MOLINA, 2010, p. 43). E a participação da base sindical é elemento chave para esse fortalecimento. A tabela a seguir contém dados das eleições do SINTEPP-Castanhal, da qual podemos inferir alguns elementos da participação sindical nesse período histórico.

²³ Com base no pensamento marxista reificação “é o ato (ou resultado do ato) de transformação das propriedades, relações e ações de coisas produzidas pelo homem que se tornaram independentes (e que são imaginadas como originalmente independentes) do homem e governam sua vida” (BOTTOMORE, 1983, P. 314).

Tabela 2: Dados das eleições do SINTEPP-Subsede Castanhal de 1989-2018.

VOTANTES E VOTOS	ANOS											
	1989	1991	1993	1995	1997	1999	2002	2005	2008	2012	2015	2018
Filiados	104	*	410	455	503	503	520	453	492	*	*	662
Participaram	72	99	275	288	301	310	306	290	310	*	*	343
Chapa 1	70	99	256	254	251	273	273	261	*	*	*	287
Contrários	0	0	17	22	41	29	29	24	*	*	*	41
Branco e Nulos	2	0	2	12	14	8	4	5	*	*	*	15

* Dados não informados.

Fonte: Elaboração própria do autor, a partir dos dados contidos nas atas de eleição deste sindicato.

Esta tabela apresenta a ausência dos dados das eleições de 2012 e 2015, isto decorre do não acesso às atas de eleição desse período. Na ata de posse da eleição do ano de 1991 não está mencionada a quantidade de filiados, bem como não estão descritos os votos da chapa, contrários e brancos e nulos na ata de eleição do ano de 2008.

Os dados mostram que nos primeiros anos do período analisado há um crescimento no número de filiados, o crescimento quantitativo ocorreu principalmente após a campanha de filiação feita em 1992. No entanto, em 2005 verifica-se que há uma queda no número de filiados, mas que na eleição seguinte já se observa novamente um novo crescimento.

Um ponto que se destaca na história das eleições do SINTEPP-Castanhal é o fato de que, em todas as atas de eleições analisadas não houve ocorrência de duas chapas ou mais disputando eleições nesta subsede, ocorrendo sempre eleição com apenas uma única chapa. E nessa perspectiva, a partir da análise das nominatas das atas de posse, pode-se constatar que neste período analisado, o mesmo grupo político tem se mantido a frente desta subsede sindical.

Tais fatos imprimem alguns questionamentos sobre essa ocorrência, como: quais os pontos positivos e negativos de um grupo se manter por tanto tempo a frente de uma instituição? E porque isso ocorre?

É fato que o próprio governo municipal nesse período também se manteve sob o poder de um mesmo grupo político, o Partido Movimento Democrático Brasileiro-PMDB e seus aliados, tendo como expressão política de destaque, o ex-prefeito Paulo Titan²⁴.

O ciclo em que se alternavam na prefeitura o ex-prefeito Paulo Titan e seus aliados foi quebrado nas eleições de 2016, quando sai vitorioso da disputa eleitoral, Pedro Coelho, filiado

²⁴ Conforme o *site* da Prefeitura de Castanhal, Paulo Titan foi prefeito em 4 mandatos: (1983-1988), (1997-2000), (2001-2004), (2013-2016).

ao Partido Popular Socialista (PPS), que aparentemente não tinha nenhuma relação com o grupo de Titan.

Na relação estabelecida entre o Estado, na figura do governo municipal, e o sindicato como representante dos trabalhadores, o choque de interesses é quase inevitável, na medida em que o Estado em sua premissa neoliberal não prima pela valorização do trabalho ou mesmo do diálogo voltado para a construção e efetivação das políticas sociais. Porém esse choque também pode ser evitado quando o sindicato encontra-se cooptado pelo governo, como ocorreu com grande notoriedade com diversas entidades no período em que o governo do Partido dos Trabalhadores assumiu a presidência do país.

Na conjuntura de Castanhal, os documentos analisados mostram que o enfrentamento do sindicato ocorre principalmente com o governo municipal, e os pontos de conflitos são decorrentes, sobretudo em relação ao salário. Porém, conforme esclarecido em uma assembleia geral extraordinária, a diretoria geral do sindicato postula a seguinte afirmativa: “[...] a nossa reivindicação não é só por salários, é também por melhorias de uma maneira geral na educação municipal” (SINTEPP SUBSEDE CASTANHAL, ATA de AGE, 10.06.1989).

O que corrobora com Gouveia e Ferraz (2012) quando afirmam que a história da organização dos docentes, as pautas de reivindicações estão para além do salário, alcançando lutas por políticas educacionais que incidem na qualidade da educação. A própria luta por formação profissional para os professores de Castanhal é antiga, conforme podemos identificar desde os registros da APC que datam o ano de 1984.

Entre outras reivindicações está a não demissão de trabalhadores sem justa causa, visto que essa é uma prática recorrente por questões político-eleitorais e também pelo discurso de corte de gastos (SINTEPP SUBSEDE CASTANHAL, Ata da AGE, 10.06.1989; REUNIÃO da DIRETORIA, 14.09.1991; Ata da AG, 11.02.1993). O que põe o trabalhador numa profunda instabilidade de vida e de subsistência e tão pior quanto isso, numa situação de submissão àqueles que assumem o governo municipal. E por esse motivo a luta por concurso público tem sido também uma bandeira levantada por este sindicato.

As paralisações e greves têm sido a forma de enfrentamento que o sindicato tem utilizado para colocar em evidência os conflitos, dos quais muitas vezes os governos se negaram a dialogar ou mesmo tentaram silenciar os trabalhadores em educação. Para Engels (1985) as greves “não decidem nada definitivamente, mas são a prova mais segura que a batalha decisiva entre o proletariado e a burguesia se aproxima. São escolas de guerra dos operários, onde eles se preparam para o grande combate” (ENGELS, 1985, p.253).

As greves não só demonstram a força dos trabalhadores perante o Estado, como também podem ser momentos em que a classe utiliza esse momento para organiza-se para o enfrentamento. Em determinados momentos, quando a classe ainda não chegou nem mesmo a consciência de si, é muito mais estratégico vislumbrar o momento de greve como momento pedagógico, do que como enfrentamento em si, visto que isso não exclui ou mesmo diminui o enfrentamento com o governo, mas contribui para o fortalecimento do poder de ação dos trabalhadores.

A greve põe em evidencia a luta de classes existente, mostra “que o governo é o seu inimigo e que é preciso lutar contra ele” (LENIN, 2008, p. 207) e as suas leis, ao mesmo tempo em que na greve é momento também de apontar rumos para a emancipação da classe, para a superação do sistema capitalista e propagar os ideais socialistas.

É nesse sentido, que tanto Lenin, quanto Rosa Luxemburgo advertem que para uma greve é necessário saber “escolher o momento para desencadeá-la” (LENIN, 2008, p. 107), pois ela “[...] não pode ser ‘feita’ artificialmente, não pode ser ‘decidida’ a esmo, não pode ser ‘propagada’, mas constitui um fenômeno histórico que, em dado momento, resulta das relações sociais por necessidade histórica.” (LUXEMBURGO, 2012, p.220).

A decisão de uma greve deve ser feita pela categoria, pois como observamos no histórico de enfrentamento, no caso de Castanhal, o movimento grevista enfrenta as reações do patrão, o governo, como nos mostra o registro da ata da Assembleia Geral Extraordinária-AGE do dia 10.06.1989 informando que o secretário de Educação do município objetivou desmobilizar os trabalhadores durante uma greve.

Foi nos informado que o Secretário de educação está fazendo reunião nas escolas, pressionando os trabalhadores e tentando desmobilizá-los, chegando ao ponto de agredir fisicamente um membro da diretoria (SINTEPP SUBSEDE CASTANHAL, Ata da AGE, 10.06.1989).

No ano de 1992 a prefeitura inclusive efetuou descontos no pagamento daqueles que estavam na greve como explicita o excerto a seguir:

Falou [coordenadora Araceli] também sobre a forma como o secretário de educação se dirigiu às professoras que reclamavam do salário além de atrasado, cortado ao meio, o mesmo chegou a usar palavras de baixo nível em plena fila de pagamento. A professora Raquel colocou sobre a falta de mobilização da classe, pois se nos uníssemos, por mesmos objetivos solucionaríamos estes problemas sem prejudicar esta minoria disposta a lutar (SINTEPP SUBSEDE CASTANHAL, ATA da AG, 20.03.1992).

Outra reação significativa do governo municipal à luta sindical dos trabalhadores em educação ocorreu em 1992, quando o Prefeito cria outro sindicato, o SEPUC²⁵, e de forma autoritária o institui com representante dos professores e a revelia dos trabalhadores realiza descontos para este novo sindicato.

Foi colocado também a respeito do SEPUC, sindicato imposto à classe, sem sequer uma consulta prévia aos trabalhadores com direitos a descontos sem a autorização dos funcionários e direcionado por secretários e assessores do sr. Prefeito, assim jamais colocar-se-á ao lado do trabalhador. Os funcionários repudiaram esta atitude comunicando o reconhecimento do SINTEPP como seu verdadeiro representante (SINTEPP SUBSEDE CASTANHAL, ATA de AG, 20.03.1992).

Nos documentos coletados não foi possível identificar como este sindicato [SEPUC] foi encerrado, mas também não encontramos indícios de que ainda exista, portanto fica subentendido que suas atividades foram encerradas.

Ao mesmo tempo em que o SINTEPP sub sede Castanhal faz o enfrentamento com o governo municipal, destaca-se que na história houveram relações de proximidade com membros do poder legislativo, a exemplo do deputado Edmilson Rodrigues que se faz presente em suas assembleias (SINTEPP SUBSEDE CASTANHAL, Ata da AG, 20.03.1992). O que pode ser explicado, por sua trajetória política está ligada aos movimentos sociais e a própria coordenação estadual do SINTEPP.

Cabe destacar que alguns membros do SINTEPP-Castanhal chegaram inclusive a exercer mandatos legislativos, como foi o caso da Professora Araceli Lemos, eleita deputada estadual (1998 a 2007), Professor Raimundo Gomes eleito vereador (1997 a 2000), assim como o Professor Rubenixson Farias, eleito duas vezes (2000 a 2008) ao cargo de vereador. E este fato pode ser um indicativo de reconhecimento do trabalho desempenhado por estes professores que se destacaram no movimento docente em Castanhal.

A partir dos elementos históricos apresentados pelos documentos analisados, afirmo que a história do SINTEPP-Castanhal da associação ao sindicato o afirma como uma organização legítima da categoria docente no município, na medida em que os documentos revelam os vários momentos dos enfrentamentos com o governo municipal, na reivindicação de melhorias à educação, principalmente a valorização salarial do professor. Percebe-se também que em vários momentos o SINTEPP-Castanhal articulou-se com a comunidade escolar e outras organizações de trabalhadores, participou de Conselhos municipais, o que de certa

²⁵ Ao ser mencionado na Ata da Assembleia Geral de 20.03.1992, a sigla do sindicato SEPUC não é posta por extenso. Mesmo em registros posteriores, não há menção do significado da sigla.

maneira aponta uma tentativa de superar o corporativismo presente na estrutura do sindicalismo brasileiro.

Sobre a participação da categoria no sindicato, com base nas atas de eleição percebemos que a filiação oscilou em vários momentos da história da organização, mas a filiação não reflete necessariamente em participação real, pois há momentos em que a baixa participação ativa da categoria promoveu o enfraquecimento das lutas e resultou em cortes de salários daqueles poucos que ousavam enfrentar o governo.

E no atual estágio de decomposição do capitalismo, onde se almeja assegurar a todo custo o seu processo de acumulação, o antagonismo entre as classes se acirram, devido à deterioração das condições de existência da classe trabalhadora. Nesse contexto, Abramides (2017, p. 371) acredita que “há uma possibilidade histórica de revolução social” em meio as atuais condições objetivas provocadas pela força destrutiva do capitalismo que incitam uma transformação, porém é necessário também que sejam construídas condições subjetivas para a classe trabalhadora desempenhar seu papel revolucionário. Contudo este será um trabalho da própria classe trabalhadora, e aí está a importância da mediação feita pelas organizações da classe, como os sindicatos e partidos na perspectiva revolucionária.

Mas como mencionado anteriormente, as transformações ocorridas no mundo trabalho atingem também a subjetividade da classe trabalhadora “no sentido de cooptá-la ao projeto de exploração e dominação de classe” (ABRAMIDES, 2017, p. 369). Assim torna-se imprescindível nesta investigação sobre sindicalismo docente, ouvir os professores para compreender como esse processo tem reverberado na participação sindical dos docentes da RMC. Neste propósito apresenta-se a discussão feita no capítulo seguinte.

2. SINDICALIZAÇÃO DOCENTE NO SINTEPP- CASTANHAL: FILIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Mas quem é o Sindicato? Ele fica sentado em sua casa com telefone? Seus pensamentos são secretos, suas decisões desconhecidas? Quem é ele? Você, eu, vocês, nós todos. Ele veste a sua roupa, companheiro, e pensa com sua cabeça. Onde moro é a casa dele e quando você é atacado, ele luta. Mostre-nos que caminho devemos seguir e, nós seguiremos com você. Mas não siga sem nós o caminho correto. Ele é sem nós o mais errado. Não se afaste de nós. Podemos errar e você ter razão, portanto não se afaste de nós! Que o caminho curto é melhor que o longo, ninguém nega, mas quando alguém o conhece e não é capaz de mostrá-lo a nós, de que nos serve sua sabedoria? Seja sábio conosco, não se afaste de nós!

Bertold Brecht

No presente capítulo objetivamos identificar quais fatores impedem ou contribuem para a participação dos docentes da RMC no SINTEPP. Neste sentido, primeiramente são apresentados elementos que indicam o perfil dos professores filiados a este sindicato, a partir da análise dos dados da sindicalização de seus integrantes e do Censo Escolar 2017²⁶.

Em seguida, com base nas informações colhidas por um questionário aplicado aos professores sindicalizados e não sindicalizados da RMC são analisadas as motivações que o conduziram à participação sindical, bem como as possíveis influências para que os professores não filiados se mantenham nessa condição.

Para tanto, não podemos nos distanciar da discussão contextual na qual se insere a participação neste sindicato. Pois o contexto é delineado pelos acontecimentos que envolvem o sindicalismo em âmbito mais geral, e articulam-se de forma contraditória em meio à crise do capital e à política neoliberal. Observa-se, ainda, que os fatos que envolvem o sindicalismo docente em Castanhal não estão isolados e estanques, mas numa relação dialética, imerso na totalidade que compreende a atual crise do sindicalismo.

2.1 Perfil dos professores sindicalizados da rede municipal de Castanhal

A partir dos dados de filiação do mês de abril de 2018 fornecidos pelo SINTEPP-Castanhal foi feita uma análise que possibilita conhecer alguns elementos do perfil dos sindicalizados, tais como: percentual de filiados por rede de ensino, percentual dos segmentos da RMC, sexo dos professores da RMC e a zona geográfica destes docentes.

²⁶ Os dados do censo escolar utilizados nesta pesquisa foram retirados do *site* Laboratório de Dados Educacionais elaborado pelo Núcleo de Políticas Educacionais (NuPE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o Centro de Computação Científica e Software Livre (C3SL) do Departamento de Informática da mesma. Este site simplifica a exposição dos microdados divulgados pelo Ministério da Educação, o que facilita a leitura dos mesmos. Disponível em: <<https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br>>.

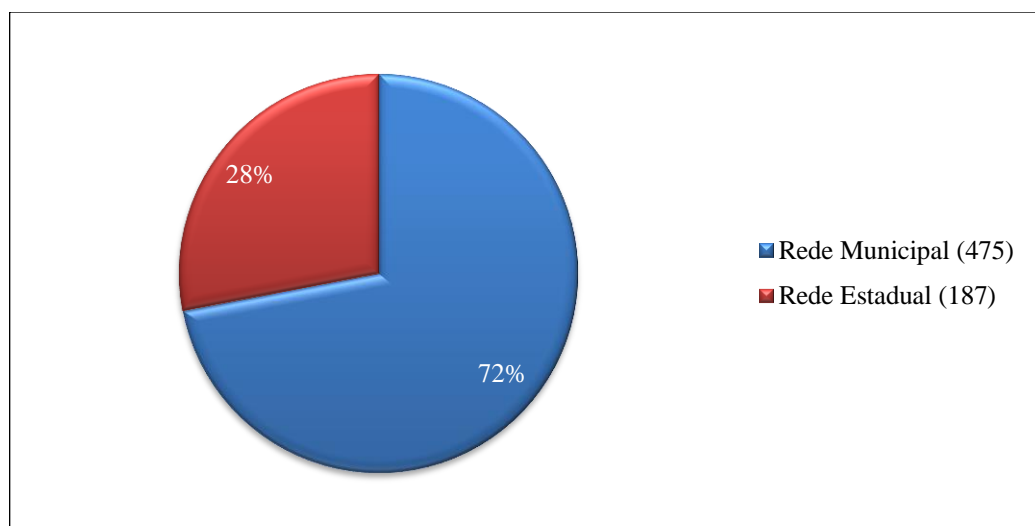
A organização dos professores da RMC hoje vive no cenário em que a sua sindicalização está compreendida na unificação de outros segmentos que trabalham na escola, a saber: professores, especialistas e funcionários. O que lhes permite uma caracterização e identidade ampla de trabalhadores em educação, e isto explica a denominação da organização de muitos sindicatos no Brasil, assim como no caso de Castanhal.

O uso deste termo “trabalhadores em educação” ganha ênfase a partir de 1978 no Brasil, quando entidades sindicais docentes se identificam com a luta dos trabalhadores em geral. O que demonstra uma “busca por coerência e estabilidade, que dê a sensação aos indivíduos de se reconhecerem como parte de uma coletividade” (CARDOSO, 2010, p. 03).

Em consonância com essa conjuntura, atualmente no SINTEPP-Castanhal estão filiados não apenas professores, mas todos os demais trabalhadores em educação que atuam na rede pública municipal e estadual. No Censo Escolar de 2017 consta que a RMC possui 2979 trabalhadores. Entre estes, 475 professores e técnicos são filiados e correspondem a 15,34% do universo total de trabalhadores desta rede.

Além deste, há o Sindicato dos Professores de Castanhal (SINPRO) que é o representante dos professores que atuam na rede privada do município. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos filiados no sindicato por rede de ensino.

Gráfico 1: Filiados ao SINTEPP-Castanhal por rede de ensino, 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na relação de filiados fornecidos pelo SINTEPP-Castanhal, 2018.

Esses dados de filiação incluem todos os segmentos da categoria dos trabalhadores em educação. Eles refletem a lógica quantitativa dos trabalhadores nas referidas redes, visto que há um número maior de sindicalizados oriundos da rede municipal, que apresenta um

montante maior que o universo de trabalhadores atuantes na educação da rede estadual, neste município.

Os dados do Censo Escolar 2017 mostram que neste ano, houveram 1026 professores na RMC. Logo, se 446 destes são filiados, isso gera uma taxa de filiação de 43,46% entre os professores. Os dados de filiação disponibilizados pelo sindicato não discriminam os cargos dos 187 filiados da rede estadual, o que inviabiliza o cálculo percentual de participação entre os 416²⁷ professores na rede estadual atuando no município.

Dos 446 filiados da RMC, nenhum é temporário, pois no SINTEPP-Castanhais no período da coleta de dados desta pesquisa, não constava nenhuma filiação de trabalhadores em regime de contrato temporário²⁸. Embora o estatuto do sindicato não restrinja, nem faça separação entre temporário e efetivo, conforme observamos no art 2º e 4º do seu estatuto:

Art. 2º - O SINTEPP tem por finalidade defender jurídica e socialmente, no âmbito administrativo e judicial, inclusive por meio de ação pública, os interesses e direitos individuais e coletivos dos trabalhadores e trabalhadoras em educação pública da rede estadual e municipais de ensino do Estado do Pará, **independente do regime jurídico a que estejam submetidos**, em todos os seus direitos e lutas, assim como promover a formação política dos trabalhadores e trabalhadoras em educação e a solidariedade entre todos os trabalhadores e trabalhadoras (ESTATUTO DO SINTEPP, 2017, p. 01).

Art. 4º - São considerados associados ao SINTEPP, **todos os trabalhadores e trabalhadoras em educação pertencentes às redes pública, estadual e municipais** de ensino do Estado do Pará, em atividade e aposentados, mediante a entrega a um dos seus coordenadores a ficha de filiação devidamente preenchida e assinada (ESTATUTO DO SINTEPP, 2017, p. 01).

Em uma das minhas visitas ao sindicato, perguntei sobre a existência de temporários filiados, e uma integrante da direção, afirmou que não haveria compatibilidade do sindicato filiar temporários, tendo em vista a luta por concursos públicos. Acredito que essa lógica de incompatibilidade está equivocada, pois nos levaria erroneamente a entender que a existência do trabalhador temporário anula a luta por concurso público e inclusive as más condições de trabalho às quais esse docente se submete.

Na realidade a indiferença de um sindicato com o temporário é reflexo e expressão do neocorporativismo “[...] que procura preservar os interesses da parcela ‘mais’ estável da categoria à qual se vincula o sindicato, desconsiderando os segmentos que compreendem o trabalho precário, terceirizado, parcial” (ANTUNES, 2005, p. 82-83). E nesse sentido, tendo em vista uma posição classista e não corporativista, identifica-se a necessidade dos sindicatos se organizarem de forma a incorporar estes trabalhadores não efetivos, que em sua maioria

²⁷ Dados do censo escolar 2017.

²⁸ E a RMC apresentou no censo escolar de 2017 a presença de 305 professores temporários.

são os que se encontram em maior fragilidade de direitos e condições de trabalho, quando comparado ao concursado.

No caso de Castanhal, como em muitos municípios e estados do Brasil, as vagas no serviço público ainda continuam sendo objetos das relações de apadrinhamento político praticado por muitos que estão no poder, mas esta relação não pode ser utilizada para fragmentar ainda mais a classe trabalhadora.

É importante compreender que quem mantém e se beneficia da não abertura de concursos e manutenção dos regimes de contratos temporários no serviço público são aqueles que buscam manter-se no poder político da esfera pública. E nesse sentido, o trabalhador temporário não pode ser tido como indigno dos direitos trabalhistas dos demais trabalhadores, pois a guerra deve ser travada com o patrão e não entre trabalhadores.

Ainda que não haja temporários filiados a esta subseção, ao apresentar uma taxa de sindicalização de 43,46%²⁹ entre os professores da rede municipal castanhalense, se destaca no universo sindical, quando comparamos a taxa média de sindicalização nacional (12%)³⁰. Importante ressaltar que essa expressiva taxa de sindicalização, ela não pode ser analisada isoladamente de outras variantes, como nos adverte Cardoso (1999),

[...] a filiação não pode ser tomada como medida universal da legitimidade vertical da representação do sindicalismo, seja porque parte dos não-filiados também participa da ação coletiva, seja porque muitos filiados não participam (CARDOSO, 1999, p.96-7).

Os trabalhadores, no final da década de 1970, influenciaram um movimento dentro das organizações dos professores da educação básica, a compreensão de uma identidade classista e, decidiu-se pela união representativa de todos aqueles trabalhadores que atuam na educação neste nível de ensino. Desde então, algumas organizações docentes passam a adotar a luta de todos os “trabalhadores em educação”³¹, como é o caso do SINTEPP, que não é apenas um sindicato de professores.

A denominação ‘trabalhadores em educação’, em vez de ‘educadores’, ‘professores’ ou ‘profissionais da educação’, reflete a mudança de percepção da própria categoria no conjunto dos trabalhadores em geral. Ela toma consciência de que os problemas que afetam os docentes são basicamente os mesmos de outras categorias de trabalhadores. Portanto, as lutas do magistério são consideradas, a partir de então, semelhantes às dos trabalhadores em geral (GADOTTI, 1996, p. 15).

²⁹ Referente a proporção calculada entre 446 docentes da RMC filiados, do total de 1026 professores efetivos e temporários atuantes na RMC em 2017, conforme dados do Censo Escolar 2017.

³⁰ Referente ao ano de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/com-desemprego-em-alta-cai-o-percentual-de-sindicalizados-no-pais-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em 21.07.2018.

³¹ “Expressão utilizada para designar indistintamente todos os segmentos que compõem o quadro de pessoal de uma escola: professores/as, especialistas e funcionários/as” (CARDOSO, 2010, p. 01).

Essa opção por “trabalhadores em educação” possibilita a organização de uma categoria que dentro da divisão social do trabalho possui condições idênticas. E ao mesmo tempo em que esse processo de união descortina uma classe em si (classe trabalhadora), essa aglutinação possibilita também a identificação e formulação de interesses comuns, objetivando a organização dessa classe para si.

No entanto, a organização desses interesses comuns não são tão simples, visto que cada ser humano possui sua forma particular de pensar e agir sobre a realidade. Ao passo que isto explica em parte o fenômeno da fragmentação sindical existente hoje nas organizações dos trabalhadores.

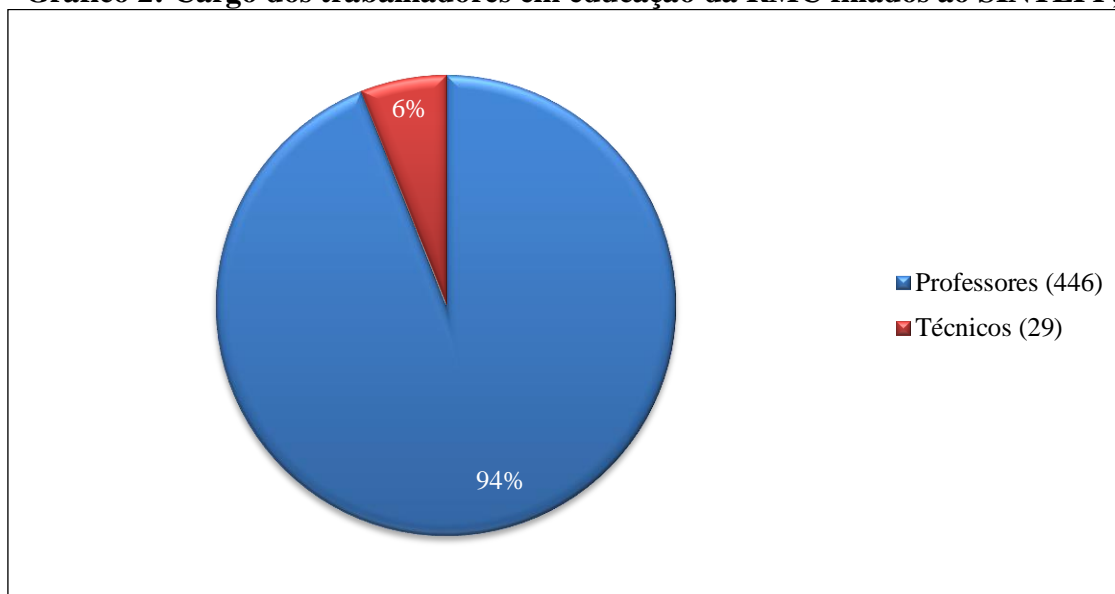
Em parte porque a fragmentação sindical também é resultante das mudanças ocasionadas pela reestruturação produtiva, pois a partir daí muitos sindicatos passaram adotar posturas participativas e neocorporativas, de acomodação dentro da lógica do capital, ao passo que isto se aprofunda com “uma crise dos intelectuais orgânicos da classe, sindicatos e partidos socialistas, capazes de desenvolver a consciência necessária de classe” (ALVES, 2000, p. 65).

É nesse sentido que Antunes (2007) afirma que as mudanças no mundo do trabalho gestadas pela reestruturação produtiva acarretam consequências não apenas à materialidade da classe trabalhadora, mas afetaram sua subjetividade. E conforme Moura (2008),

Para diluir a atual ordem vigente certamente será necessário, logo de início vencer a consciência individualista imediata que tudo pulveriza eternizando a ordem vigente como fragmentária e incontrolável. A consciência individualista desenvolvida pela lógica burguesa capitalista bloqueia a construção da consciência coletiva (MOURA, 2008, p. 15).

Na contramão da lógica fragmentadora, o SINTEPP-Castanhal congrega entre seus filiados os diversos segmentos daqueles que trabalham na educação, que compreende desde os vigilantes que atuam nas escolas, serventes, assistentes administrativos e professores.

O Censo Escolar de 2017 informa que neste ano a RMC possuía 2979 trabalhadores em educação. A seguir o gráfico 2 nos mostra quem, dentre estes, são os trabalhadores da educação sindicalizados.

Gráfico 2: Cargo dos trabalhadores em educação da RMC filiados ao SINTEPP, 2018.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na relação de filiados fornecidos pelo SINTEPP-Castanhal, 2018.

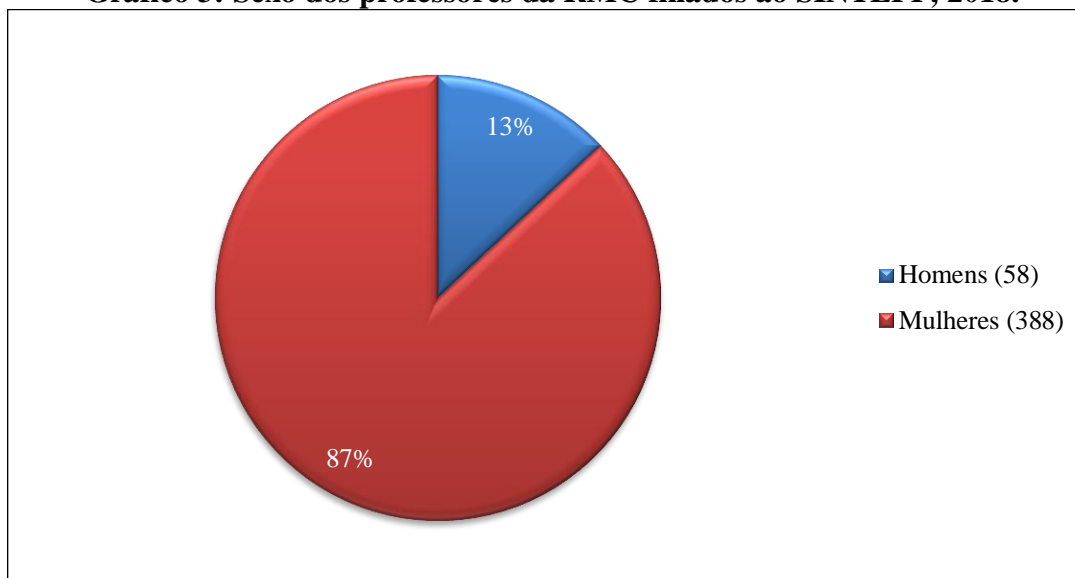
A partir dos dados apresentados neste gráfico podemos identificar que a maior parte dos sindicalizados da rede municipal são professores, bem como é perceptível a baixa sindicalização dos servidores que ocupam cargos técnicos: vigilantes, merendeiras, agentes administrativos. Esses cargos somam 1953 trabalhadores, de acordo com dados do Censo Escolar 2017. Portanto, se apenas 29 estão filiados, isso quer dizer que a taxa de filiação desses trabalhadores técnicos corresponde a 1,48 %.

Mas o que pode explicar esta pequena sindicalização entre os que atuam na educação, mas não estão nos cargos de docência? Verifica-se, assim, a necessidade de buscar estratégias que objetive ampliar a participação destes trabalhadores na luta sindical, visto que estes não estão imunes às precárias condições de trabalho e salariais, as quais estão expostos todos os trabalhadores da educação.

Além do mais, essa necessidade se dá também pelo fortalecimento da categoria, da afirmação do sindicato enquanto organizador e representante não apenas dos professores, mas sobretudo de uma classe mais ampla, a dos “trabalhadores em educação”. Pois é com a participação efetiva de todos esses segmentos que poderá ser canalizada a vontade coletiva na produção de uma “síntese negativa, que nega a atual ordem das coisas por meio da ação prática efetiva transformadora” (MOURA, 2008, p. 15) e impedirá inclusive que haja uma fragmentação dessa categoria.

Outro elemento identificado nos documentos analisados sobre os filiados deste sindicato diz respeito ao sexo dos professores sindicalizados. Os dados indicam que a maioria é do sexo feminino, como podemos verificar no gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3: Sexo dos professores da RMC filiados ao SINTEPP, 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na relação de filiados fornecidos pelo SINTEPP-Castanhal, 2018.

Esse percentual expressivo de professoras sindicalizadas não é um dado oriundo do código genético ligado ao sexo feminino, mas resultado do processo de ampliação da força de trabalho da mulher no magistério, denominado de feminização da docência (LOURO, 1997). No Censo Escolar de 2017 no município de Castanhal, as 805 mulheres representavam 78,46% da classe docente atuante na RMC.

Conforme os dados do Censo Escolar 2017, as mulheres somam 81% da força de trabalho atuante na educação básica nacional. Esse percentual é ainda maior nos anos iniciais da educação, 96,6% na educação infantil, e 88,9% nos anos iniciais do ensino fundamental.

Embora o encargo da mulher com a socialização infantil seja fruto da divisão sexual do trabalho, diferenças biológicas são invocadas para justificar esse fato como “natural” (...). Historicamente, o conceito de vocação foi aceito e expresso pelos próprios educadores e educadoras, que argumentavam que, como a escolha da carreira devia ser adequada à natureza feminina, atividades requerendo sentimento, dedicação, minúcia e paciência deveriam ser preferidas. Ligado à ideia de que as pessoas têm aptidões e tendências inatas para certas ocupações, o conceito de vocação foi um dos mecanismos mais eficientes para induzir as mulheres a escolher as profissões menos valorizadas socialmente. Influenciadas por essa ideologia, as mulheres desejam e escolhem essas ocupações, acreditando que o fazem por vocação; não é uma escolha em que se avaliam as possibilidades concretas de sucesso pessoal e profissional na carreira (BRUSCHINI e AMADO, 1988,p.07).

Sobre esse processo sócio-histórico de feminização da docência, que emergiu nos primeiros anos do século XX, há várias afirmações entre os pesquisadores, que explicam os

fatores imbricados na origem deste movimento (CORONEL, 2014). Em sua pesquisa bibliográfica, Coronel (2014) expõe que esse processo está ligado: ao aumento da escolaridade obrigatória, conseqüentemente de estabelecimentos de ensino; o aumento de oportunidades promovido pelo processo de industrialização que propiciou a saída de homens que atuavam na docência; a luta das mulheres e não uma concessão.

É certo que com a ampliação da rede de ensino, segundo Tanuri (1979) o Estado se beneficiou da naturalização da divisão sexual do trabalho, pelo fato desta implicar na desvalorização do sexo feminino e conseqüentemente de suas atividades e seu pagamento. E conforme Ferreira (2016),

Assim, como desde o ponto de vista sociológico quanto maior tem sido o grau de feminização, maior também o grau de proletarização de uma categoria, esses dois fenômenos foram sendo associados, declarando ou decretando a menor necessidade da mulher professora a um melhor salário e um maior status profissional (FERREIRA, 2006, p. 229).

No entanto, ao passo que as condições de pauperização são criadas para essa categoria, é inevitável a sua organização. A criação das associações docentes data a década de 1930, período em que são organizadas as redes públicas de ensino (SOUZA, 1997).

A condição de inferiorização imposta às mulheres, na sociedade de forma geral, se reflete no acesso aos espaços de poder, no entanto, é tema de debate nos movimentos organizados, a exemplo dos sindicatos. Isso contribui para que as mulheres ocupem espaços significativos, inclusive disputando cargos importantes de direção.

No entanto, ainda observa-se a reprodução da lógica vigente na sociedade quando está em debate a relação de gênero, como o entendimento de que “a liderança sindical seria uma atividade masculina, sustentando a ideia de que seriam os homens os principais sujeitos políticos” (CORONEL, 2014, p. 31). O que nos leva a compreender o motivo pelo qual observou-se mulheres sindicalistas, na disputa por este espaço, incorporando características tidas como masculinas (SARTORI, 2001).

Foi detectado a partir das atas do SINTEPP-Castanhal que com o atual percentual de filiação, a figura feminina tem assumido um protagonismo frente às lutas sindicais desta organização. Observa-se no quadro 2, a seguir, que as mulheres vem ocupando cargos importantes de coordenações, e em alguns períodos assumindo a direção geral. Ressalta-se, a partir dos dados, que há participação ativa das mulheres tanto na base como na direção sindical.

Quadro 2: Mapa do sexo na ocupação de cargos da coordenação do SINTEPP-Castanhal, 1989-2018.

	1989	1991	1993	1995	1997	1999	2002	2005	2008	2012	2015	2018
Diretoria Geral	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Sec. Geral	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Sec. Finanças	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Sec. Comunic.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Sec. Formação	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Sec. Jurídico	■	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Sec. Assuntos Educacionais	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Sec. Filiação	*	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Sec. Aposenta.	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Sec. Eventos	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Sec. Funcioná.	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas seguintes atas fornecidas pelo SINTEPP-Castanhal: Ata de Eleição, 22 de abril 1989; Ata de Reunião, 22 de junho de 1991; Ata de Eleição 17 de junho de 1993; Ata de Eleição 14 de junho de 1995; Ata de Eleição 25 de junho de 1997; Ata de Eleição 27 de junho de 1999; Ata de Eleição 26 de agosto de 2002; Ata de Eleição 31 de agosto de 2005; Ata de Eleição e Posse 03 de dezembro de 2008; Ata de Posse 27 de abril de 2012; Ata de Posse 25 de setembro de 2015; Ata de Posse 21 de setembro de 2018.

*Não houve este cargo nesta coordenação.

Os quadros de coloração azul ■ correspondem a presença de cargo ocupado por homens, enquanto que os quadros de coloração verde ■ corresponde a presença de cargo ocupado por mulheres.

Importante ressaltar que com exceção da eleição de 1989, os cargos do SINTEPP-Castanhal foram ocupados por dois membros titulares.

Isto posto, se problematiza o fato de mesmo em um processo histórico de feminização da docência, com a maioria das funções docentes sendo ocupada por professoras mulheres, o cargo mais elevado na hierarquia do sindicato ainda é tido como função masculina.

Então, se é notório que a presença feminina é maciça e muitas vezes ruidosa nas assembleias e manifestações públicas, os microfones são, contudo, mais freqüentemente ocupados pelos homens. Também são eles, muitas vezes, preferidos, pela grande massa feminina, para os cargos de coordenação das entidades (LOURO, 1997, p. 477).

O sindicalismo revolucionário ao defender a criação de uma alternativa de sociedade, deve pautar, trazer ao debate e reivindicar a extinção de todas as formas de opressão, inclusive na relação de gênero. E no caso do sindicalismo docente, a criação de estratégias que eliminem elementos que dificultam a participação sindical efetiva das mulheres é uma questão de sobrevivência, visto que sua base é de maioria feita por elas. Desse modo, espaços de disputas ou outras formas de acesso das mulheres aos cargos mais elevados devem ser incentivados e formas diversas de exclusão, negadas.

Outro aspecto relacionado à questão da feminização da docência é que a presença feminina na docência é maior nos anos iniciais da educação básica: educação infantil e nos

anos iniciais do ensino fundamental. Os dados do SINTEPP-Castanhal apontam que dos 446 docentes filiados, 336 são nessas etapas de ensino, representando 75,33% dos professores sindicalizados.

Além de serem os cargos ocupados por maioria mulheres, estes também correspondem dentro da escala de salário dos docentes, os mais baixos da categoria que já é desvalorizada de modo geral conforme nos mostram Alves e Pinto (2009) com base em microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Tabela 3. Rendimento médio do professor/a por nível de formação, etapa e região, 2009.

Nível de Formação	Etapas de ensino	Brasil		Região				
		Nº	R\$	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Superior	Educação Infantil	115.949	1.273	1.015	1.015	1.360	1.330	1.228
	Séries Iniciais do Ensino Fundamental	333.377	1.565	1.436	1.436	1.596	1.785	1.567
	Séries Finais do Ensino Fundamental	453.762	1.710	1.716	1.716	1.621	1.804	1.592
	Ensino médio	416.353	2.029	2.112	2.112	2.051	2.051	1.937
Médio	Educação Infantil	110.536	758	815	815	788	946	720
	Ensino Fundamental	224.116	1.083	1.184	1.184	1.313	1.368	1.239
Leigos	Ed. Infantil e ensino Fundamental	36.398	883	-	-	-	-	-
Professor da educação básica		1.714.158	1.565	1.587	1.587	1.608	1.664	1.554

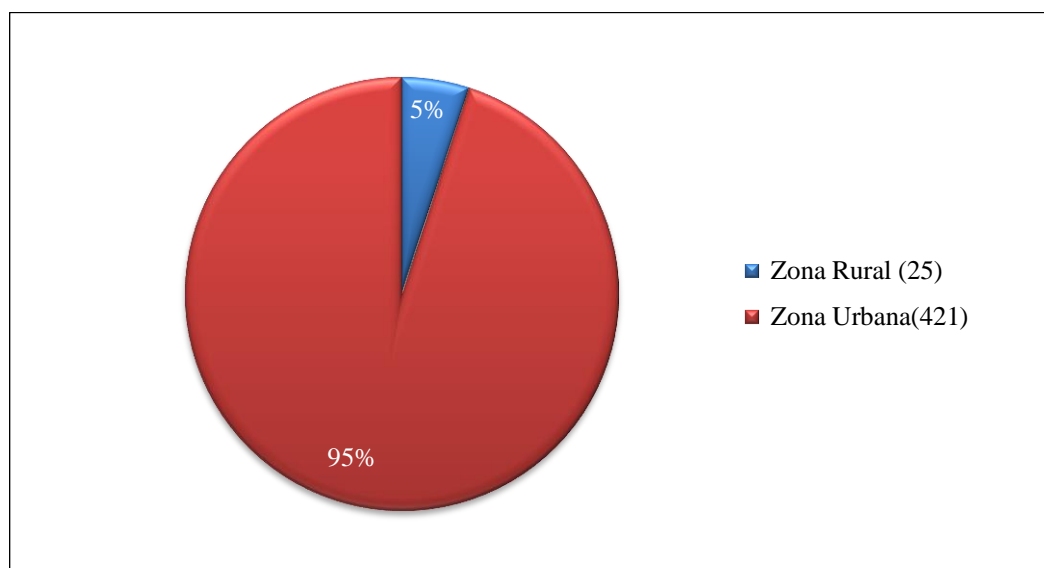
Notas: (a) Média do rendimento do trabalho como ocupação principal e secundária para uma jornada semanal de 30 horas ou mais. Não inclui as pessoas cuja ocupação docente é apenas a secundária; (b) Valores referente a Mato Grosso do Sul e Goiás. Não inclui o Distrito Federal; (c) Valor com alto coeficiente de variação em relação à estimativa da população de professores. Desta forma, segundo parâmetros do IBGE, estão sujeitos a erro amostral e podem, assim, ter o grau de confiabilidade estatística comprometido.

Fonte: ALVES, Thiago; PINTO, José Marcelino de Rezende. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. Cadernos de Pesquisa, Campinas, Unicamp, v. 41, n. 143, p. 606-639, maio/ago. 2011. Com base nos microdados da PNAD 2009.

Essa ocorrência de eventos interligados, um processo da feminização junto com a proletarização, são indicativos lógicos destes índices de participação sindical, já que os trabalhadores dessa etapa de ensino são os mais vulneráveis nessa desvalorização salarial que vivem os professores no Brasil. Além disso, a situação salarial piora quando são expostos os dados por regiões do país, sendo a região norte apontada como a de pior índice, conforme podemos observar na tabela anterior.

Isto nos mostra que uma análise geográfica dos temas educacionais pode também apresentar diferentes realidades. Nesse sentido, outra informação extraída a partir dos dados do SINTEPP-Castanhal apresentados no gráfico 4 nos informa sobre as localidades nas quais atuam os professores sindicalizados.

Gráfico 4: Zona geográfica dos professores filiados da RMC no SINTEPP, 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na relação de filiados fornecidos pelo SINTEPP-Castanhal, 2018.

A partir desses dados podemos afirmar que a maioria dos sindicalizados da RMC atua na zona urbana do município, ao mesmo passo em que percebe-se o baixo número de docentes filiados na zona rural, pois dos 209³² atuantes nas escolas do campo, apenas 25 estão filiados. Os números revelam a desigualdade existente entre o urbano e o rural, que se reflete também no meio educacional, visto que educação pública na zona rural “ainda tem dificuldade para incorporar tais inovações e ao nível de desenvolvimento urbano” (MEDEIROS, 2010, p. 34).

A organização docente dos professores do meio rural com certeza é uma ação fundamental para aumentar a capacidade de luta dos trabalhadores em educação, ao passo que simultaneamente sejam (re)afirmadas as demandas educacionais específicas da educação do campo.

Conforme Santos (2018, p. 186) nos afirma, “no campo, ainda encontramos unidades educacionais deterioradas, pessoal pouco qualificado, baixa quantidade de equipamentos e de material pedagógico, escolas sem energia elétrica e água potável, etc”. A autora conclui que além de meio rural possuir os maiores índices de analfabetismo e ensino multiseriado, a educação do campo enfrenta o grave problema de fechamento de suas escolas.

Em vista da realidade da educação do campo e dos documentos oficiais, como o Plano Nacional de Educação (PNE), para Santos (2018) a elevação da qualidade da educação

³² Dado do Censo Escolar 2017.

não partirá da ação política do Estado e para a garantia do direito à educação e de sua qualidade essa realidade necessita de enfrentamento.

Assim, ao analisar a totalidade dos dados apresentados, podemos afirmar que a ampla maioria dos filiados ao SINTEPP-Castanhal é oriunda da rede municipal, predominantemente da categoria dos professores, do sexo feminino e atuante na zona urbana. Importe ressaltar que dentre as redes de ensino, a municipal é mais expressiva no quantitativo de professores. Isto é resultante do processo de municipalização do ensino fundamental que ocorreu na década de 1990, conforme nos indica Gemaque, Guerreiro e Menezes (2000).

A característica predominantemente docente é resultante de um processo histórico da própria organização que se originou de uma associação de professores. Mas como podemos perceber a tentativa de aglutinar e criar uma identidade de luta dos “trabalhadores em educação” ainda não se concretizou, visto que, 94% da sindicalização da RMC é do segmento docente. Este dado aponta que, para que este termo coletivo não fique apenas no abstrato, existe uma real necessidade de ações estratégicas para a participação dos demais segmentos que compõem a categoria dos trabalhadores em educação.

A ampla presença feminina identificada no SINTEPP-Castanhal, como abordamos anteriormente, é um reflexo do grau de feminização da docência. E nessa discussão cabe problematizar que o fato de vivermos em uma sociedade machista, não exclui a organização da manifestação deste fato também, visto que alguns cargos em sindicatos e partidos, dentre outros, ainda são espaços considerados territórios masculinos. No entanto, estudos, debates vem contribuindo para desmistificar essa visão e contribuir para que as mulheres possam ter acesso aos cargos de direção e exercer liderança.

Dessa forma, acredito que na contramão da atual divisão sexual do trabalho que impõe às mulheres de modo geral em desvantagem com os homens, a figura feminina no movimento docente deve ser fortalecida com ações estratégicas que possibilitem participação efetiva, por uma questão de sobrevivência da organização, pois as mulheres são um grande pilar dessa categoria.

Por fim, a outra característica do perfil do movimento docente em Castanhal é a sua urbanidade, que está ligada à grande concentração do entendimento escolar na zona urbana. No entanto, é imprescindível ampliar a participação sindical dos trabalhadores da zona rural, em virtude das demandas que se acentuam no contexto das escolas do campo, em especial pelo atual desmonte da escolarização nesse espaço, com o fechamento de escolas na região amazônica.

Além de compreender aspectos do perfil dos professores sindicalizados, investigar a participação sindical suscita desvendar os elementos que contribuem ou não para que ela ocorra, sob a ótica “de que a participação e seus desdobramentos na particularidade da prática social da educação sofrem os condicionantes sociais mais amplos que determinam a relação indivíduo-sociedade no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo” (FREIRE, 2015, p. 32).

2.2 Por que os docentes participam ou não do sindicato?

Para investigar sobre os motivos que implicam na participação sindical dos professores, optei como instrumento o questionário (Apêndice 1), a fim de fazer um levantamento sobre os elementos que influem e interferem direta ou indiretamente nessa participação. Este questionário está estruturado em 14 questões abertas e fechadas. Os sujeitos da pesquisa são professores efetivos da RMC, filiados e não filiados ao sindicato.

Para aplicação dos questionários visitei aleatoriamente 5 das 77³³ escolas da RMC, no primeiro semestre de 2018, ambas localizadas na zona urbana. Primeiramente me dirigia à direção da escola, explicava em linhas gerais do que tratava minha pesquisa e solicitava a autorização para contatar os professores. Sendo permitida, saía à procura dos professores seja na sala dos professores ou na própria sala de aula e na abordagem explicava de maneira sucinta sobre a pesquisa, informando inclusive sobre o sigilo da identidade dos participantes, em seguida perguntava se ele ou ela aceitava participar. Os professores que aceitaram respondê-lo tinham a opção de levar o questionário para casa e trazê-lo em dois dias.

Além da escola, nesse mesmo período, ao participar de uma assembleia geral do sindicato, tive a oportunidade de falar com os presentes e explicar sobre a pesquisa e solicitar a participação destes e alguns se dispuseram em colaborar. Ao todo, incluindo as visitas nas escolas, foram distribuídos 80 questionários dos quais obtive retorno de 43.

Para tratar as respostas desses professores, com objetivo de analisar os elementos que implicam na participação sindical, o total dos sujeitos que responderam os 43 questionários foram divididos em 2 grupo: um grupo daqueles que estão filiados (24) ao sindicato e o outro contendo aqueles que não estão filiados (19), considerando a filiação como marco inicial/formal da participação sindical.

Para manter o sigilo da identidade dos participantes da pesquisa todos são tratados como: professor ou professora seguido de um número correspondente na lista dos 43

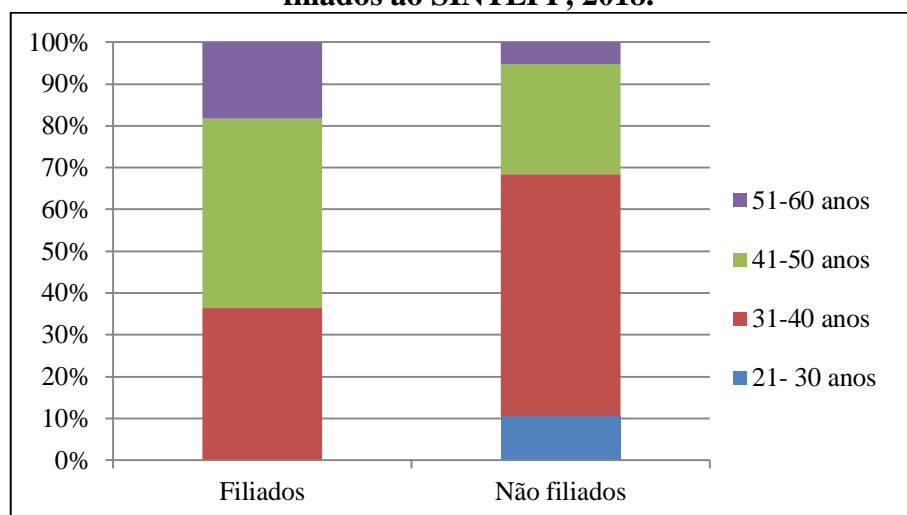
³³ Informação do Censo Escolar 2017.

participantes. Os professores de 1 a 19 correspondem ao grupo dos não filiados, de 20 a 43 são os professores filiados.

As primeiras perguntas do questionário tratam das características pessoais (idade, sexo, nível de formação) e do trabalho docente (redes em que atua, carga horária de trabalho). Estes dados nos possibilitam compreender quem são esses filiados e não filiados e quais suas semelhanças e diferenças.

O Censo Escolar do ano de 2016 demonstrava que a média de idade dos professores da RMC era correspondente a 41 anos. O gráfico 5 a seguir nos mostra as faixas etárias dos filiados e não filiados. Destaca-se que dentre os 43 participantes da pesquisa, 2 filiados não responderam esta pergunta.

Gráfico 5: Faixa etária dos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados dos questionários, 2018.

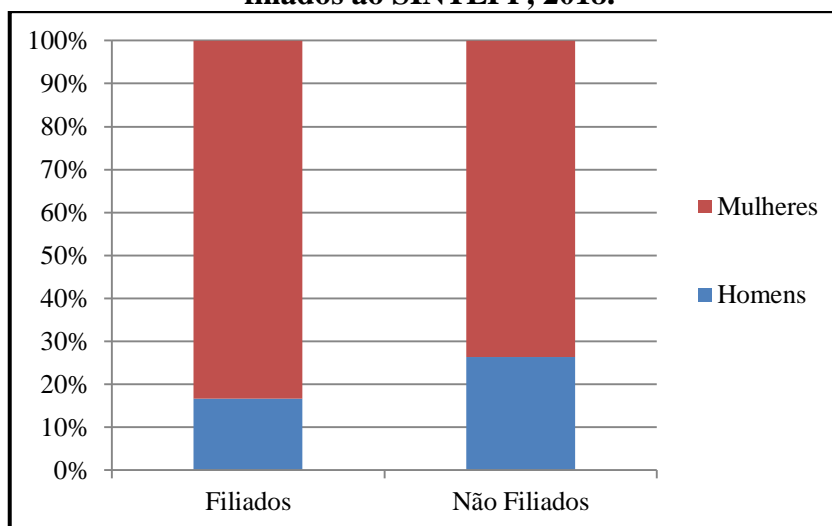
A partir da análise deste gráfico observa-se que dentre os informantes desta pesquisa, 63% dos filiados apresentam uma idade acima dos 40 anos, enquanto que o maior percentual entre os não filiados (68%) está abaixo dessa idade.

Desta forma, conclui-se que há uma tendência de sindicalização que tem conseguido alcançar o grupo acima dos 40 anos que corresponde a maioria (54%)³⁴ dos professores da RMC. No entanto, a partir dos dados, percebe-se também que há uma tendência de um grande número de professores, aqueles que estão abaixo dos 40 anos de idade, em não se filiarem.

³⁴ Para chegar a este percentual, utilizamos os dados do Censo Escolar de 2016. Estes dados apontam que 54 % da categoria docente apresentava uma idade acima de 40 anos, e abaixo desta idade estavam os 46 %.

Além de identificar a idade dos participantes, nesta pesquisa buscou-se saber qual o sexo destes, conforme exposto no gráfico a seguir. Esse é um dado importante no sindicalismo docente, por este ser marcado pela presença majoritariamente feminina, de acordo com os dados apresentados anteriormente.

Gráfico 6: Sexo dos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados dos questionários, 2018.

Como se pode observar, a maioria (79%) dos participantes é do sexo feminino, o que corrobora com o grau de feminização da docência, como já mencionamos anteriormente, o maior quantitativo de filiados são mulheres, que vem lutando pelos seus direitos, inclusive por cargos mais elevados internos ao próprio sindicato. Neste sentido, Coronel (2015) afirma que:

Embora não tenham tido a mesma aceitação que os homens, fato é que as mulheres participam, conforme vimos anteriormente, ora por consciência de classe, ora por fortalecer-se enquanto categoria para defesa dos seus direitos, ora para obter conquistas salariais, etc (CORONEL, 2015, p. 11).

A autora acredita que a participação das docentes nos sindicatos podem ser provocadas por motivos: ideológicos; instrumentais, na defesa do próprio interesse; ou solidários, na defesa de interesses coletivos. E por outro lado a não participação pode estar associada a um desinteresse pessoal, discordâncias com a direção sindical, ou mesmo alienação ao ambiente doméstico (CORONEL, 2015).

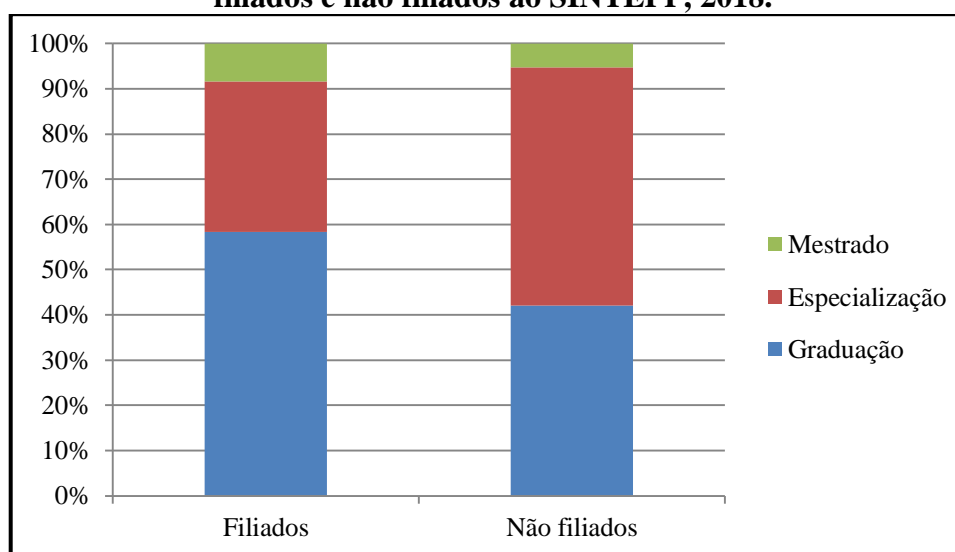
Este último fato é expresso nas respostas de professoras sobre a sua não participação à pesquisa de Camargo (2007, p. 137), quando “a maioria (78%) respondeu que, nos dias de greve, adora ficar em casa, lavar roupa, dar uma faxina na casa ou ir para a fazenda matar porco ou vaca”.

Como se pode perceber, é notória que a discussão sobre participação docente no sindicato perpassa pelo fator de gênero, e, portanto para o fortalecimento deste movimento se torna imprescindível o combate a qualquer tipo de discriminação ou desigualdade de gênero nas relações de poder. Nesse sentido, Antunes (2018) afirma que:

Dado o significativo processo de feminização da classe trabalhadora, torna-se imperioso que os sindicatos articulem as questões de classe com aquelas referentes ao gênero, a fim de possibilitar às mulheres-trabalhadoras o direito vital de auto-organização. Devem reconhecê-las como parte decisiva do mundo do trabalho, a fim de reverter um quadro no qual, historicamente elas estiveram excluídas do espaço sindical dominado pelos homens-trabalhadores (ANTUNES, 2018, p.293-294).

Além dessa discussão, outro aspecto levantado sobre os professores participantes da pesquisa trata a respeito do nível de formação deles, e no gráfico 7 são apresentados estes dados. Entendemos que a formação é elemento essencial para a valorização do professor e qualidade da educação.

Gráfico 7: Nível de formação dos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados dos questionários, 2018.

Em uma visão geral, os dados sobre o nível de formação dos professores participantes desta pesquisa informam que todos eles têm nível superior completo e metade (51,16%) ainda não conseguiu avançar para os estudos de pós-graduação. Mas, apesar de uma grande parcela (41,86%) já ter a certificação de pós-graduação *latu senso* (especialização), os dados revelam que dentre os 43 participantes, apenas 3 (6,97%) possuem qualificação de pós-graduação *stricto senso* (mestrado).

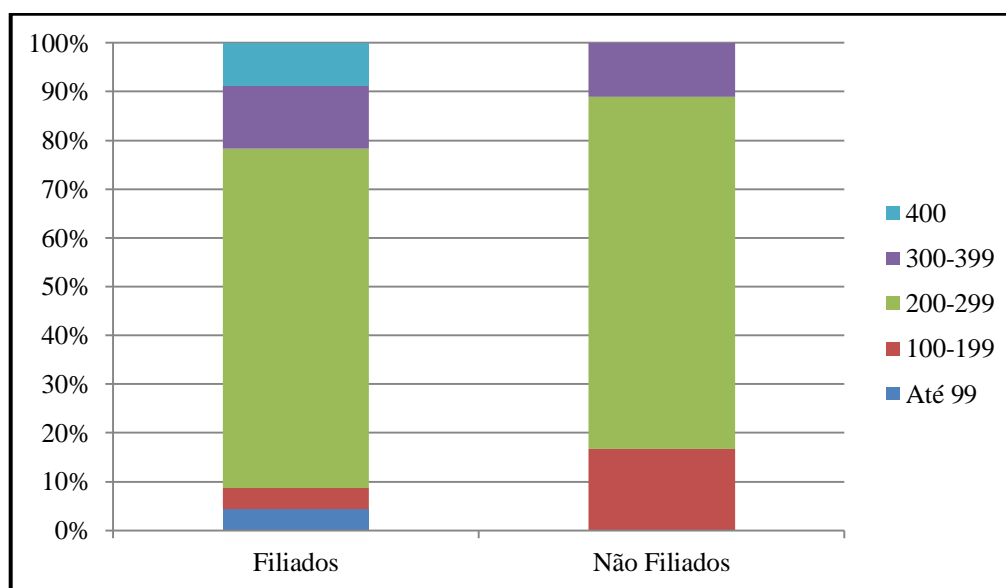
De acordo com os dados do Censo Escolar 2017, entre os 732 professores concursados da RMC haviam apenas 10 com mestrado e 01 com doutorado. Isto indica que o percentual

dos professores com pós-graduação *stricto sensu* não alcança nem os 2% entre os efetivos desta rede.

O fato de uma grande parcela dentre os pesquisados não possuir pós-graduação pode ser um elemento motivador para a participação sindical, à medida em que, esta luta pela formação esteja em pauta na busca do cumprimento, por exemplo, do PCCR municipal que garante em seu art. 3º: “VI – valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento; IX – estímulo ao aperfeiçoamento, à especialização e a atualização, bem como a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados ao conjunto da população do Município” (CASTANHAL, 2012).

Além dessas características pessoais dos sujeitos da pesquisa, investigou-se a carga horária de trabalho exercida por esses docentes, conforme o gráfico 8 apresenta. Entre os 43 participantes da pesquisa, 1 filiado e 1 não filiado não responderam esta pergunta.

Gráfico 8: Carga horária de trabalho mensal dos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados dos questionários, 2018.

Ao observar estes dados, verifica-se que a maioria dos professores tem uma carga horária extensa de trabalho. Nesse sentido, é válido esclarecer que dos 41 professores que responderam essa pergunta, 58% declaram trabalhar com uma carga horária mensal de 200 horas. E outro dado que sobressai é o de 25,8% dos professores afirmarem trabalhar com uma jornada de trabalho formal acima de 200 horas. Este achado corrobora com os dados apresentados por Fernandes e Silva (2012) em sua pesquisa baseada nos números da PNAD,

ao afirmar que um quarto dos docentes da educação básica trabalha acima de 200 horas semanais.

Barbosa e Aguiar (2016) também verificam em sua pesquisa que entre os professores da educação básica participantes há uma grande concentração de docentes que apresentam uma carga horária de 200 horas mensais, e também um percentual significativo, em torno de 20% dos professores com carga horária acima de 200 horas.

Oliveira (2006) acredita que devido os baixos salários pagos aos professores, principalmente aos da educação básica, estes acabam por assumir mais trabalho pela necessidade de complementar sua renda. E que a ampliação da jornada de trabalho, assim como o aumento de responsabilidades sobre os professores evidencia a intensificação do trabalho docente que vem ocorrendo devido às reformas implementadas a partir da década de 1990. A autora enfatiza que essa ampliação da jornada de trabalho se dá tanto de maneira formal-remunerada, quanto não remunerada, visto a realidade de muitos professores levarem trabalho para casa.

Marx (2013) compreende que esse fenômeno da intensificação do trabalho se constitui como elemento intrínseco desse sistema de produção no qual estamos inseridos, ele compreende esse movimento da seguinte forma:

Mas em seu impulso cego e desmedido, sua voracidade de lobisomem por mais-trabalho, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada de trabalho, mas também seus limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e de luz solar. Avança sobre o horário das refeições e os incorpora, sempre que possível, ao processo de produção, fazendo com que os trabalhadores, como meros meios de produção, sejam abastecidos de alimentos do mesmo modo como a caldeira é abastecida de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. O sono saudável, necessário para a restauração, renovação e revigoramento da força vital, é reduzido pelo capital a não mais do que um mínimo de horas de torpor absolutamente imprescindíveis ao reavivamento de um organismo completamente exaurido (MARX, 2013, p.337)

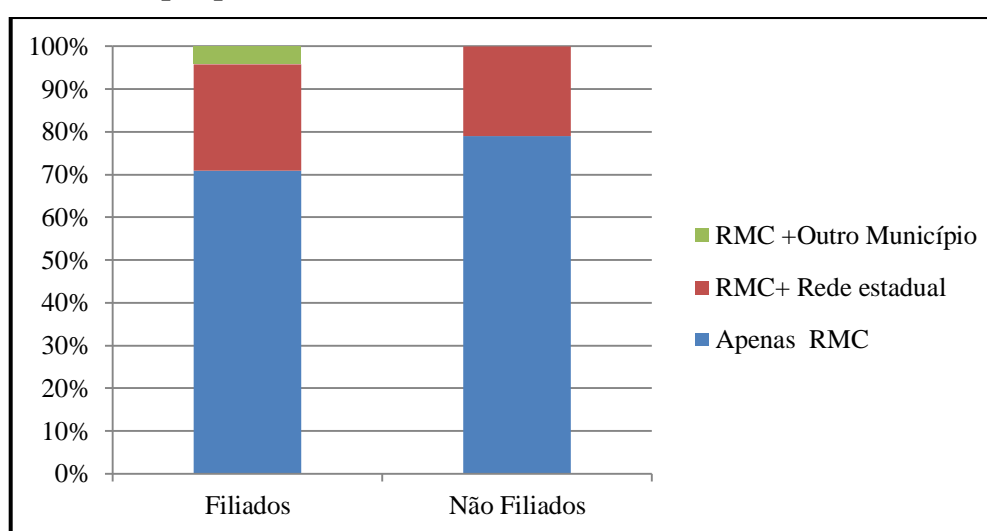
Percebe-se que essa intensificação do trabalho acarreta consequências ao trabalhador, e certamente, uma das consequências desse processo para o professor é a maior exposição ao adoecimento docente. Assim, Cortez et al. (2017, p. 119) afirma que “a intensificação da jornada de trabalho e a desarticulação das políticas que legislam sobre o tema perpetuam a construção de um ciclo de adoecimento físico e mental que implica sofrimento, desestruturação psíquica e problemas vocais aos professores”.

Nesse contexto, a participação docente na luta sindical é imprescindível para buscar reverter este cenário em que “muitas pessoas têm jornadas de trabalho extremamente exaustivas, mas acham isso natural. Ou simplesmente acreditam que não existe outra solução”

(FIGUEIREDO, 2017). E conquistar melhores condições de trabalho e conseqüentemente melhora na qualidade da educação, perpassa pela diminuição da jornada de trabalho aliada à valorização salarial da categoria.

Outro dado apresentado pelos docentes está justamente interligado a essa necessidade de complementar a renda, ocasionada pelos baixos salários, pois isto faz com que os professores busquem trabalho em outros estabelecimentos, como é o caso de 25,57% dos participantes desta pesquisa, conforme nos mostra o gráfico 9.

Gráfico 9: Rede(s) de Ensino em que atuam os professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados dos questionários, 2018.

Estes dados nos revelam que a maior parte (74%) dos 43 professores participantes da pesquisa atua apenas na rede municipal. Por outro lado temos 26% desses professores atuando em mais de uma rede.

Sobre isto, acredito que o fato de um professor está trabalhando em várias escolas, de alguma forma interfere no estabelecimento de vínculos com os estudantes e demais professores das escolas, o que conseqüentemente pode refletir numa perda de sentido do trabalho, à medida em que se está em vários lugares e não pode participar efetivamente das relações em lugar nenhum.

A partir dessa breve caracterização dos sujeitos desta pesquisa, os dados apresentados possibilitam compreender que de modo geral se apresenta entre os docentes uma tendência maior de não filiação entre os professores que têm idade abaixo dos 40 anos. Além disso, os dados do sexo dos participantes da pesquisa condiz com o alto grau de feminização da educação da rede municipal e do Brasil, o que possibilita a esta pesquisa alcançar um resultado mais fidedigno da realidade que permeia a participação sindical da RMC.

O fato de 51,16% destes professores não possuírem pós-graduação expressa o processo de desvalorização do professor da educação pública, a que estão submetidos, visto que a formação continuada seria parte do processo de valorização destes. Soma-se a isso, o fato de a grande maioria apresentar uma alta carga horária de trabalho, 25 % trabalhando com uma carga horária acima de 200 horas mensais, há inclusive professores com 400 horas mensais, e para cumprir isso tendo que atuar em outra rede de ensino. Nessa intensificação do trabalho não sobra tempo pra fazer a formação continuada.

Observo que esses dados, dos professores participantes desta pesquisa, refletem o atual cenário de precarização do trabalho docente e da educação pública. E foi com esse universo de sujeitos que se buscou investigar quais os fatores que contribuem ou impedem a participação docente na luta sindical.

A partir do questionário buscou-se também identificar quem era filiado ou não ao sindicato e o porquê de sua resposta. Dos 43 participantes, 24 responderam estarem filiados e 19 disseram não estarem. Essa pergunta foi central para dividirmos os dois grupos (filiados e não filiados) e analisarmos os dados a partir dessa perspectiva para alcançar os objetivos desta pesquisa.

Sobre a categoria filiação, Coronel (2015), apoiada nas ideias de Guerrero Serón, enfatiza que há três motivos principais: “os instrumentais, os ideológicos e os solidários. Enquanto o primeiro motivo se apoia na defesa dos próprios interesses do indivíduo, o segundo seria a luta pelas crenças político-ideológicas, já o último seria a luta por interesses coletivos” (CORONEL, 2015, p,06).

Entre os filiados, 4 participantes não explicitaram o motivo da sua filiação, já entre aqueles que responderam, 18 descrevem que o principal motivo para a filiação ao sindicato, está ligado a um motivo solidário expresso pela “*necessidade de união da categoria*” para a “*luta e garantia de direitos da categoria*”, conforme a respostas dos professores:

Porque acredito que somente através da união é que podemos melhorar, enquanto servidor nossa situação (**PROFESSORA 31**).

Unidos podemos conquistar melhores condições. Podemos reivindicar e não ficar calado aceitando tudo (**PROFESSORA 33**).

A organização dos trabalhadores é importante e necessária, sem ela não conseguimos nenhuma melhoria (**PROFESSORA 42**).

Porque só através do SINTEPP podemos garantir os nossos direitos (**PROFESSORA 22**).

Participar das ações que defendem nossos direitos (**PROFESSORA 29**).

Acredito que nossa categoria precisa de sindicato para que possamos lutar pelos nossos direitos enquanto servidores (**PROFESSORA 28**).

Por estas falas, percebe-se que a maioria dos filiados compreende a importância do sindicato para organização da categoria, no entanto, em uma perspectiva claramente corporativa, para garantia de seus direitos.

O sindicalismo corporativo no Brasil emerge na década de 1930 com a consolidação da legislação trabalhista durante o governo de Getúlio Vargas, e sobrevive até os dias atuais graças ao modelo de estrutura sindical vigente no país, que segmenta a representação sindical e fragmenta a classe trabalhadora, posto que na:

[...] lógica corporativa, cada sindicato é levado a propor alternativas que assegurem emprego, salários e condições de trabalho para sua categoria, muitas vezes posicionando-se contrariamente a sindicatos de outros setores, delimitando a atuação dos sindicatos num campo de disputas internas, sem questionamento da ordem capitalista (CARVALHAL, 2000, p 18).

O caráter coletivo da luta sindical não se perde na lógica corporativista, mas ele se restringe à categoria, às lutas imediatas. E na atual conjuntura de intensificação dos ataques à classe trabalhadora em sua integralidade, com retirada de direitos, precarização das condições de trabalho, as lutas imediatas não são o suficiente para reverter esse cenário.

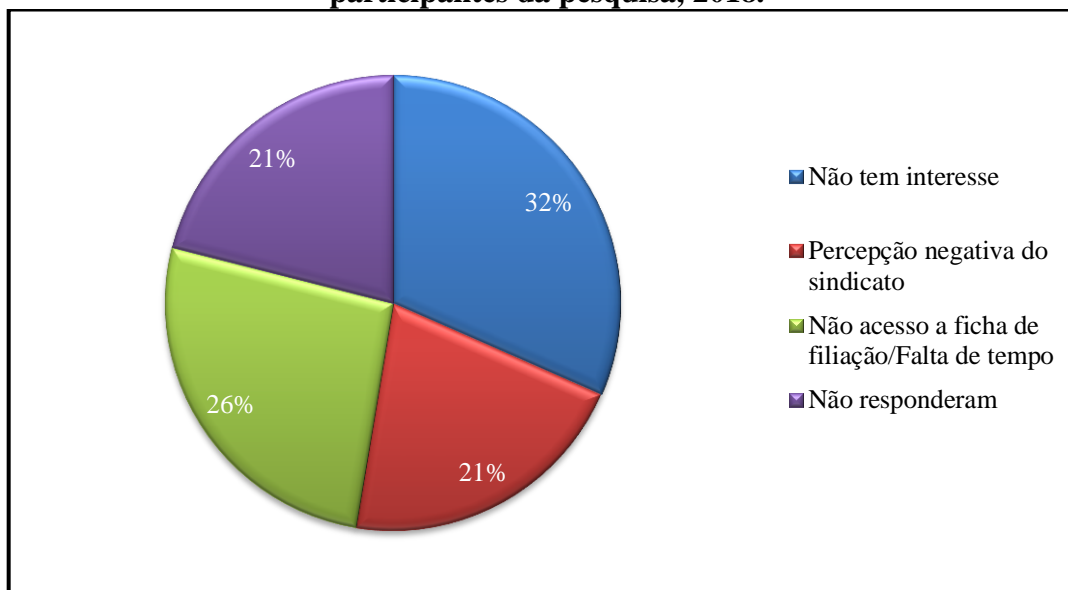
Além do motivo coletivo, houve também o caso de uma professora que apresentou o motivo para sua filiação ao sindicato, a defesa dos seus interesses pessoais: “Porque preciso de alguém pra me representar quanto aos meus direitos”. (PROFESSORA 26). Posicionamento que caracterizo como uma terceirização da luta sindical, à medida em que se transfere para outro o seu dever. E isso de certa forma ocorre sob influência da lógica da democracia representativa que vivemos no espectro político brasileiro.

Em destaque também se apresentou o motivo da professora 30 ao explicitar que a razão de sua filiação foi “[...] para poder contribuir com melhorias para a educação, e ter uma participação mais efetiva na luta por uma educação de qualidade”. Esta resposta deixa clara que a sua visão de luta sindical não se restringe às lutas econômicas e salariais da categoria.

E como sabemos, as lutas salariais são legítimas, pois a luta por uma educação de qualidade perpassa pela valorização do salário dos trabalhadores em educação. Mas o que queremos destacar é o caráter político-social presente no motivo desta professora ao pautar uma luta mais geral.

Além dos filiados, os professores não filiados apresentam alguns argumentos para sua não filiação, os quais, agrupei em três ideias centrais, conforme exposto no gráfico 10. Ressalto que entre os 19 não filiados, 4 não explicaram o porquê da sua não filiação.

Gráfico 10: Motivos da não filiação apresentados pelos professores da RMC participantes da pesquisa, 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados dos questionários, 2018.

A partir deste gráfico pode se observar que os motivos apresentados implicam no não interesse (32%), visão negativa do sindicato (21%) e a falta de tempo para ir ao sindicato preencher a ficha de filiação (26%).

Os professores que alegaram não ter interesse foram curtos em suas repostas: “Não me interessei ainda.” (professora 06). “Não tenho interesse.” (professor 07). “Não vi necessidade.” (professora 17). Os enunciados não nos levam a um ponto específico e explicativo desta ocorrência, mas nos revelam a presença de uma indiferença às lutas e conquistas sindicais, e ao que elas representam diante do cenário de precarização das condições de trabalho em que estão inseridos.

Nesta direção, Iasi (2013, p. 69) indaga que “o que devemos hoje explicar não é porque que as pessoas se rebelam contra a ordem do capital, o que é, de certa forma, simples; mas porque a maioria não o faz e se submetem passivamente à ordem que a mantêm na exploração”.

Acredito que essa indiferença pode está ancorada na concepção liberal de Hobbes, Locke, Adam Smith, Stuart Mill que fazem a defesa do indivíduo como:

um ser livre, autossuficiente, independente e que não deve satisfação de sua vida, seus atos, sua liberdade e seus bens à sociedade. Esse indivíduo isolado, no entanto, é uma invenção da modernidade, concebido no contexto histórico da emergência da burguesia como classe social autônoma (FREIRE, 2015, p. 33).

Deste modo, a lógica dessa concepção não compreende a constituição do ser humano como um ser social, forjado nas relações com os outros, sob dependência mútua para sua existência, como defende Aristóteles (1997).

Acredito que a falta de interesse apresenta-se como uma negação do ser coletivo. E por assim crer, muitos professores pensam que o seu salário, as condições de trabalho e sua condição de vida resultam apenas do seu esforço, do seu mérito pessoal. E nesta lógica, se evidencia a falta de consciência da luta de classe que vivemos em nossa sociedade.

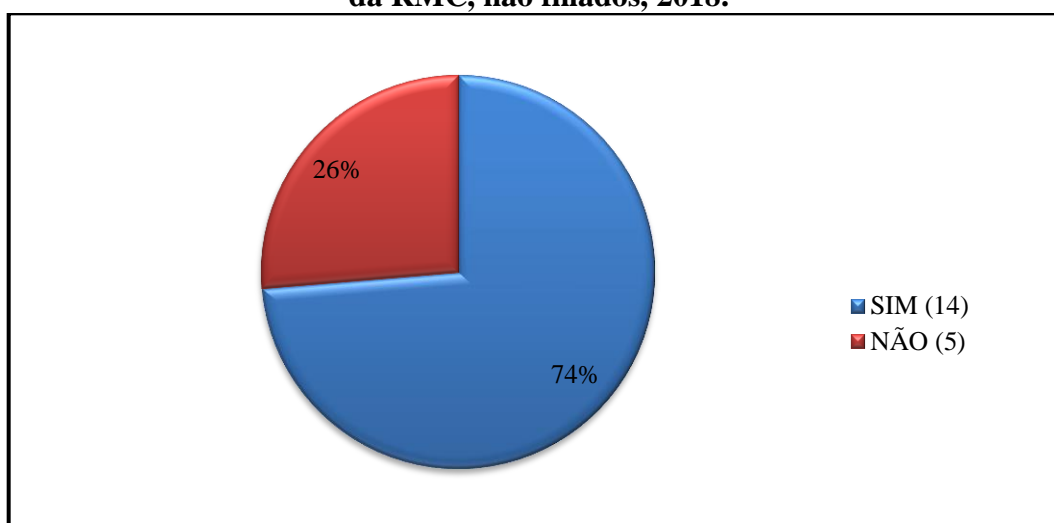
Além do não interesse, 21% dos não filiados admitiram terem uma compreensão negativa do sindicato, e por isso optam pela não filiação: “não achei a atuação do Sintepp tão forte” (professora 05). “Porque não senti que lutam por nossos direitos.” (professora 12). “Não vejo um trabalho transparente por parte do sindicato.” (professor 18).

No campo democrático é legítima a discordância com o outro, a existência do contraditório, na medida em que se apresentam argumentos consistentes. Mas o que se evidencia na fala destes é um certo grau de distanciamento pessoal entre eles e a luta sindical, na qual esta seria de responsabilidade apenas da direção sindical, como se este fosse um advogado que se paga para realizar um serviço. E percebo clara a relação com os ditames da democracia representativa, onde o cidadão transfere o seu poder de decisão a outro que o representará no cenário político-social.

Por fim, 26% afirmam que a falta de tempo para ir ao sindicato para preencher a ficha de filiação é outro motivo apresentado por 3 professores, apesar de hoje a filiação poder ser realizada de forma *online* no próprio *site* do sindicato. Neste caso, acredito que uma campanha de filiação poderia ser capaz de levar a filiação desses professores que indicam falta de tempo para ir ao sindicato, indecisão e daqueles que apresentam interesse imediato de filiar-se.

Um dado curioso que é apresentado entre os não filiados é o de que apesar de não estarem filiados, 74% destes consideram importante a atuação do SINTEPP- Castanhal, conforme nos revela o gráfico 11.

Gráfico 11: Posicionamento sobre a importância ou não da atuação do SINTEPP dos docentes da RMC, não filiados, 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados dos questionários, 2018.

Dentre os sujeitos da pesquisa, 14 professores/as, o que corresponde a 74%, reconhecem o sindicato como uma organização de *representação, conquistas e garantias de direitos para a categoria*.

Muitas das conquistas de nossa classe, como o PCCR, foram graças à atuação do sindicato. (PROFESSORA 04)

Houve ganhos para categoria como o pagamento do piso. (PROFESSORA 05)

Porque ele deve representar a categoria. (PROFESSORA 09)

Considero que é importante para garantir direitos, deveres e representação da categoria. Porém, é importante frisar que todos são responsáveis pelo movimento e não apenas cobrar de um grupo que atua na formação do SINTEPP. Todos da categoria são e devem se sentir responsáveis e não apenas cobrar. (PROFESSORA 14)

Como podemos perceber, a partir das respostas apresentadas, alguns professores reconhecem inclusive conquistas da luta sindical, como o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) do município que foi aprovado em 2012, por meio da luta sindical. Ressalta-se inclusive que no processo de construção deste plano, ele estava sendo construído incluindo todos os trabalhadores em educação, mas a ideia do governo municipal foi a vencedora, naquele momento e o plano incluiu apenas os professores.

O plano regulamenta alguns direitos dos servidores, entre eles hora-atividade em 30% sobre a carga horária do professor e o cumprimento da Lei Nº 11.738/2008 (Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para Carreira e Remuneração Docente). Ressalta-se que apesar da lei aprovada em 2008, até hoje muitos municípios ainda não a cumprem, e não há punição

aos governantes, eis o motivo da ação deste sindicato ter cobrado e conquistado em 2011, antes mesmo da aprovação do seu PCCR, o cumprimento desta lei.

Nos trechos apresentados pode-se identificar duas falas conflitantes, a professora 9 ao considerar “Porque ele deve representar a categoria”, nos leva novamente a detectar certo distanciamento desta em relação ao sindicato, ao mesmo tempo, em que responsabiliza a representação da categoria, no entanto, a professora 14 acredita que “[...] todos da categoria são e devem se sentir responsáveis e não apenas cobrar”.

Entre estes que consideram tal importância houveram aqueles que enfatizaram a existência de fragilidade na atuação do sindicato:

É uma importante representação da classe docente. Porém, há fragilidades. (PROFESSORA 06)

De todo modo é a entidade que aos trancos e barrancos defende os interesses do professor ou pelo menos tenta. (PROFESSOR 08)

Apesar de evidenciar essa fragilidade, estes professores não apontam detalhes sobre este fato. Mas certamente essa não é uma realidade apenas do SINTEPP-Castanhal, pois o sindicalismo de modo geral vive uma crise, sobre a qual Antunes (2018) afirma que é resultante do cenário adverso no precário mundo do trabalho.

Alves (2002) explica que a crise do sindicalismo que iniciou nos anos 1980 é parte da ofensiva do capital com a sua nova face, o neoliberalismo, que tem promovido uma fragmentação da classe trabalhadora. O autor afirma ainda que “a crise do sindicalismo caracteriza-se não apenas pela queda na taxa de sindicalização, mas principalmente pela diminuição da eficácia da ação sindical” (ALVES, 2002, p. 88-89), além de perda significativa da capacidade de agitação social e militância política.

Viana (1999) ao tratar especificamente sobre a crise no sindicalismo docente, ele cita alguns motivos: “1) esgotamento das greves; 2) ausência de diálogo com a população usuária das escolas públicas; 3) divergências político-ideológicas nas entidades; 4) distância entre as lideranças das associações/sindicatos e o professorado” (VIANA, 1999, p.36). Os dados seguintes apontam a presença de fragilidades do SINTEPP-Castanhal.

Por certo, além desses que identificam fragilidades no sindicato, há também entre os não filiados aqueles que não consideram importante a atuação do SINTEPP-Castanhal, por não perceberem a existência de atuação.

Não vejo atuação. (PROFESSORA 12)

Atualmente o sindicato não está fazendo nada pela classe (PROFESSORA 16).

Não vejo ou percebo atuação do SINTEPP em Castanhal (PROFESSORA 17).

Conforme apresentado nestas respostas, observa-se que há entre aqueles não filiados, alguns que acreditam na importância do sindicato e outros que não veem como positiva a atuação deste.

Já entre os 24 filiados participantes desta pesquisa, foi unânime a resposta positiva, pois todos consideram importante a atuação do SINTEPP-Castanhal. A *luta e as conquistas de direitos* são os principais motivos que levam a maioria destes a acreditar na importância da organização.

O sindicato vem ao longo dos anos conquistando, através de reivindicações e negociações com o governo, significativos avanços no campo da educação. (PROFESSORA 24).

[...] Através da luta do sindicato do SINTEPP hoje Castanhal paga o piso nacional. (PROFESSOR 27)

Está frequentemente atuando nas lutas a favor dos direitos dos trabalhadores em educação. (PROFESSORA 28)

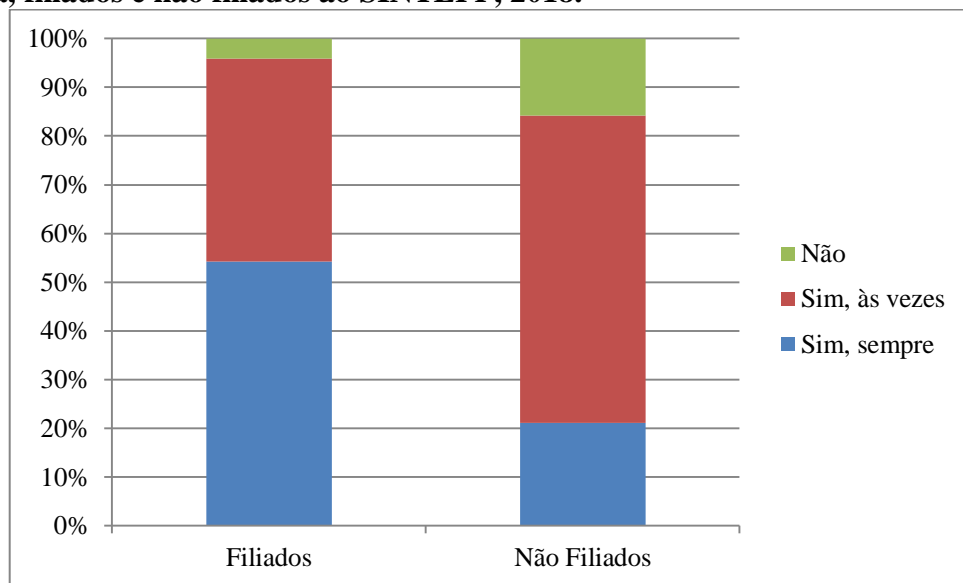
Considero extremamente importante porque através da atuação do sindicato conquistamos muitos direitos e também evitamos a perda de outros. (PROFESSORA 36)

[...] Foi por meio dele [*sindicato*], que conseguimos muitos direitos que temos hoje: gratificação de nível superior, hora-atividade, eleições nas escolas, etc. (PROFESSORA 42)

Por meio destas respostas é possível observar que, na visão destes o sindicato vem cumprindo o papel de representante da categoria. A partir da resposta da professora 43, evidencia-se que a luta não é apenas a favor dos trabalhadores, pois segundo ela este sindicato é “empenhado na luta em prol da educação”, o que aponta características de um sindicato que ultrapassa as lutas econômicas.

Após apresentarem suas percepções sobre o sindicato, os professores foram questionados sobre a participação, sua frequência nas ações (assembleias, greves, atos, reuniões) organizadas pelo SINTEPP-Castanhal. Além de apontar a sua frequência, alguns apresentaram argumentos para essa ocorrência. O gráfico 12 nos mostra a frequência dessa participação.

Gráfico 12: Frequência da participação dos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados dos questionários, 2018.

Como podemos observar a partir dos dados deste gráfico, os que não estão filiados também participam das ações do sindicato, indicando que o fato de não estarem filiados não os impedem de participar ativamente da vida sindical. Este fato corrobora com a constatação de Cardoso (1999) de que há filiados que não participam das ações do sindicato, assim como há entre os não filiados àqueles que participam.

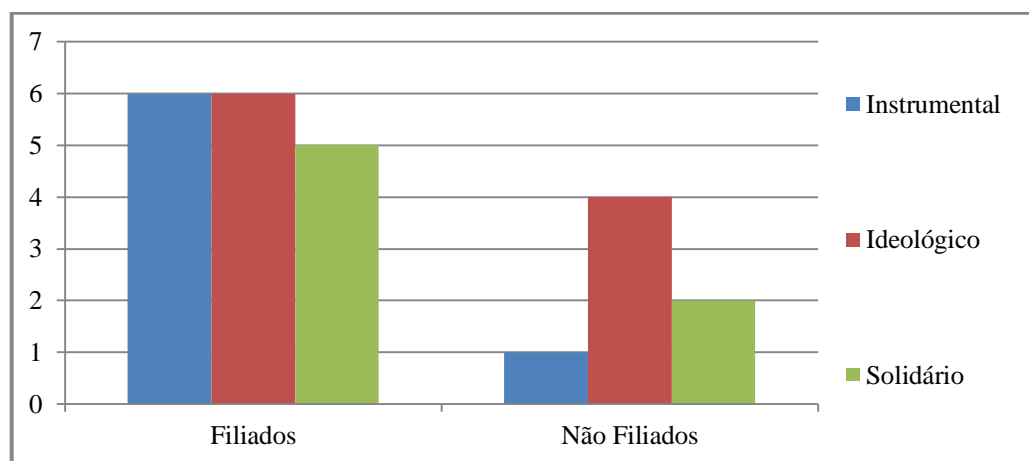
Mas destaca-se que estes mesmos dados nos indicam que a maior frequência de participação nas ações sindicais ocorre entre os filiados, pois 54,16% destes afirmam que *sempre* participam das ações do sindicato, enquanto apenas 21,05% dos não filiados afirmam ter essa mesma frequência.

Além desta constatação, observa-se que, entre os participantes da pesquisa, o maior índice de *não* participação nas ações do sindicato está entre os não filiados 15,78%, enquanto apenas um professor (4,16%) entre os filiados alega não participar da vida sindical. Portanto, verifica-se que entre os professores pesquisados, a não filiação não é impeditivo para a participação na vida sindical, por outro lado, podemos inferir que a filiação implica em uma maior frequência na participação.

Entre os filiados e não filiados que afirmaram participar do sindicato, alguns informaram os motivos de sua participação, os quais são apresentados no gráfico 12. Estes argumentos foram analisados com base em Gerrero Serón (1991 apud CORONEL, 2015) que aponta os três principais motivos dos docentes para a participação sindical, os quais são:

instrumentais, quando relacionados aos interesses pessoais; ideológicos, referente às crenças político-ideológicas; e solidários, associado à luta por interesses coletivos.

Gráfico 13: Motivos da participação dos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados dos questionários, 2018.

Conforme revelam os dados, a motivação para a participação não se concentra em apenas uma única razão entre os participantes. Entre estes há os que participam por seus interesses individuais: “gosto de ficar sabendo de todas as situações que ocorrem no meio educacional” (PROFESSORA 43); “preciso estar informada dos problemas encontrados” (PROFESSORA 39). Ferreira (2006) afirma que os motivos se misturam, mas afirma as motivações relacionadas aos interesses pessoais é frequentemente, o principal motivo para a filiação dos professores.

O motivo de maior expressão apresentado entre os participantes, filiados e não filiados, assenta-se e reafirma a ideia aristotélica de que o ser humano é um animal político por natureza. Os professores indicam que participam “para que minhas opiniões sejam ouvidas e colocadas meus posicionamentos diante das questões” (PROFESSORA 23); “é nesse espaço que ocorrem os debates e as deliberações das ações” (PROFESSORA 36).

Ferreira (2006) acredita que assim como a motivação ideológica, a solidária também permeia o meio sindical, ela afirma que essas duas motivações foram motor para muitas filiações no período próximo à ditadura militar. Esse período foi justamente quando houve uma crescente participação política no Brasil, dado as visões de mundo que entravam em choque naquele momento.

Outro motivo apresentado pelos participantes foi o solidário, no qual estão envolvidos interesses coletivos: “importante estar presente nas tomadas de decisões que encaminharam o

rumo da carreira profissional” (PROFESSORA 24). E “é importante que todos participem dos atos, ações, do SINTEPP para que o movimento, de fato tenha força e se consolide diante das situações que vão de encontro aos direitos da categoria e da própria educação” (PROFESSORA 14).

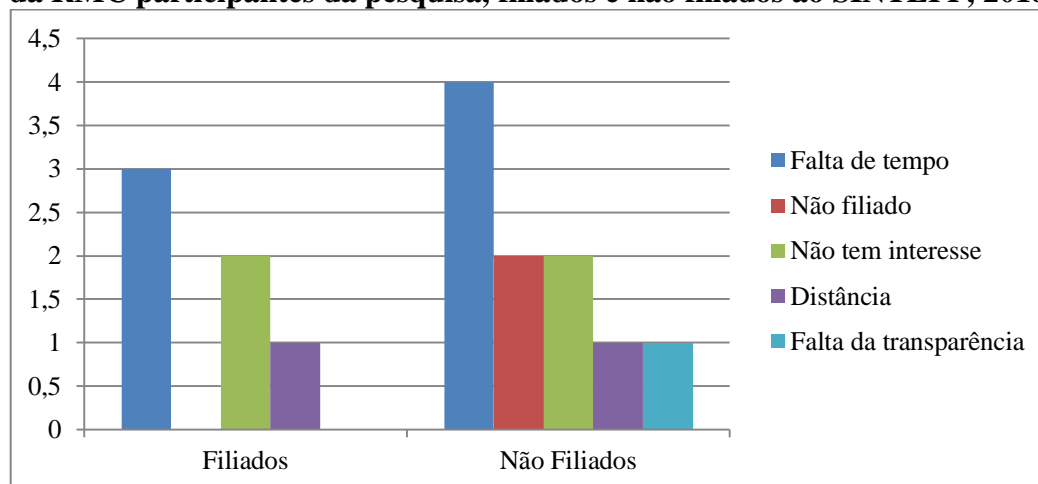
As ideias contidas nestas falas nos mostram que esta solidariedade é restrita à categoria, o que nos remete à concepção do sindicalismo corporativista que tem sido imposta pela estrutura sindical do Estado desde a era Vargas, a qual fragmenta a classe trabalhadora em categoria e obstaculiza a integração da luta sindical, assim como o desenvolvimento da solidariedade de classe.

Uma questão importante que se coloca para o movimento operário é o da solidariedade de classe, entendido como mecanismo de contraposição à ideologia burguesa, cuja expressão no modelo de estrutura sindical vigente no país caracteriza-se pela segmentação da representação sindical, corporificada através do enquadramento jurídico, definido pela CLT, ou seja, cabe ao Estado definir como a classe trabalhadora deve ser dividida (organizada) e não é dado a esta o direito de organizar-se conforme seus interesses, incluindo a possibilidade de não se segmentar, não se dividir (CARVALHAL, 2000, p. 01).

Observa-se a partir dos motivos apresentados pelos participantes desta pesquisa que a participação dos professores no sindicato expressam uma ausência de consciência de classe, que certamente limita a atuação sindical, na medida em que tal consciência é necessária para o questionamento da ordem capitalista.

Além de buscar compreender os motivos que levam os professores a participação sindical, é imprescindível compreender e averiguar os motivos que são apresentados para a não participação, pois como nos indaga Iasi (2013, p. 69) “o que devemos hoje explicar não é porque que as pessoas se rebelam contra a ordem do capital, o que é, de certa forma, simples; mas porque a maioria não o faz e se submetem passivamente à ordem que a mantêm na exploração”. Os motivos apresentados pelos professores estão descritos no gráfico a seguir.

Gráfico 14: Motivos que dificultam a participação nas ações do sindicato dos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados dos questionários, 2018.

Ao explicar os motivos que contribuem para sua pouca ou não participação, os professores apontam a falta de tempo, como principal motivo: “dependendo do horário se não coincidir com o do outro vínculo” (PROFESSORA 09); “sempre que consigo tempo, visto que trabalho em duas redes: municipal e estadual” (PROFESSORA 29).

Estas informações revelam que o processo de intensificação do trabalho docente dentre outras consequências é um obstáculo à participação sindical dos professores. É nesse contexto que Apple (1989 apud Duarte, 2010) afirma que essa intensificação se coloca como entrave na socialização entre os professores, na falta de tempo para tomar um “cafezinho”.

Outro fator que se apresenta para a não participação é referente ao próprio fato da não filiação, pois a professora relata que chega a ir às reuniões, no entanto o fato de não estar filiada faz com ela se abstenha da fala: “participo de reuniões, às vezes. Mas não fico contente com algumas posições. Mas como não sou filiada, abstenho-me da palavra”. (PROFESSORA 06). Já a professora 17 é enfática ao afirmar que não participa porque “não sou filiada”.

Como mencionamos anteriormente, a filiação pode não ser determinante para a participação, mas o fato de estar organizada a partir da formalização de uma inscrição pode aumentar a possibilidade de participação real da base da categoria. Portanto, acredito que é legítima a necessidade da direção sindical criar estratégias de fomento à filiação da sua base que ainda não está organizada.

Dentre os professores que não participam há também aqueles que assumem não ter motivação ou necessidade para participar: “não me sinto muito motivado” (PROFESSOR 08); “não vejo necessidade” (PROFESSORA 13). No questionário o professor 08 revela ainda: “não reconheci a importância da entidade”, e a professora 13 declara que não considera

importante a atuação do SINTEPP “devido algumas situações que o Sintepp não consegue resolver”.

Ao analisar estas respostas considero: primeiro, na lógica economicista, como estes professores pensam que a categoria conquistou o direito à hora atividade, ao cumprimento do pagamento do piso salarial nacional e outras gratificações que compõe sua remuneração; segundo, na perspectiva da luta de classes, como estes professores que trabalham respectivamente 190 e 250 horas pensam que podem deixar de serem explorados com esta intensificação de trabalho que vivenciam diariamente? Ou não se dão conta do tamanho de sua exploração?

Acredito que ao não apresentarem elementos concretos que possam questionar a legitimidade, autonomia ou independência do sindicato, estes casos tipificam claramente a falta de consciência da luta de classe existente em nossa sociedade, visto que não reconhecem a importância da organização dos trabalhadores no atual contexto de precarização das condições de trabalho e vida dos trabalhadores.

Além deste há o caso do professor que declara: “sou filiado, porém não participo de assembleias ou reuniões e nem gosto de greves” (PROFESSOR 27). Nas suas respostas esse professor reconhece a importância do sindicato, inclusive cita que “através da luta do SINTEPP hoje Castanhal paga o piso salarial”, mas ele acredita também que a “acomodação docente” é o que contribui para que os professores não participem do sindicato, o que parece ser o seu caso.

Outro motivo para a não participação é apresentado pelo professor 18 ao considerar que: “não vejo um trabalho transparente por parte do sindicato”. De certo, a transparência nas ações das organizações democráticas é um elemento imprescindível de fomento a participação. No caso do SINTEPP-Castanhal esse apontamento pode ser reflexo da fragilidade na comunicação sindical entre a coordenação e a base da categoria, conforme será discutido adiante. E por fim houve o caso das professoras 05 e 33 que disseram não participar porque moram em outra cidade.

Conforme todos estes relatos, concluo que os fatores que se apresentam como obstáculo à participação sindical destes professores parecem estar relacionados principalmente à própria condição de intensificação do trabalho a qual relatam alguns professores. Além deste fator, a condição da não filiação e falta de transparência que acredito que são situações que podem ser revertidas com planejamento de ações eficientes para filiação e comunicação sindical. Penso que o maior desafio para o movimento docente corresponde à falta de interesse pessoal por parte de alguns docentes, frente às demandas dos trabalhadores.

Bordenave (1994, p. 68) considera que “sem comunicação não pode existir a participação”. Para o sindicato a comunicação entre a direção do sindicato e a base da categoria é um elemento importante para promover a participação da categoria nas suas ações. E devido a importância desta ferramenta para a participação sindical perguntamos aos participantes desta pesquisa sobre como acontece a comunicação entre a base e o sindicato. A tabela seguinte mostra por onde ocorre a comunicação.

Tabela 4: Como os professores da RMC se mantêm informado sobre as ações do SINTEPP-Castanhal, 2018.

Meio de informação	Frequência entre filiados	Frequência entre não filiados
Redes sociais	18	16
Comunicado nas escolas	7	3
Colegas de trabalho	5	3
Reuniões, Assembleias	3	-
Visita da coordenação sindical na escola	2	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados dos questionários, 2018.

Conforme podemos verificar nestes dados, as redes sociais são os principais meios de acesso às informações das ações do sindicato, para os professores da RCM. As redes citadas pelos professores são *facebook* e *whatsapp*. Além das redes sociais, estes docentes se mantêm informados através dos comunicados, feitos pela coordenação do sindicato nos murais das escolas; as conversas com os colegas de trabalho também são fontes de informações das ações sindicais. Outros citam que se informam a partir da participação nas reuniões e assembleias do próprio sindicato, e também com a visita da coordenação sindical nas escolas.

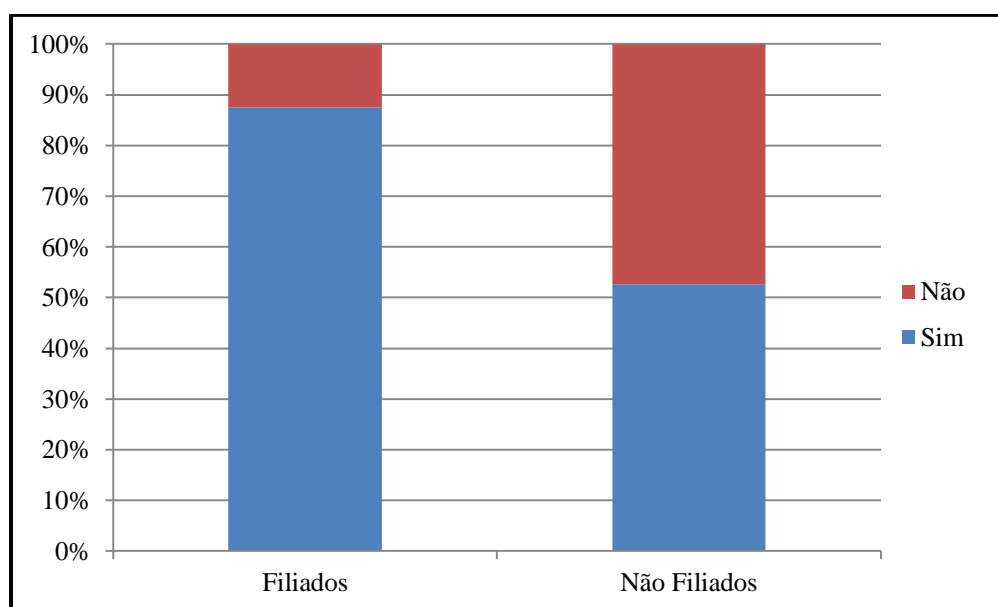
A respeito da comunicação sindical, elas podem ser desenvolvidas por diversos mecanismos, como: “os jornais, boletins, corpo-a-corpo, ‘aviõezinhos’, revistas, televisão, rádio, e-mail, site, entre outros” (CARVALHO e BARROS, 2013, P.175). Estes autores também enfatizam que a comunicação se diferencia da informação, pois esta é monológica, enquanto que aquela é interativa.

Com base nas informações apresentadas na tabela 4 observamos que a coordenação sindical tem inserido os instrumentos tecnológicos na forma de comunicação com a categoria, além de fazer comunicados impressos e visitas em escolas, no entanto, percebe-se que são poucos aqueles que relatam sobre o contato corpo-a-corpo com a coordenação sindical, pois este é um meio que produz uma maior relação de proximidade entre a coordenação e a base.

Nas respostas dos entrevistados não são encontrados nenhum indicativo de uma comunicação periódica, como um jornal. O estabelecimento de um programa de comunicação sindical é essencial para a mobilização, prestação de contas com a categoria, além de ser meio de divulgação do discurso contra hegemônico e conscientizador, sobretudo, porque a subjetividade do trabalhador sempre foi objeto de disputa na luta de classe.

Além da comunicação, buscou-se investigar se os professores identificam incentivos da direção para a participação da base nas ações do sindicato, as respostas foram as seguintes.

Gráfico 15. Posicionamento sobre o incentivo da coordenação sindical à participação nas ações do sindicato dos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados dos questionários, 2018.

Como podemos observar nos dados desta tabela, a maioria (72,10%) dos participantes da pesquisa afirmam que há incentivo à participação, por parte da direção do sindicato. No entanto, verifica-se que essa afirmação é percentualmente maior (87,5%) entre os filiados.

Aqueles que responderam que sim, informaram que as formas de incentivos são percebidas através das convocações para as ações (assembleias, reuniões, atos) feitas pelas redes sociais e/ou visitas da direção sindical nas escolas. Embora alguns tenham afirmado que necessita melhorar.

Por meio de visitas nas escolas (PROFESSOR 35)

Por meio de chamadas nas redes sociais (PROFESSORA 31).

A convocação do sindicato circula nas redes sociais. Mas a direção não chama a categoria de forma mais consistente, como: pessoa por pessoa. (PROFESSORA 06).

Dois professores que responderam “não”, indicam que tem conhecimento dos comunicados, mas isso não é o bastante: “penso que não. Existe apenas uma circular” (PROFESSOR 07); “não. Fazem apenas o convite formal” (PROFESSOR 27).

Arnstein (2002) compreende que a participação está relacionada à redistribuição de poder e pode ocorrer em oito níveis que se distinguem de acordo com a amplitude do poder e da tomada de decisão, conforme demonstra o quadro 3.

Quadro 3: Níveis de participação

8	Controle Cidadão	Níveis de poder cidadão
7	Delegação de Poder	
6	Parceria	
5	Pacificação	Níveis de concessão mínima de poder
4	Consulta	
3	Informação	
2	Terapia	Não participação
1	Manipulação	

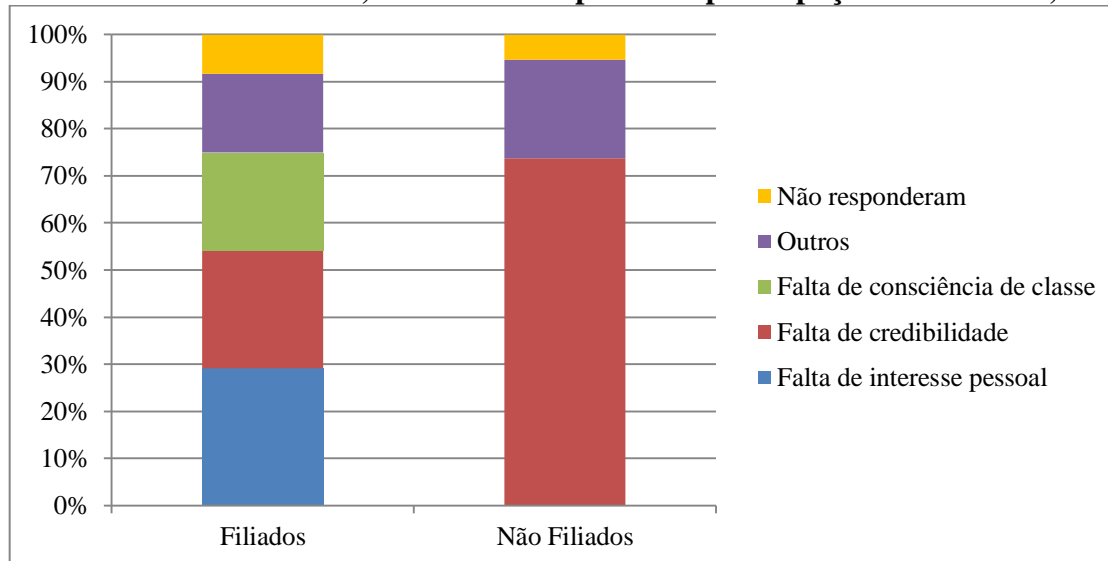
Fonte: Arnstein (2002).

No primeiro (*manipulação*) e segundo nível (*terapia*) a autora considera que não há participação, ocorre apenas a tentativa de educar os participantes. Nos níveis de *informação*, *consulta* e *pacificação* há concessão de poder que se limita a ouvir e serem ouvidos, mas o poder de decisão continua restrita a alguns. Nos níveis de *parceria*, *delegação de poder* e *controle do cidadão* os participantes detém maioria ou completo poder nos espaços de tomadas de decisão. A autora afirma também que podem existir mais níveis.

Assim, ao convocar a base para as ações do sindicato, para que haja participação efetiva da categoria é primordial que as tomadas de decisões sejam transferidas aos sujeitos sociais, do contrário será arremedo.

De acordo com 72,10% dos sujeitos desta pesquisa há incentivo por parte da coordenação sindical à participação da base, mas apenas 43% dos docentes da RMC estão filiados. Por este motivo apresenta-se indispensável ouvir dos professores o que contribui para que os docentes não participem do sindicato.

Gráfico 16: Posicionamento dos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, sobre motivos para não participação no sindicato, 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados dos questionários, 2018.

Os dados nos mostram que entre os não filiados a *falta de credibilidade dos representantes* é o principal (68,41%), fator que contribui para a não participação no sindicato: “a falta de transparência” (PROFESSORA 03); “a descrença nas lideranças sindicais” (PROFESSORA 17) “falta de credibilidade dos representantes” (PROFESSORA 16). Outra professora assim expressou “citei a importância do sindicato como representatividade da classe. Mas, atualmente, essa representatividade encontra-se fragilizada e isso conta para o descrédito” (PROFESSORA 06).

Nas respostas é possível observar alguns argumentos para essa falta de credibilidade, como a falta de transparência, desorganização nas votações durante reuniões e assembleias e burocracia na entidade. Acredito que essa falta de credibilidade pode estar baseada em um distanciamento entre a coordenação sindical e a categoria, em vista do déficit na comunicação entre as partes, conforme tratado no capítulo seguinte. É válido lembrar que o sindicato em uma lógica não corporativista representa não só os seus filiados, mas organiza lutas que garantam a unidade dos trabalhadores.

Além deste fator, foram apresentados pontualmente vários outros fatores como: “as vezes por medo de retaliação por parte do governo” (PROFESSORA 10); “falta de união” (PROFESSORA 05); “a não obrigatoriedade da filiação” (PROFESSOR 08) e “os resultados negativos das audiências” (PROFESSORA 19).

Entre os filiados, conforme nos revela o gráfico 16, os fatores que contribuem para não participação dos professores no sindicato centram-se em 3 principais: a falta de credibilidade

dos representantes, a falta de interesse pessoal de parte da categoria e falta de consciência de classe.

Falta de união da classe. (PROFESSORA 21)

O comodismo, acho que é o fator principal, juntamente com a indisponibilidade e a alienação, ainda atrapalham a não filiação da categoria. (PROFESSORA 23)

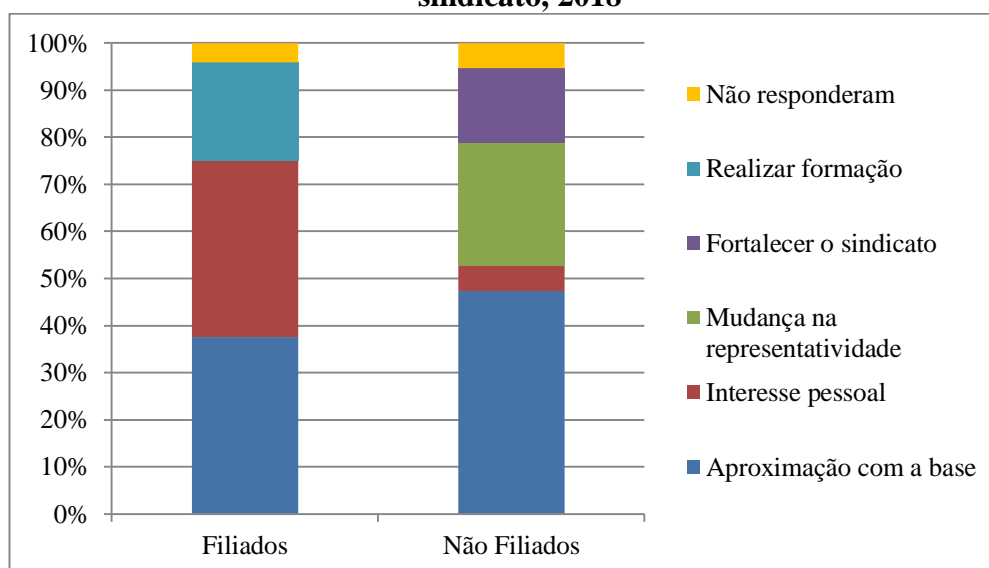
Acredito que muitos professores não se sintam representados pelo SINTEPP. (PROFESSORA 25)

Acomodação docente. Falta de transparência quanto as prestações de conta do sindicato. (PROFESSOR 27)

Foram identificadas também respostas pontuais apontando outros fatores que impedem a não participação, como as ocupações familiares (PROFESSORA 29), as derrotas sofridas pelo sindicato (PROFESSORA 26), medo de perder emprego por parte dos contratados (PROFESSOR 35).

Após esses apontamentos dos obstáculos para a não participação sindical, os sujeitos da pesquisa também foram questionados sobre o que pode ser feito para que os professores participem ativamente no sindicato. As respostas destes professores foram direcionadas, ora à própria categoria e ora ao sindicato/direção, conforme revela o gráfico 17.

Gráfico 17: Ações indicadas pelos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, para promover maior participação docente no sindicato, 2018



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados dos questionários, 2018.

Ao observar o gráfico é possível perceber que a principal medida indicada pelos sujeitos desta pesquisa para fomentar a ampliação da participação dos professores no

SINTEPP-Castanhal consiste em ações que promovam a aproximação do sindicato com a sua base. Eles dizem o seguinte: “atuar mais nas escolas” (PROFESSOR 08); “estar mais presente nas escolas. Visitando e interagindo com a categoria” (PROFESSORA 24); “melhor envolvimento dos sindicatos juntos a seus sindicalizados e interessados” (PROFESSORA 10).

Essa aproximação consiste também em melhora da comunicação com a categoria, na medida em que eles sinalizam por: “mais divulgação; maior empoderamento das leis que fundamentam os direitos dos professores” (PROFESSORA 37); “maior debate e divulgação das ações do mesmo junto à categoria” (PROFESSORA 15). A professora 33 propõe que esta aproximação se dê por meio de atividades culturais: “quem sabe uma caixinha para um clube ou um churrasco num final de semana”.

Entre os não filiados houve professores que indicaram que a mudança na representatividade é o que possibilitará maior participação da categoria no sindicato: “que a direção seja realmente representativa da classe, no que se refere às suas necessidades: direitos” (PROFESSORA 06); “mudança no grupo que dirige o sindicato” (PROFESSOR 07).

O fortalecimento do sindicato também foi apontado por não filiados, como algo necessário para ampliar a participação dos professores: “articulações e planejamento para fortalecerem o movimento” (PROFESSORA 17). Penso que isto se apresenta como um posicionamento contraditório, visto que o fortalecimento do sindicato depende da participação da base da categoria, isto quer dizer que sem participação massiva dos trabalhadores, não há possibilidade de haver um sindicato forte.

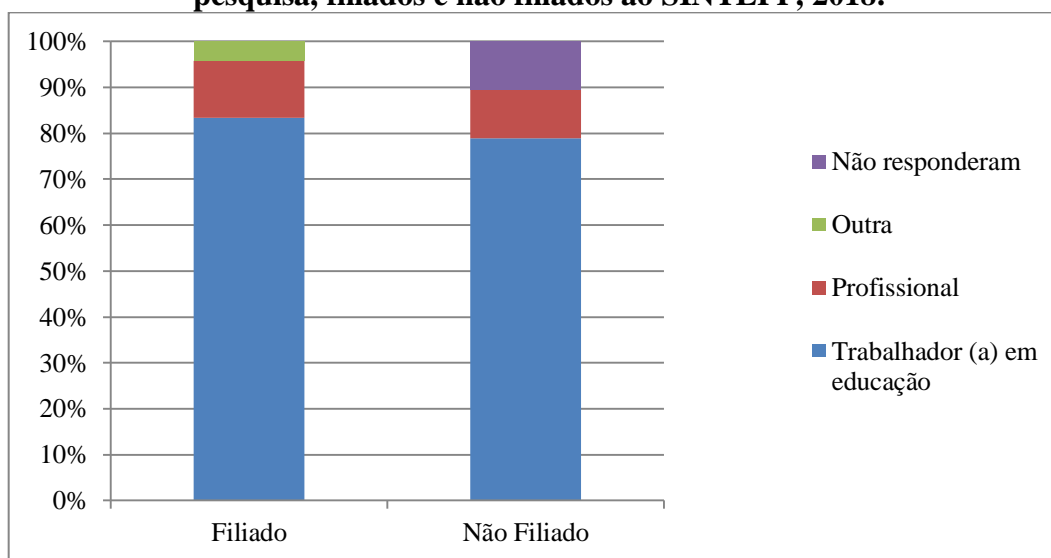
Houve também os professores filiados e não filiados que alegaram que a participação crescerá quando existir maior interesse pessoal por parte da categoria: “é cada um ter consciência de que os direitos conquistados serão de todos” (PROFESSOR 20); “essa é uma questão de bom senso de cada um em valorizar as ações promovidas pelo sindicato, pois muitos docentes cobram e não participam ativamente” (PROFESSORA 14).

Por fim, alguns filiados consideram que devem ser realizadas formações como ação para fomentar: “mais formação sobre atuação sindical” (PROFESSORA 17); “O SINTEPP precisa de formação para atuar com mais clareza” (PROFESSORA 39).

Rêses (2011) apresenta em sua pesquisa que o movimento sindical no Brasil cresceu na década de 1980 em vistas das transformações provocadas pela reestruturação produtiva, e nesse processo um dos motivos que provocou a participação massiva de professores no movimento docente foi a partir da identificação da categoria com a classe trabalhadora, e isso de certa forma contribuiu para um posicionamento mais combativo do movimento docente.

E ao partir dessa premissa de identificação com a classe trabalhadora, buscou-se investigar entre os professores da RMC sobre a sua identidade de classe. As respostas dos participantes estão apresentadas no gráfico 18.

Gráfico 18: Sobre a identidade de classe dos professores da RMC participantes da pesquisa, filiados e não filiados ao SINTEPP, 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados dos questionários, 2018.

As respostas apresentadas pelos sujeitos da pesquisa indicam que a maioria dos professores se identifica como trabalhador (a) em educação, 83,33% entre os filiados e 78,94% entre os não filiados. Se consideram profissionais, apenas 12,5% dos filiados e 10,52% dos não filiados. E 4,16% dos filiados indicou outra, mas não mencionou qualquer outro termo identitário, e 10,52% dos não filiados não responderam.

Sobre estas identidades, importante ressaltar que o termo “profissionais da educação”, conforme é tratado nos documentos legais como na LDB 9394/96 e PNE 2010, é “uma concepção de profissionalismo legal, de caráter a-histórico, pois busca por meios legais, dissociá-los, como se isso fosse possível, das relações sociais caracterizadas pelo antagonismo capital e trabalho, visando deslocá-los da luta de classes” (BERTOLDO e SANTOS, 2012, p.106).

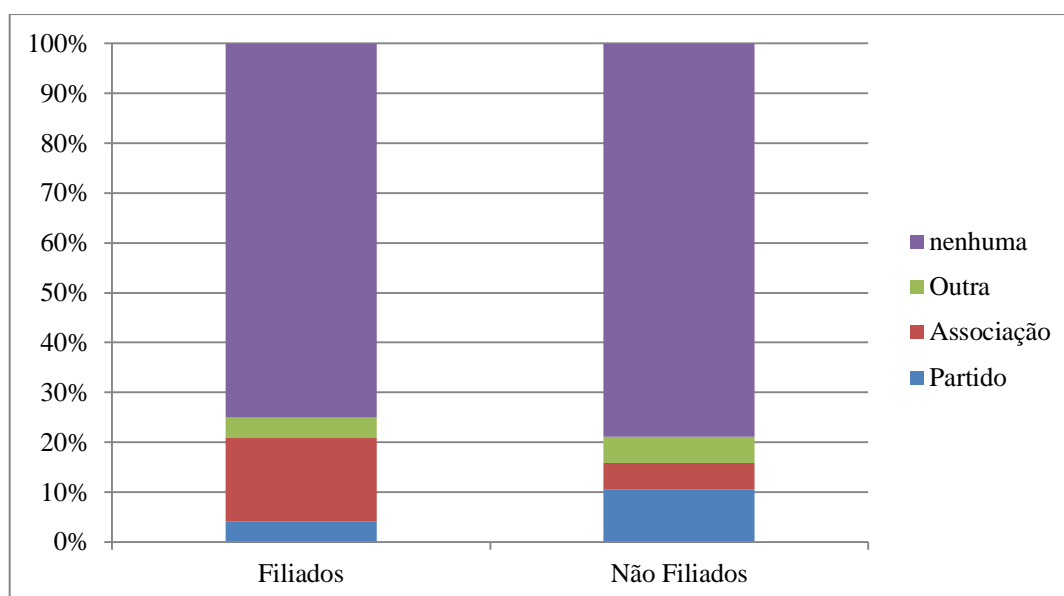
Desse modo, o discurso por trás de uma identidade não é vazio, mas possui uma dimensão política, e no caso do termo “trabalhadores em educação” ele possui “a intenção de estabelecer uma relação de pertencimento a um conjunto mais amplo de trabalhadores” (CARDOSO, 2010, p. 02).

No caso dos sujeitos desta pesquisa percebe-se que a identidade de classe “trabalhadores em educação” apesar de ser considerada a identidade de ampla maioria destes

sujeitos, para os não filiados ela tem sido o suficiente para levá-los a se filiarem, a estar organizados junto com outros trabalhadores.

Uma vez que “quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo” (PATEMAM, 1992, p.39). O que corrobora com a ideia de Bordenave (1994, p. 74) ao afirmar que “só se aprende a participar, participando”. Com base nestas premissas buscou-se verificar se os docentes filiados ou não, têm algum histórico de participação política ou social. As respostas são apresentadas no gráfico 18.

Gráfico 19: Sobre participação política ou social dos docentes informantes da pesquisa, 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados dos questionários, 2018.

Detecta-se que a maioria dos sujeitos desta pesquisa não tem histórico de participação em qualquer outro tipo de organização. Pois apenas 25% dos filiados e 21,06% dos não filiados participam de algum partido, associação ou outro coletivo. Isso revela que o sindicato para muitos é a única forma de participação política de maneira organizada.

Como podemos observar os dados da filiação juntamente com os obtidos por meio dos questionários aplicados com os professores revelam elementos reais que nos aproximam da compreensão sobre a participação sindical no SINTEPP-Castanhal, em especial a participação docente, que é objeto de estudo desta investigação.

Ao longo deste capítulo, ressaltou-se que esta participação sindical dos docentes é permeada por um processo histórico que se move a partir das contradições desencadeadas nas conexões das relações sociais, que sofrem influências diretas do modo de produção capitalista. Antunes (2018) e Alves (2000) afirmam a existência de uma crise no sindicalismo,

como consequência das transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir da década de 1970, oriundas da tentativa de solução para a crise do sistema capitalista.

E nessa conjuntura a participação no SINTEPP-Castanhal é marcada por singularidades. De acordo com seu estatuto trata-se de um sindicato que organiza os trabalhadores da rede pública municipal e estadual, mas entre seus filiados não há trabalhadores que atuam sob regime de contrato temporário. E para Antunes (2018) este é o grupo de trabalhadores que está em expansão, dado o aprofundamento da precarização nas relações de trabalho. Corroborando com esta afirmação, se afirma que esta situação da precarização é uma realidade na RMC, visto que “o quantitativo de docentes por tipo de contratação, pois no período de 2011 a 2017 este apresentou uma estabilidade no número de concursados ou uma elevação na quantidade de temporários” (VIANA, 2018, p.174).

Diante desta nova morfologia do trabalho, mostra-se imprescindível a ampliação da organização sindical com a incorporação destes trabalhadores expostos a essa nova e crescente relação de trabalho, pois do contrário, a entidade ficará restrita a um grupo minoritário e apresentará muito mais característica corporativista do que classista.

Nessa mesma perspectiva, os dados de filiação do SINTEPP-Castanhal também revelam que apesar deste ser um sindicato dos “trabalhadores em educação”, ele apresenta-se muito mais como representante dos professores, na medida em que os dados revelam que 94% dos filiados da rede municipal são professores. O motivo desta ocorrência indica a demanda de outra investigação com os demais trabalhadores. Mas, sobretudo, constitui-se em desafio para este sindicato, pensar ações estratégicas que possam integrar os demais trabalhadores.

Observou-se também que 87% da sindicalização docente da rede municipal é feminina, o que se explica com o processo histórico de feminização da docência. Porém, apesar destas, inclusive ocuparem a maioria dos cargos no sindicato, elas não tem ocupado os cargos elevados, no caso, a coordenação geral da entidade. Apesar desta questão não ter sido levantada por nenhum dos sujeitos como fator para não participação sindical, acredito que este pode representar contraditoriamente, uma reafirmação do sindicato como território masculino.

Sobre esta questão Coronel (2014) ao final de sua pesquisa aponta que “as condições de gênero das mulheres se revelaram, em algumas situações, responsáveis pelos elementos dificultadores da relação entre as docentes e o sindicato” (CORONEL, 2014, p.108). Acredito ser importante para a promoção de maior participação das mulheres, a eliminação de qualquer resquício de atitude sexista dentro do movimento sindical.

Nos dados da filiação também foi possível verificar que 95% dos sindicalizados trabalham na zona urbana do município, o que logicamente ocorre em consequência do maior atendimento escolar ser urbano. No entanto, é válido destacar que a ampla participação dos trabalhadores da zona rural é fundamental, pois é nesta zona onde a precarização das condições educacionais se acentuam.

Além destes dados da filiação, a análise dos questionários nos possibilitou a aproximação acerca da participação sindical docente da RMC. Os dados nos revelam a necessidade de uma visão sistêmica para compreender este tema. Por certo, sabemos que a crise que o sindicalismo passa neste momento, como nos afirma Alves (2002) é parte da crise do modo de produção capitalista, desencadeada na década de 1970.

Ao longo da análise dos questionários foi evidenciado nas falas dos professores que a participação sindical deles é pautada principalmente por uma concepção sindical corporativista e por consequência marcada por lutas imediatas. Foram em poucos momentos durante análise que identifiquei falas que apresentaram uma participação norteada por lutas mais gerais, por uma consciência da luta de classes.

Entre os não filiados, apesar de alguns participarem do sindicato, destaca-se também que a não participação é marcada por uma indiferença ao movimento sindical, e analiso isto como uma negação do ser coletivo, baseada em uma concepção liberal-meritocrática do ser humano como um ser livre e autossuficiente. Para Freire (2015) este pensamento é parte de sustentação do projeto burguês de sociedade. E isso claramente também apontou a inexistência de consciência de classe entre estes sujeitos.

Na análise destes questionários percebeu-se também que a participação sindical sofre direta influência da intensificação do trabalho docente, na medida em que se constata que 25% dos professores têm uma alta carga horária de trabalho e que por sua vez acaba por se tornar uma barreira à participação dos professores nas ações do sindicato.

Outro fator que se apresenta como obstáculo à participação sindical destes professores é um distanciamento do sindicato com a base de sua categoria, e o fator que evidencia este fato é o déficit na comunicação entre as partes, e por sua vez pode ser motivo para a falta de credibilidade na coordenação, conforme apresentam filiados e não filiados. Portanto, a comunicação apresenta-se entre os desafios a serem enfrentados por este sindicato na tentativa de ampliar a participação sindical da categoria.

De modo geral observo que tanto entre os filiados e não filiados é recorrente falas que denotam um distanciamento de si em relação ao sindicato, como se a direção dele seja a responsável pelas lutas sindicais. A este processo percebo uma terceirização da luta sindical,

em vista da transferência da responsabilidade da luta coletiva a um determinado grupo. Penso que isso em parte é explicado pelo modelo de participação defendido na concepção da democracia representativa, a qual faz parte do cenário político nacional propagado pelo Estado.

É certo que a este Estado não lhe interessa uma participação em que haja a transferência real de poder aos sujeitos sociais, pois isto implicaria na derrubada da classe que detém seu controle. Assim como para este também não interessa a unificação da classe trabalhadora, por isso lhes impõe uma estrutura sindical corporativista que fragmenta a classe.

Em vista disso, o sindicato enquanto organização legítima da classe trabalhadora para ter força política e social deve está enraizado em sua base, os trabalhadores, pois só assim terá uma sustentação sólida na construção e execução de suas ações, pois sem isso, certamente não conseguirá avançar nem mesmo nas lutas imediatas, locais, econômicas, dado o contexto de devastação das condições de existência que essa crise estrutural do capitalismo vem impondo, sobretudo sob os países latino-americanos.

3. A ATUAÇÃO DA DIREÇÃO DO SINTEPP-CASTANHAL NO CENÁRIO DE CRISE DO SINDICALISMO

Neste capítulo analiso como a direção do SINTEPP-Castanhal tem atuado nesse cenário de crise do sindicalismo, que afeta também o movimento docente. Para isso foram entrevistados dois coordenadores desta subsede, um deste com 20 anos de participação sindical e outro com 10 anos, escolhidos e convidados por estarem na coordenação geral da organização nos últimos anos, e que aceitaram participar da pesquisa.

Conforme já mencionado na introdução desta dissertação, estas entrevistas foram realizadas de acordo com um roteiro com questões semiestruturadas (APÊNDICE 3) elaborado pelo próprio pesquisador. As entrevistas foram realizadas no mês de novembro de 2018, de maneira individual e em locais indicados pelos participantes, sendo gravadas em áudio. Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE 4) autorizando a utilização de sua fala para fins da investigação acadêmica.

O roteiro das entrevistas foi estruturado em 16 perguntas divididas em 3 eixos, cada qual circunscrevendo um determinado foco de análise, organizados na seguinte ordem: eixo 1 sobre o entrevistado, eixo 2 sobre o sindicato e eixo 3 sobre participação sindical.

As perguntas agrupadas no eixo 1 tratam a respeito dos caminhos para a inserção e continuidade na profissão docente e na participação sindical dos entrevistados. A categoria de análise deste eixo é a concepção de participação sindical dos coordenadores entrevistados.

No eixo 2 encontram-se perguntas relacionadas ao sindicato, sobre como tem sido desenvolvida a dinâmica sindical em suas pautas e ações. A partir desse eixo apresentamos o sindicato como categoria de análise, sobre como este se apresenta frente às demandas dos trabalhadores e na atual crise do sindicalismo. Para finalizar, no eixo 3 estão as perguntas que tratam de como os coordenadores do sindicato observam e atuam no fomento da participação dos professores da RMC nas ações sindicais.

3.1 A concepção de participação sindical para os sindicalistas

Conforme mencionado, as perguntas do eixo 1 tratam a respeito da profissão docente e participação sindical dos entrevistados. A partir das falas sobre suas trajetórias foi possível identificar elementos do trabalho docente que fomentam a participação sindical deles, visto a interdependência dessa relação. Buscou-se também fazer uma análise da concepção de participação sindical para os dirigentes sindicais entrevistados, pois esta é uma discussão de

fundamental importância nesta investigação de como a direção do SINTEPP-Castanhal tem atuado nesse cenário de crise do sindicalismo.

A partir das falas nas entrevistas identificamos que na trajetória de ambos sindicalistas há um histórico de participação em movimentos ainda no período de juventude. O Sindicalista A foi militante da juventude cristã, membro da ala da igreja católica que tinha como orientação a Teologia da Libertação, e também participou do movimento estudantil no período de graduação. O Sindicalista B relata que já durante o ensino fundamental participava dos conselhos escolares e grêmios estudantis, o que se estendeu pelo ensino médio e graduação.

E foi na escola pública, durante o ensino médio que os entrevistados tiveram contato com membros do SINTEPP, conforme as falas a seguir.

Mas o curso de história, ele foi motivado por duas pessoas que eu conheci que me deram aula no ensino médio, primeiro foi a Araceli Lemos, professora de história em 91, e 93 eu fui aluno do professor Raimundo Gomes, Raimundo, né, dois sindicalistas, inclusive, ambos coordenaram o SINTEPP-Castanhal também. (SINDICALISTA A)

[...] terminando o ensino médio, eu participei do conselho escolar da escola e isso possibilitou que eu conhecesse naquele momento algumas pessoas do SINTEPP lá de Ananindeua, e aí então, a gente acabou criando um vínculo, eles começaram a me chamar para participar das atividades do sindicato, a conhecer como se organizava a categoria. (SINDICALISTA B)

Com base nesses relatos é possível compreender que essa relação com membros do sindicato ainda no período escolar teve grande influência na vida do Sindicalista A, visto que os professores citados tornaram-se inclusive referências para sua escolha profissional. Diferente deste, o Sindicalista B aponta que a decisão em ser professor foi oriunda da oportunidade de cursar o magistério durante o ensino médio: “então foi essa a situação em que se deu pra eu fazer a escolha, para o curso de magistério, no primeiro momento por conta das oportunidades que eram dadas a mim, de um curso técnico de nível médio”.

E hoje ao falar da sua profissão, ambos os entrevistados destacam que o trabalho docente é desvalorizado pelo Estado. O Sindicalista A sinaliza inclusive que essa desvalorização atualmente se estende por parte da sociedade.

A gente tem percebido que nos últimos anos houve um desmerecimento do profissional do magistério, eu acho que houve uma... o Estado realmente tem dado provas do quanto não valoriza, mas não só. Eu acho que a sociedade como um todo acabou bebendo também dessa fonte da não valorização dos professores. É... os estudantes na sala de aula, estão muito mais propícios a não dar aquela, entre aspas, aquela moral pro professor. (SINDICALISTA A)

Mas como podemos confirmar estas afirmações? Para compreendermos este ponto é fundamental situar que a valorização dos professores, segundo Masson (2016, p. 157)

perpassa por três dimensões básicas: “condições de trabalho, remuneração e carreira, formação inicial e continuada”. E aqui vamos destacar a remuneração, visto que esta é algo primordial para qualquer trabalhador, pois é a partir dela que este garante a sua própria existência.

A nível nacional percebemos que a Lei nº 11.738, de 2008, a qual instituiu um Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) não tem sido o suficiente para garantir o pagamento do valor regulamentado pelo próprio Estado nas diferentes unidades federativas (estados e municípios). Dados de um levantamento feito pelo Ministério da Educação em 2016 mostrou que neste ano, apenas 2.533 dos 5.570 municípios brasileiros, pagavam o piso nacional (PORTAL DE NOTÍCIAS G1, 2017).

Masson (2016) afirma que há uma série de documentos legais que regulamentam a carreira e salário dos professores, mas que muitas vezes acabam não se materializando por não haver, como no caso da lei do piso, uma penalidade específica para quem não cumprir o estabelecido. No caso da RMC, atualmente os professores recebem o piso salarial estabelecido pela lei, desde 2011, após reivindicação sindical junto à prefeitura.

Então quando o Supremo Tribunal Federal bateu o martelo de que o piso era vencimento base e em cima é que incide as gratificações para compor a remuneração do magistério e que é constitucional, eu particularmente, de posse dessa informação, fui cedo na Secretaria de Educação no ano de início de 2011, e aí dei essa informação para o secretário de educação na época.[...] E aí, eu sai de lá, da secretaria de Educação com essa questão, com essa situação, e disse ao secretário “nós ficaremos aguardando uma resposta de vocês e esperamos que vocês cumpram o que o Supremo Tribunal Federal decidiu que o piso é vencimento base e que Castanhal precisa pagar o piso porque não paga”. (SINDICALISTA B)

O sindicalista B fez cobranças ao secretário de educação relativa aos direitos dos professores, como descreve acima, porém parece-nos que a necessidade de organização da categoria na disputa local para fazer valer a lei foi muito importante. Este sindicalista ressalta que “o piso como vencimento base não deixou naquela época de ser um ganho significativo, não que seja isso que o magistério mereça, né, não é isso” (SINDICALISTA B).

Com certeza não seja isso que o magistério mereça, pois enquanto o piso nacional dos professores do ano de 2018 corresponde a R\$ 2.455,35 para quem trabalha 40 horas semanais, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) afirma que em janeiro deste mesmo ano o salário mínimo necessário para atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família deveria ser de R\$ 3.752,65. Esta é mais uma característica que nos aponta a fragilidade do trabalhador, na lógica da legislação do Estado.

Para Masson (2016) outro ponto em que se percebe a desvalorização do professor está relacionado ao valor da remuneração dos professores quando comparada a de outros profissionais com a mesma formação. Nesse sentido a autora conclui que “a equiparação salarial do professor com as demais profissões é condição indispensável para a atratividade e permanência na carreira, pois é a questão que mais determina a escolha dos jovens, embora isso não seja suficiente” (MASSON, 2016, p.161).

Essa desvalorização é uma realidade histórica do trabalho docente, pois Alves e Pimentel (2015) afirmam que isso ocorre desde o período imperial. Ambos coordenadores entrevistados destacam a questão salarial como fator elementar que os fizeram cruzar o caminho da luta sindical.

Então, após o Collor em 92 vários estados foram implementando, né, medidas neoliberais de enxugamento da máquina, Estado mínimo, então, Almir Gabriel [*governador do estado*], ele já propunha em 98 e fez em 99 inclusive, mudanças no regime jurídico único, retirou o pecúlio que era um pagamento que era feito mensalmente ao [*servidor*] estado e não foi devolvido. Então, o que motivou, na verdade, foi essa, nós não queríamos é... nesse debate não era ampliação dos direitos, era ter um pouco do que hoje se vive, era resistência, a gente temeroso em perder o que tínhamos conquistado. (SINDICALISTA A)

A minha procura pelo sindicato, pelo SINTEPP Castanhal aqui foi automática porque logo que eu recebi meu primeiro contracheque em Castanhal. [...] logo que eu vi meu contracheque, assim, me deu vontade de desistir porque era um salário muito baixo para professor em Castanhal, mas ao mesmo tempo eu pensei, não, não é desistindo que isso vai mudar. Então eu vou procurar o sindicato da categoria, vou me filiar e vamos fazer discussões e lutas para que isso melhore. (SINDICALISTA B)

Para Marx (2008a) a “base lógica” do sindicato, corresponde à união dos trabalhadores para se colocarem em igualdade diante do patrão na negociação de venda do seu trabalho, enquanto houver sistema capitalista. Para Engels (2008a, p. 87), “sem os meios sindicais de resistência, o trabalhador não receberia nem sequer o que lhe corresponde, segundo a lei do trabalho assalariado. Essa afirmação de Engels reflete o caso de Castanhal e tantos outros municípios e estados em que foi e é necessária a ação sindical para fazer valer, por exemplo, a lei do piso salarial.

Vale ressaltar que tanto para Marx (2008b), quanto para Engels (2008b) apesar de considerarem legítima a luta por melhores salários e jornada de trabalho, eles reiteram a necessidade de romper com a lógica do sistema de trabalho assalariado, visto que, “a lei do salário seguirá sendo toda poderosa e reforçará cada dia mais as correntes que fazem do trabalhador um escravo do produto de suas próprias mãos, produto que o capital monopoliza” (ENGELS, 2008a, p. 85).

Isso implica dizer que a luta sindical, conforme discutido no primeiro capítulo desta dissertação, deve transpor as lutas locais, imediatas, econômicas, pois se estas fossem o fim, a luta sindical se encerraria quando uma conquista salarial fosse obtida. E situados nesta sociedade dividida em classe, ainda um salário considerado “justo”, dentro das leis da economia política que regem esse sistema, não seria suficiente para tirar o trabalhador da condição de explorado, já que para esse sistema: “um justo salário cotidiano é a soma de que necessita o trabalhador para adquirir meios de subsistência necessários para mantê-lo em condições de trabalhar e se reproduzir de acordo com as condições de seu ambiente e de seu país” (ENGELS, 2008b, p. 82).

A luta pela valorização do professor não deve estar descolada da luta pela valorização da educação e vice-versa, pois apesar de cada uma apresentar sua especificidade, ambas compõem uma mesma totalidade. Assim, para além da luta econômica, a valorização da educação e do professor implica em uma luta política, dado os antagonismos de interesses entre as classes. Os trabalhadores em educação como servidores públicos buscam ser valorizados perante o Estado.

E enquanto o Estado se opuser às políticas de valorização da educação, os professores conscientes que se dispuserem a lutar terão necessariamente de realizar o enfrentamento político, e logicamente isto terá uma reação, podendo desencadear represálias por parte do governo, como forma de enfraquecer a luta sindical.

[...] eu fui convidado pela Mec [*dirigente sindical*] para compor a coordenação, mesmo sendo eu temporário do estado e isso, na verdade, foi uma prova de fogo porque era muito tranquilo eu esperar uma demissão do estado por conta da atuação sindical. (SINDICALISTA A).

Mas a partir dali, começou também algumas é... discussões, indagações pra saber o que que nós poderíamos fazer enquanto classe trabalhadora, enquanto coletivo pra que isso fosse mudando. E aí fizemos algumas reuniões nas escolas, na escola que eu trabalhava inclusive, naquela época o diretor chegou comigo e me perguntou, me perguntou não, me falou “tu não conhece Castanhal, Castanhal é uma cidade muito provinciana. Então toma cuidado porque eu não sei como é que poderá ser a tua lotação em 2009”. (SINDICALISTA B)

Para Souza e Ducatti (2017) tais reações caracterizam assédio moral e explicam que esta,

[...] é uma forma de gestão que objetiva livrar-se de trabalhadores/as que apresentam obstáculos ao interesse do capital, [...] A parcela mais assediada é exatamente aquela que conscientemente enfrenta e questiona o poder, o que significa que o sucesso do processo assediador já desfalca a classe trabalhadora de seus combatentes, incidindo diretamente sobre as batalhas de classe travadas no trabalho. O desfalque se dá de várias maneiras: demissão do/a assediado/a, transferência e isolamento, fatores que podem levar à desistência da luta, adoecimento mental, suicídio etc. (SOUZA e DUCATTI, 2017, p.89).

Os relatos de ambos entrevistados revelam a existência desse processo de reação violenta que é o assédio moral quando se faz o enfrentamento ao governo. Mas a fala do Sindicalista A, ao mesmo tempo, demonstra um espírito combativo, aquele que se opõe as atitudes conciliatórias ou mesmo de cooptação, que a classe trabalhadora necessita para se posicionar contra as injustiças impostas.

A partir das falas dos entrevistados é possível perceber que além do espírito combativo, outro elemento para uma participação sindical efetiva é o tempo que se dedica à participação nas atividades do sindicato.

[...] nos meus 20 anos de sindicato, eu nunca tive um dia de liberação. [...] eu sempre militei, eu sempre me dispus, fiz o meu trabalho, até reconhecido nos últimos anos, sem liberação nenhuma. Mas hoje, por conta de estar em gestão escolar, o meu tempo hoje no sindicato é quase que zero, é um tempo pequeno. [...] fazer a conciliação entre a gestão escolar com os problemas que a escola apresenta, com as nuances que a gente vivencia no dia a dia, com o trabalho sindical é muito difícil. Tanto é que poucos colegas têm essa militância hoje em dia no sindicato, porque sem liberação é difícil de participar (SINDICALISTA A).

As 200h que eu tinha em sala de aula foram todas disponibilizadas para o sindicato e isso fez com que a gente fizesse muito trabalho né, uma delas é e principal pra mim uma das principais, é o Plano de Cargos e Carreira e Remuneração, que sem esse tempo aí seria muito difícil de ter essa condição pra esse trabalho (SINDICALISTA B).

O Sindicalista B esclarece que ele está sob liberação das atividades docentes para exercer o mandato classista e que esta licença também foi obtida mediante luta sindical conquistada no ano de 2010 e assegurada no PCCR da rede municipal em 2012.

Art. 59 - Fica assegurada a licença sindical para até 02 (dois) dirigentes dentre os componentes da Coordenação da Subsede do SINTEPP de Castanhal para mandato classista de três anos, sem prejuízo de sua remuneração e direitos, permitida uma única recondução. Parágrafo Único - Somente poderão ser licenciados os servidores eleitos para cargos de direção ou representação na referida entidade, até o máximo de dois por entidade constituída em conformidade com o art. 5º, inciso LXX, alínea “b”, da Constituição Federal (PCCR da Rede Municipal, CASTANHAL, 2012).

Temos o entendimento de que o elemento tempo é fundamental para a prática sindical, dadas as atividades demandas pela luta, como organizar e estar em reuniões, assembleias, debates, formações, congressos, conferências, atos, manifestações paralizações, greves. E nessa perspectiva, a conquista da licença sindical para os coordenadores representa uma grande vitória para a categoria.

No entanto, apesar da licença sindical ser fundamental para o desenrolar das demandas diárias que a ação sindical suscita, é necessário destacar que a participação dos coordenadores nas atividades sindicais não deve estar determinada apenas por esta licença, afinal ela é assegurada a somente 2 servidores, e a luta sindical requer participação coletiva, pois

conforme Marx (1982b, p. 01) “o único poder social dos operários é o seu número. A força dos números, no entanto, é quebrada pela desunião”.

E nesse sentido, a trajetória de participação do Sindicalista A nos mostra que não é tão simples a tarefa de conciliar as atividades do trabalho com a luta sindical, tendo em vista o atual nível de intensificação do trabalho docente, pois demanda disposição e o pensamento de que sem a união dos trabalhadores não haverá perspectivas de mudança, por exemplo, deste cenário de intensificação do trabalho no qual os trabalhadores da educação estão submetidos “em decorrência do alargamento das funções no trabalho escolar e das jornadas de trabalho, os baixos salários docentes” (GARCIA e ANADON, 2009, p. 67). E conforme apresentado no capítulo anterior, 25% dos professores participantes desta pesquisa apresentam carga horária acima das 200 horas, o que podemos considerar que isto é parte desse processo de intensificação do trabalho.

Essa intensificação é observada entre os próprios coordenadores do SINTEPP-Castanhal, conforme destaca o Sindicalista A ao mencionar que “o contingente de coordenadores com o tempo disponível é muito pequeno, a maioria trabalha nas duas redes, estado e município, outros trabalham na rede privada”. E certamente isso ocasiona uma limitação nas ações sindicais, visto que, sobre estes coordenadores recaem diversas atividades, desde as burocráticas representativas às de comunicação, formação e mobilização.

A partir disso pode-se afirmar que esse nível de trabalho ao qual a classe trabalhadora está submetida, apresenta-se dentre outras, como uma barreira para a participação sindical destes. Porém não se deve encarar isto como elemento determinante para a não participação, pois assim estaríamos negando as conquistas daqueles que trabalhavam 16 a 18 horas por dia, no século XVIII e XIX, e ousaram lutar por uma vida digna, bem como as conquistas que foram materializadas nos últimos anos em Castanhal, as quais serão discutidas no tópico adiante.

Conforme as falas foi possível identificar que a participação sindical para os entrevistados (coordenadores) implica necessariamente em luta pela valorização do trabalho, sobretudo salarial, enfrentamento ao governo e tempo para participação sindical. Ao identificar isso pode-se inferir que a busca por melhores salários continua a ser um grande combustível para a participação.

E se tratando de servidores públicos, é quase inevitável o conflito, o enfrentamento direto com aquele que representa a figura do patrão destes, o Estado, que por sua natureza reproduz predominantemente interesses divergentes da classe trabalhadora, pois “a ação do

Estado está estreitamente determinada pelas necessidades do sistema reprodutivo do capital” (BIZERRA e GOIS, 2014, p. 78).

Na guerra entre o capital e o trabalho o tempo que é um elemento tão precioso ao sistema capitalista para extrair trabalho excedente, também é fundamental para uma efetiva participação nas atividades sindicais, na busca por melhores salários e por uma sociedade onde o tempo no trabalho e fora dele seja cheio de sentido.

Além de buscar identificar esses elementos que permeiam a participação sindical para esses sindicalistas, ou seja, saber o que se pensa ou como se posicionam, também é imprescindível para esta investigação saber o que se faz, e como isso se reflete na participação sindical. E nesse intuito serão apresentados, no tópico a seguir, a discussão da atuação do sindicato nos últimos anos.

3.2 A atuação do SINTEPP-Castanhal

O SINTEPP-Castanhal possui 36 anos de atuação no município, formou várias lideranças, assim como já conquistou vitórias para a educação castanhalense. Uma questão central para analisar a participação sindical da RMC requer compreender como este sindicato tem se apresentado diante da atual crise do sindicalismo e das diversas concepções de sindicatos existentes: corporativista, assistencialista, cooptado, de carimbo.

Os sindicalistas ao serem questionados sobre as principais lutas e conquistas da categoria apontam o PCCR aprovado em 2012 como a principal conquista. Eles mencionam que nele estão registrados alguns avanços para os professores, os quais destacam: a manutenção do piso salarial profissional nacional do magistério, hora-atividade de 30% da jornada e equiparação salarial entre professores com a mesma formação, eleição direta para as direções escolares.

Nos relatos, eles dizem que o processo da construção à aprovação ocorreu entre 2010 e 2012, afirmam também que este plano seria unificado para todos os trabalhadores em educação, mas no embate das discussões, a ideia do governo municipal de restringir apenas aos professores acabou prevalecendo. Ressaltam que este período foi marcado por manifestações, paralizações e greve para que não houvesse outros retrocessos no plano.

Apesar de serem legítimas as conquistas salariais, devemos lembrar que elas são limitadas ao sistema de trabalho assalariado. Sobre isto França (2013) afirma que:

As conquistas sindicais não podem iludir a classe trabalhadora a ponto desta minimizar o fato de que não houve mudanças no rumo do sistema de trabalho

assalariado e que em pouco tempo essas conquistas já não serão percebidas e novas lutas deverão acontecer para buscar se obter as mesmas vitórias (FRANÇA, 2013, p. 189).

Atualmente a bandeira de luta do SINTEPP-Castanhal, segundo os coordenadores entrevistados, é manter as conquistas devido o cenário de retirada de direitos da classe trabalhadora.

Então hoje a luta não é mais pra alcançar, pra avançar em conquistas, hoje a luta ela reside centralmente na busca pela manutenção do que fora conquistado lá atrás né: a manutenção do piso, como direito sagrado, o direito a trabalhar a jornada ampliada 200 horas, o direito a hora-atividade, sacramentada na lei do piso, Castanhal já paga, mas ameaça retirar, o direito a garantia da gestão plena na rede municipal, a manter a eleição direta pra diretor. (SINDICALISTA A)

Infelizmente, o cenário político nacional faz com que nós resistamos né, aos ataques aos nossos direitos, as nossas bandeiras de lutas aqui estão sendo nesse sentido, de resistir a retirada de direitos né. De fazer a manutenção dos direitos que conquistamos com muitas lutas. O pagamento do piso em dia né, jornada de trabalho com hora-atividade que, e essa tua pergunta é oportuna no atual momento porque inclusive eu te dou essa informação que tem um grupo de trabalho do governo que esta pensando em ações e em medidas, isso o governo já disse pra gente, para fazer contenções de despesas. (SINDICALISTA B).

Essas falas demonstram o quanto este sindicato encontra-se frágil, mas atento diante das imposições que vem sendo orquestrada pelo sistema de acumulação que avança na destruição dos direitos trabalhistas, e sob as políticas públicas sociais, de modo geral.

Importante mencionar que a ofensiva neoliberal foi determinante para que muitos sindicatos acabassem por perder o viés combativo e o ideal socialista e “dedicar-se basicamente em manter os direitos conquistados de outrora. É como se não achassem mais espaço ou possibilidade de reivindicar novas condições” (LANÇA 2013, p.19).

É compreensível também a atitude de lutar por manter o que se conquistou quando observamos o movimento de devastação de direitos trabalhistas no cenário mundial como nos afirma Antunes (2019) ao constatar que de maneira impositiva o sistema financeiro vem ditando que “é um momento de devastar os direitos do trabalho, na Europa, nos Estados Unidos, no Japão, na América, pra não falar América Latina, África e Ásia onde os direitos têm um nível de brutalização, a perda de direitos tem muito maior intensidade” (ANTUNES, 2009, n.p).

Essa devastação é resultante da crise estrutural do capital na medida em que

[...] a nova forma como a crise se expressa não é mais marcada por intervalos cíclicos entre expansão e recessão, mas por precipitações cada vez mais frequentes e contínuas, o que resulta em sérias consequências sociais, como o desemprego, o afrouxamento das leis trabalhistas, a precarização das condições de trabalho, intensificação do trabalho, redução salarial, entre outras (BERTOLDO e SANTOS, 2012, p. 101).

Envolvidos nesse contexto de precarização do trabalho, descrito pelos entrevistados e por Antunes (2019), no dia 09 de janeiro de 2019 o prefeito de Castanhal assinou o Decreto Nº 002/2019 o qual determina que a remuneração do magistério seja baseada na carga horária do concurso e não mais pela carga horária trabalhada.

Art. 1o - Fica estabelecido que a remuneração fixada aos servidores públicos profissionais do magistério desta Municipalidade será baseada na carga horária do concurso, de acordo com o que determina a Lei Municipal no 026/2012, salvo as exceções nela previstas.

Art. 2o - Fica estabelecido que, em relação aos contratados temporariamente para o exercício da função de Magistério, será pago como remuneração o Piso Nacional fixado ao Magistério, conforme art. 4o da Lei Municipal no 014/1999.

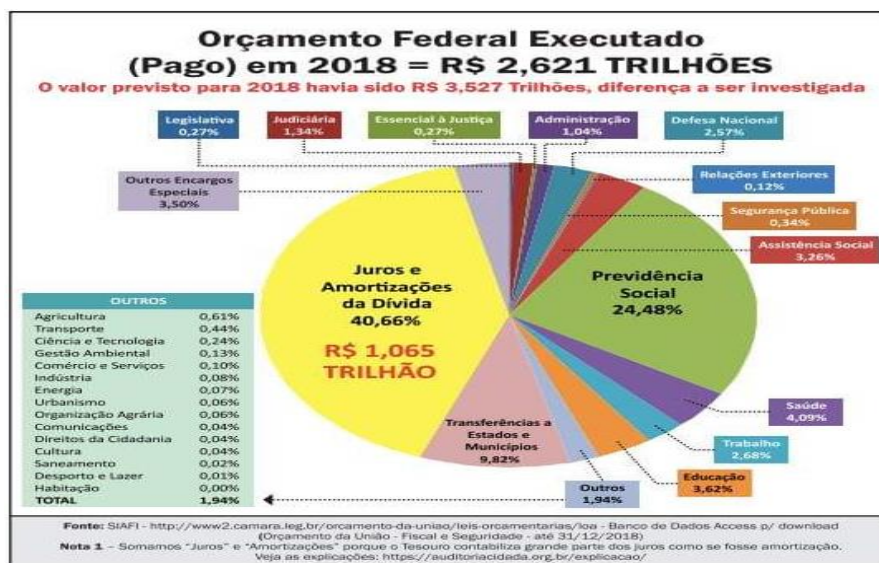
Parágrafo Único - Por ausência de permissivo legal, não se autoriza a projeção de gratificações oriundas da Lei Municipal no 026/2012 aos contratos temporários do Magistério (CASTANHAL, Artigo 1º do Decreto nº002/2019).

Isso resulta, que para o pagamento das gratificações dos servidores concursados não será levado em consideração a carga horária exercida, mas a carga horária do concurso do professor, por exemplo, o professor concursado com 20h/semanais que optar por trabalhar numa carga horária além dessa, sobre essas horas excedentes não incidirão as gratificações. O decreto também institui a retirada de pagamentos de gratificações aos professores em regime de contrato temporário “por ausência de permissivo legal”.

E a tendência desses ataques à classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2007) é piorar. Assistimos no final do ano de 2016 a aprovação da Emenda Constitucional- EC Nº 95 que promove um ajuste fiscal e impõe um limite dos gastos públicos por 20 anos, que em pouco tempo resultará em um sucateamento das políticas públicas, em especial nas áreas de educação e saúde, além de diversos outros retrocessos que já começaram a afetar diretamente a vida dos trabalhadores.

Sobre toda esses retrocessos, ressalta-se que a lógica da EC 95 é restringir os gastos sociais em benefício do sistema financeiro com o pagamento dos juros da dívida pública, visto que esta sim pode se alargar livremente (MARIANO, 2017). A saber, no ano de 2018 enquanto o gasto do governo federal com educação foi de 3,62% do orçamento do governo federal, o pagamento de juros e amortização da dívida pública foi de 40,66%, conforme revela o gráfico seguinte.

Gráfico 20: Orçamento do Governo Federal executado em 2018.



Fonte: <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2019/02/grafico.jpg>

Mariano (2017) explica o que significa a EC 95 para o orçamento na área da educação:

Exemplificativamente, tome-se o total dos R\$ 129,7 bilhões destinados ao orçamento da educação no ano de 2016. Desse valor, R\$ 51,6 bilhões são do piso constitucional de 18%. Deste segundo valor, R\$ 50,5 bilhões são despesas obrigatórias e financeiras, como pagamento de salários de professores e aposentadorias. Com a desvinculação, portanto, a educação pode perder metade do seu orçamento, que é imprescindível para a própria manutenção (MARIANO, 2017, p.263).

Essa conjuntura sinaliza cada vez mais a necessidade de união dos trabalhadores, para que o ônus dessa crise do sistema não avance ainda mais sobre a classe trabalhadora, nessa vertiginosa busca do aumento das suas taxas de lucro. É claro que apesar das condições objetivas serem provocativas para uma revolução do ponto de vista da classe trabalhadora, esta precisa antes compreender a sua tarefa histórica.

E, nessa perspectiva Trotsky (2009, p.13) enfatiza que “se o proletariado, como classe, fosse capaz de compreender imediatamente sua tarefa histórica, não seriam necessários nem o partido nem os sindicatos. A revolução teria nascido, simultaneamente, com o proletariado” (TROTSKY, 2009, p.13). Do ponto de vista da perspectiva revolucionária de atuação dos sindicatos, estes não devem se limitar somente à ação de resistência aos efeitos do capital, mas devem sobretudo desempenhar o papel educativo para o avanço das consciências que a luta política mais geral demanda, visando a emancipação da classe trabalhadora.

Nessa lógica, Araújo Filho (2015, p.51) compreende que as contradições do capital por si só não produzem consciência de classe e o sindicato pode cumprir um papel preponderante no “avanço da consciência de classe, o que inclui, por sua vez, a questão da

formação humana, na educação da classe trabalhadora”. Araújo Filho (2015) ainda destaca a importância da formação política para a construção de “novas lideranças ou mesmo novos militantes” (ARAÚJO FILHO, 2015, p.51).

Diniz (2014) em sua pesquisa intitulada “Sindicalismo, docência e formação política do professor da educação básica pública” investigou o caso do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Estado de Mato Grosso (SINTEP/MT) e declara que esta organização:

[...] desde a sua fundação se preocupou com a formação política e que, por meio dela, constituiu-se e se fortaleceu como entidade representativa dos profissionais da Educação Básica no Estado de Mato Grosso. E foi por meio da formação que surgiram novas lideranças e militantes mais combativos e atuantes junto ao coletivo da escola (DINIZ, 2014, p. 83).

Com isso verificamos a relevância da formação sindical para o fortalecimento da própria organização e conseqüentemente de suas lutas, pois “as deficiências teóricas de muitos líderes sindicais, mesmo nos setores mais combativos, levam a interpretações que limitam a ação sindical” (CARVALHAL, 2000, p. 109). E nesse sentido Freire (1996) ressalta que “a teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade”(PAULO FREIRE, 1996, p.25).

No caso do SINTEPP-Castanhal é notória a compreensão da importância da formação para a categoria na fala dos coordenadores entrevistados, mas ao mesmo tempo, pode-se inferir que na prática ainda não há uma ação contínua de formação, visto que elas ocorrem conforme a existência de um fato pontual.

[...] a categoria, ela se recente muito de formação, é verdade, mas quando se realiza um momento como esse é... a... a participação é pequena [...]a formação realmente tem que ser melhorada, mas eu repito que quando ela ocorre ela tem uma participação muito ruim da categoria (SINDICALISTA A).

Nós já fizemos, por exemplo, dois encontros que nós debatemos sobre a previdência, um específico da previdência de Castanhal que nós temos regime próprio de previdência, o IPMC, fizemos um encontro específico disso. Eu só não vou conseguir me lembrar aqui o ano, mas digamos que tenha sido há aproximadamente uns três quatro anos atrás esse encontro da previdência específica de Castanhal (SINDICALISTA B).

Na entrevista, ambos coordenadores relataram que é realizada uma formação sindical, eles observam uma baixa participação da categoria, apesar dela demandar formação, como é destacado pelo Sindicalista A. Isso indica uma necessidade de diálogo com a categoria para refletir quais seriam os temas a serem discutidos, ou mesmo tentar compreender o porquê da não participação nas formações realizadas.

É claro que as formações ao serem pensadas não devem limitar-se às demandas indicadas pela base, mas a constituição do planejamento de um programa de formação também deve ser discutido entre a coordenação sindical e a sua base, na busca de aproximar e fomentar a participação da categoria na luta sindical. Inclusive buscar publicar as várias dissertações e teses já produzidas a respeito das questões e pautas sindicais.

Logo, acredito que uma boa comunicação entre as partes se configura como um importante elemento de mediação não apenas para escutar a base, mas também para mobilizar e mantê-la informada sobre os assuntos inerentes da categoria, do sindicato, até mesmo sobre a política nacional e internacional, articulando a informação com a formação política para categoria.

Em Castanhal, a comunicação no SINTEPP ocorre basicamente pelas redes sociais, *Whatsap* e *Facebook*, segundo os entrevistados, essa informação também foi mencionada pelos docentes no capítulo anterior. Entendo que o uso da tecnologia certamente facilita e proporciona uma rápida comunicação entre a coordenação e a categoria, principalmente pelo fato de poder minimizar a distância com os trabalhadores das diversas localidades da zona rural do município.

Linhares, Castro e Carvalho (2017) afirmam que a comunicação sindical como uma ferramenta na luta contra hegemônica pode auxiliar no desenvolvimento da consciência crítica dos trabalhadores, ajudando-os a compreender as contradições da sua realidade para poder agir sobre as suas necessidades imediatas e históricas de classe. Estes autores também consideram que “se as redes digitais demarcadas por sua configuração fluida e dinâmica possibilita a comunicação direta e bidirecional, estas podem ser meios importantes para a comunicação sindical como processo educativo à organização dos trabalhadores” (LINHARES, CASTRO e CARVALHO, 2017, p.13).

Apesar de utilizarem as redes sociais como meio de comunicação, ambos coordenadores entrevistados ponderam que a comunicação do sindicato necessita melhorar. O Sindicalista A sinaliza que “[...] é um problema a ser superado, a ser realmente vivenciado, melhorado, que é a comunicação, que eu não considero algo muito boa. Ela existe, porém deficitária”.

Um dos motivos argumentados para a ocorrência dessa comunicação deficitária é a disponibilidade de horário da maioria dos coordenadores que disputam o tempo da coordenação sindical com o trabalho em duas redes de ensino, uma constatação de como a intensificação do trabalho impacta em diversos aspectos da vida do trabalhador, inclusive na sua participação sindical, conforme já mencionamos anteriormente.

O próprio Sindicalista B ressalta a importância do trabalho de base ao identificar a necessidade do sindicato construir um planejamento de ida às escolas para escutar os trabalhadores, não apenas de forma pontual como tem sido feita.

[...] a gente precisa se organizar pra fazer isso de uma forma mais planejada e... vamos dizer assim, mais presente né, nas escolas, não só por uma questão da hora mesmo, mas até para ouvir um pouco a categoria, acho que essa comunicação precisa se retomada, nesse formato. (SINDICALITA B).

Seja por meio digital ou pessoal a comunicação sindical apresenta-se como uma legítima mediadora entre o sindicato e sua base, e se esta comunicação é falha, isto conseqüentemente tende a gerar efeitos negativos na própria participação sindical, à medida que muitos trabalhadores, consumidos pela intensificada jornada de trabalho não conseguem compreender a realidade em sua totalidade, além de também serem diariamente bombardeados pelos discursos daquela que comanda a grande mídia, a classe dominante.

Deste modo, ao pensarmos em uma atuação sindical que busque ampliar o nível de participação de sua base, as ações estratégicas deverão passar necessariamente por uma boa proposta de comunicação sindical, a exemplo: vídeos curtos, jornais impressos, visita direta nas escolas, reunião de representantes de escolas.

Há inclusive no caso dos trabalhadores em educação, um fascículo lançado pela CNTE em 2008 tratando da “Teoria e Prática da Comunicação Sindical”³⁵, onde são levantadas diversas reflexões para a construção dessa ponte comunicativa entre a direção sindical com a sua base da categoria, com outros movimentos sociais e com a sociedade de modo geral.

Outro aspecto da atuação sindical que foi tratado nas entrevistas está relacionado a existência ou não, de vínculos com outros movimentos sociais. Pois, a defesa da educação pública “sem mobilização e articulação com outras forças da sociedade, tudo ficará na letra morta” (FRIGOTTO e MOLINA, 2010, p.48). Em resposta ao questionamento sobre este tema, os Sindicalista A e B deixam claro que há uma relação de apoio deste sindicato ao movimento estudantil secundarista e universitário.

Essa proximidade com o movimento estudantil é explicada pelo fato de ambas organizações reivindicarem bandeiras específicas em comum do campo educacional. Esse elo é muito pertinente para ambas as partes, visto que a juventude pode aprender com a experiência de luta do movimento sindical.

Da mesma maneira, os estudantes podem contribuir nas pautas progressistas como uma grande força política e a história mostra que o movimento estudantil tem tido destaque no

³⁵ Disponível em:< http://www.cnte.org.br/images/stories/esforce/pdf/programaformacao_eixo02_fasciculo02_teoriaepraticadacomunicacaosindical.pdf>.

cenário político do país, a exemplo recente, destaca-se as ocupações realizadas em 2016 que tiveram abrangência nacional, nas quais os estudantes reivindicavam a não aprovação da atual EC 95 e Reforma do Ensino Médio.

Corroborando com essa ideia pode-se afirmar que “é possível compreender que as ações estudantis, tanto no passado quanto no presente, contribuem para a produção de novos significados para as lutas em prol dos direitos da classe trabalhadora” (BOUTIN e FLACH, 2017, p.224). Apesar de haver esse vínculo com o movimento estudantil, os sindicalistas afirmam que a relação no município com outras entidades não têm muita força.

O Sindicalista A explicita que é “[...] uma situação a melhorar, inclusive nós até contratamos um assessor, agora recentemente para a regional, um assessor político pra que ele pudesse estar articulando às entidades sociais, sindicais, populares”. Também afirma que “[...] o SINTEPP não é um sindicato somente que trata da educação, o SINTEPP ele é um sindicato que tá mergulhado em questões populares” (SINDICALISTA A) e relata alguns apoios dados a movimentos de preservação ambiental em diferentes lugares do estado.

E outras organizações como outros sindicatos e tal, agora, infelizmente é... eu gostaria que fosse um envolvimento aí mais, digamos, mais vigoroso, mais encorpado né, desses sindicatos, uns com os outros, infelizmente não é. Mas aqui acolá a gente tá tentando fazer uma luta unificada, é muito difícil, mas a gente não se furta desse debate, desse compromisso. Agora, sempre temos algumas barreiras porque geralmente alguns sindicatos não querem fazer o tipo de enfretamento que nós fazemos que é de ir pra rua, de mobilizar a categoria, de fazer um protesto mesmo em frente da prefeitura, não que isso não aconteça pelos outros sindicatos, acontece, mas geralmente acontece quando tem algum ponto assim muito é... específico deles e que tá ali com a ameaça de ser, vamos dizer assim, retirado aquele direito. Eu acho que a gente precisaria fazer articulações pra ter movimentos mais coesos no sentido de pensar bandeiras unificadas pra os trabalhadores públicos como um todo. (SINDICALISTA B).

A dificuldade de unidade com outros sindicatos apontada pelo Sindicalista B expressa uma realidade de ausência de identidade coletiva de classe que apresenta a fragmentada fotografia dos sindicatos no país. O cenário do sindicalismo nacional tem, atualmente, uma característica multifacetada, onde se observa a existência de diversos tipos de sindicatos: o de carimbo, o assistencialista, o corporativista, o combativo, dentre outros. E isso acarreta diversas formas de intervenção, divergências e interesses muitas vezes antagônicos.

Mas o caso apontado pelo Sindicalista B retrata a marcante característica do sindicalismo corporativista criado na década de 30 pelo governo de Getúlio Vargas, o qual perdura até os dias atuais (RODRIGUES, 2009). Na concepção corporativista sindical:

[...] cada sindicato é levado a propor alternativas que assegurem emprego, salários e condições de trabalho para sua categoria, muitas vezes posicionando-se contrariamente a sindicatos de outros setores, delimitando a atuação dos sindicatos

num campo de disputas internas, sem questionamento da ordem capitalista (CARVALHAL, 2000, p. 108).

A principal característica da consciência corporativa é sua incapacidade em apreender “relações”. Isto é, o sujeito assalariado da corporação tende a não se colocar no interior de “relações” sociais ou de classe. Em sua imediatez, assume a identidade de “servidor público” (ALVES e NOGUEIRA, 2011, p. 45).

É possível compreender que a prática corporativista dentro do movimento sindical é um entrave para a unificação dos trabalhadores, e a sua lógica recai justamente contra um dos fundamentos do surgimento do sindicato que é o de evitar a concorrência entre os trabalhadores, pois do contrário gera uma luta fragmentada, onde não se busca atacar o mal pela raiz.

Nota-se que apesar do cenário sindical, no município de Castanhal, ser permeado pelo corporativismo, os entrevistados compreendem a emergência do SINTEPP não atuar de forma isolada, diante da ofensiva do capital, na medida em que ambos sindicalistas afirmam a luta unificada como perspectiva de avanço para os trabalhadores, e destacam a ação estratégica deste sindicato, de dispor um assessor político para mediar as articulações com outras organizações.

E de fato se a intenção de qualquer sindicato for ultrapassar os limites da luta por melhores salários da categoria que representa, para construir a luta por um novo projeto de sociedade com perspectiva para a emancipação humana e social, isso certamente demandará o estabelecimento de vínculos com outros movimentos sociais, dado o atual nível de destruição do capital, sob o trabalho, a natureza e a humanidade. Nesse sentido Mészáros (2004) afirma que a força emancipadora virá da união de diversos grupos sociais,

o sujeito da emancipação não pode ser arbitrária e voluntaristicamente predefinido. Ele só estará apto para criar as condições de sucesso se abranger a totalidade dos grupos sociológicos capazes de se aglutinar em uma força transformadora efetiva no âmbito de um quadro de orientação estratégica adequado. O denominador comum ou o núcleo estratégico de todos esses grupos não pode ser o “trabalho industrial”, tenha ele colarinho branco ou azul, mas o trabalho como antagonista estrutural do capital. Isto é o que combina objetivamente os interesses variados e historicamente produzidos da grande multiplicidade de grupos sociais que estão do lado emancipador da linha divisória das classes no interesse comum da alternativa hegemônica do trabalho à ordem social do capital (MÉSZÁROS, 2004, p. 51).

Assim, o estabelecimento de vínculos com outros grupos, na medida em que promove um rompimento de movimentos isolados e fragmentários, pode fortalecer a participação sindical quando começar a se construir uma identidade coletiva de luta contra esse sistema que explora, destrói e oprime.

E no caso do SINTEPP-Castanhal, conforme apresentado no capítulo anterior, entre aqueles professores que responderam o questionário foram identificados alguns docentes que participam de outros movimentos sociais, mas não participam da luta sindical. Em vista disso acredito que esses vínculos podem ser mediações que favoreçam a compreensão mais ampla da luta de classes.

Considero também que o estabelecimento de relações sólidas com os movimentos sociais é necessário ao SINTEPP-Castanhal, em especial com os demais sindicatos dos servidores públicos, tendo em vista que a figura representativa do patrão é o mesmo para ambos, o Estado.

Este que também impõe a partir da sua legislação, a fragmentação corporativa das organizações sindicais, e “impede a formação do “em-si” da classe social do proletariado público” (ALVES e NOGUEIRA, 2011, p.43). Por isso, penso que ao investigar as ações deste sindicato, torna-se imprescindível buscar compreender como ocorre a sua relação com o governo municipal.

Na entrevista, os sindicalistas demarcam que nas relações com as diferentes gestões do governo municipal a postura do sindicato tem sido de enfrentamentos, embates, que se intensificam de acordo com as ações da gestão governamental. Em que pese a descrença de alguns trabalhadores em relação à autonomia da coordenação sindical, o Sindicalista B afirma que “não existe essa coisa de sindicato vendido, o SINTEPP é um sindicato autônomo, independente e nós sempre procuramos manter isso em frente a qualquer governo”.

A independência e autonomia sindical é um debate central no sindicalismo em âmbito nacional, dada a postura que muitas organizações sindicais tem apresentado nos últimos anos, quando o Partido dos Trabalhadores assume a presidência do país. Mas é importante destacar que “as práticas de cooptação de dirigentes e de movimentos sociais são antigas e estiveram presentes na história do sindicalismo brasileiro, não sendo, portanto, uma característica exclusiva do governo Lula da Silva e do PT” (LUZ, 2017, p. 161).

É claro que ao entender o Estado como o representante da figura do patrão para o servidor público, e que por sua vez também é parte estruturante do sistema capitalista, obviamente na medida em que se estreitam as relações entre a representação da classe trabalhadora e o Estado, há um risco de perda de autonomia, a depender do nível de participação na gestão estatal. E nesse sentido, deve-se se ter muito cuidado para que o movimento sindical não perca a sua independência política, pois por mais progressista que pareça ser o governo, por sua essência ele não deixará de representar os interesses da classe dominante.

Nessa perspectiva Galvão (2015) esclarece que o sindicalismo combativo também pode negociar, assim como o sindicalismo de negócios também pode realizar mobilizações e greves, mas o que vai diferenciá-los são suas premissas ideológicas. Pois o sindicalismo de negócios tende à uma postura de minimizar os conflitos entre o capital e o trabalho, além de admitir “mais facilmente a possibilidade de se obter consensos e de celebrar pactos com o Estado e o patronato” (GALVÃO, 2015, p. 07) visando apenas sua reforma e não sua superação. Enquanto que o sindicalismo combativo, apesar de realizar acordos com seu adversário, não olvida o seu projeto de classe, por saber do antagonismo de interesse entre o capital e trabalho.

No cenário castanhalense o Sindicalista A observa que na relação do SINTEPP com o atual governo municipal, existe uma melhor comunicação entre as partes, o que não muda o fato deste governo representar uma grande ameaça há alguns direitos historicamente conquistados pela categoria.

A prefeitura está nos cobrando um aperto de cinto muito grande inclusive, ameaçando tirar a hora-atividade, conquista histórica do plano de carreira do município de Castanhal, está ameaçando reduzir a gratificação de escolaridade [...] não há como realmente é... ter um cenário de paz e harmonia em que se ameace com um monte de retirada de direitos como tá se colocando pelo atual governo (SINDICALISTA A).

E como apresentamos anteriormente, essa ameaça se concretizou com o decreto municipal nº 002/2019 que revogou ganhos salariais conquistados no PCCR. Isso mostra a veracidade da ideia defendida por França (2013, p. 189) ao afirmar que as conquistas por melhores salários em pouco tempo “já não serão percebidas e novas lutas deverão acontecer para buscar se obter as mesmas vitórias”. Eis o limite da luta dentro do sistema de trabalho assalariado.

Esse decreto pode corresponder apenas às perdas deste momento, pois nesse contexto de crise do capital, a perda de direitos tende a se aprofundar, em vista da desenfreada busca dos senhores do mundo para aumentar suas taxas de lucro. E na guerra entre o capital e trabalho a capacidade de organização da classe trabalhadora é determinante não apenas na resistência a esse processo, mas também na construção de um novo projeto de sociedade.

E nessa perspectiva, a conquista ou manutenção da autonomia dos sindicatos perpassa a compreensão que o Estado é o detentor do poder político que visa garantir a ordem social, predominantemente sob os interesses da burguesia, e o sindicato deve atuar como defensor dos interesses da classe trabalhadora.

Logo a organização precisa buscar manter sua autonomia perante a força estatal, pois quando os trabalhadores percebem que o Estado tem interferência sobre o sindicato, este perde a credibilidade e legitimidade diante da sua categoria e isso conseqüentemente se reverbera na participação sindical de sua base.

Assim, ao considerar que o entendimento da direção sindical sobre a sua base torna-se primordial para o planejamento de ações eficientes, que contribuem no crescimento da participação sindical, buscou-se investigar também sobre essa observação dos coordenadores acerca da participação sindical da base.

3.3 A participação sindical da base

A parte final das entrevistas com os coordenadores do sindicato foi a respeito de como eles observam a participação da base da categoria e como a organização tem atuado para fomentar a participação sindical. Assim, o objetivo desta análise das falas é analisar como eles observam e atuam para possibilitar a participação dos trabalhadores no sindicato.

Ao ponderar sobre a questão da participação sindical da categoria no conjunto das ações sindicais, os entrevistados apontam diferentes pontos de vista. O Sindicalista A afirma que observa uma intensa participação da base, principalmente quando os temas são relacionados a questão salarial, mas ele ressalta que essa participação não estende-se ao processo eleitoral, pois em todas as eleições, conforme apresentado no primeiro capítulo, não houveram chapas concorrentes³⁶.

eu vejo com essa dicotomia, uma participação boa nas assembleias, porém nas eleições sindicais, na hora que você precisa compor, não há chapa adversária e pra compor a nossa chapa a gente sai realmente catando, convidando, convencendo os trabalhadores a fazer parte da direção do sindicato. (SINDICALISTA A).

Já o Sindicalista B enfatiza a existência de um pensamento de terceirização da luta sindical, por parte de alguns trabalhadores que acreditam que a coordenação sindical é a única responsável por esta luta. Para este, “o que alguns deles imaginam é que, por exemplo, porque eles são filiados ao sindicato, portanto fazem aquela contribuição mensal, o sindicato precisa resolver todos os problemas da categoria, sem participar da luta”.

Como podemos verificar, as falas demonstram diferentes ênfases acerca da participação da base, enquanto o Sindicalista A menciona a pouca participação apenas no processo de constituição da representação sindical, o Sindicalista B aponta uma baixa

³⁶ Desta afirmação, destaca-se o fato de apenas no ano de 2008 ter ocorrido a tentativa de construção de uma segunda chapa, mas que não foi concretizada porque, segundo o Sindicalista A “ [...] montaram uma chapa, mas composta equivocadamente, com filiado de outros municípios não pode, na eleição municipal a filiação tem que ser na base municipal, só filiados em Castanhal participam”.

participação de uma maneira mais geral na luta sindical, caracterizado por um processo de terceirização desta luta.

A teorização sobre a baixa participação no processo representativo pode caminhar por diversas possibilidades, o que certamente demanda ampliar a investigação sobre este ponto. Mas o que objetivamente conseguimos detectar, a partir das falas, é que um dos sentidos dado pela base à participação no sindicato é sustentado fortemente pelo interesse econômico da categoria, portanto uma participação motivada para satisfazer suas necessidades imediatas. O que é compreensível e legítimo dada a situação da não valorização salarial do trabalho docente.

No entanto, se a perspectiva for caminhar para além dos efeitos do sistema do trabalho assalariado e atacar a causa dessa desvalorização do trabalho, é indispensável a compreensão do conjunto o qual este sistema está inserido, pois como nos lembra Marx:

Ao mesmo tempo, e ainda abstraindo totalmente a escravidão geral que o sistema do salariado implica, a classe trabalhadora não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final destas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que logra conter o movimento descendente, mas não cura a enfermidade (MARX, 2008b, p. 79).

Isso implica dizer que as lutas sindicais, quando limitadas a melhorias salariais resultarem em conquistas, estas não devem ser vistas como uma grande vitória, pois ainda que represente uma conquista, não terá posto fim ao sistema do salariado, que logo os colocará de volta na luta para conquistar novamente melhorias salarias.

Além da presença de uma participação calcada nos limites da esfera econômica, se detecta também, conforme apontado pelo entrevistado B, que há no processo participativo na base da categoria, uma responsabilização das lutas sindicais canalizada à coordenação sindical, o que caracterizo como atitude de terceirização da luta.

Analiso que esse fato está associado ao conceito de participação difundido pela democracia liberal, que nos limites de um processo representativo, a participação dos sujeitos é reduzida ao direito de voto nos processos eleitorais periódicos. Portanto, não havendo uma participação efetiva e direta na tomada de decisão.

Sobre essa concepção de democracia Freire (2011) ressalta que:

Somente operando essa redução e libertando-se dos laços sociais mais amplos o conceito de democracia liberal burguesa passa a ser a concepção basilar dos regimes políticos dos países industrializados do capitalismo contemporâneo. Assim constituída, essa concepção justifica e mantém a dominação e exploração da classe trabalhadora, posto que está ancorada em procedimentos formais de organização política dos Estados nacionais, que não incomoda a excludente e exploradora organização econômica mas, ao contrário, a favorece (FREIRE, 2011, p.65).

Esse problema levantado pelo Sindicalista B apresenta, dentre outros motivos, a influência desse modelo de participação política formal calcado na representação, o qual vivenciamos em nosso sistema político e que é amplamente propagado pelos Estados nacionais, no intuito de fazer a manutenção do *status quo*, e desestimular a participação efetiva dos sujeitos.

Mas além de observar essa participação formal na base da categoria, os sindicalistas entrevistados apresentam alguns fatores que acreditam que contribuem para a não participação de professores no sindicato, o que nos ajuda a compreender um pouco deste fenômeno.

O Sindicalista A aponta que de modo geral o sindicalismo sofreu nas últimas décadas com o atrelamento de muitas entidades sindicais aos governos, seja em nível de município ou mesmo federal, como foi o caso da CUT, como afirma o entrevistado. E nesse sentido, ele reitera que no caso do SINTEPP-Castanhal os integrantes da coordenação que optaram em compor um governo municipal, foram desligados da coordenação.

Esse sindicalista aponta que a própria divergência de ideias entre a categoria e a coordenação em alguns momentos pode ser motivo para a não participação de alguns professores. O Sindicalista B levanta que a falta de formação de base, em referência à dada pela participação pelo movimento estudantil, também é um dos elementos que dificultam a participação no sindicato, pois acredita que aqueles que têm uma trajetória de participação anterior à vida do trabalho, estão mais propensos a participação sindical.

Além desses fatores já apontados, foi fortemente destacado por ambos os entrevistados, que devido às conquistas salariais das últimas décadas uma parcela dos professores não reconhecem a necessidade de luta sindical, visto que esse aumento salarial possibilitou a elevação do seu poder de compra, e turvou a visão de alguns que presumem não pertencer à classe trabalhadora.

[...] nós temos uma categoria que eu posso te falar com muita franqueza e tranquilidade, uma categoria que pelos ganhos que teve nas últimas décadas, essa década atual que houve algumas perdas ou não avançou tanto, uma categoria que é... passou a não se ver como classe trabalhadora em grande soma. Então nós do SINTEPP temos tido dificuldade em fazer o professor entender que ele é trabalhador, que é classe, que nós participamos é da classe trabalhadora. Então muitos conseguiram seu automóvel, seu padrão de vida diferenciado, e alguns acabaram não participando da luta por entender que alcançou o patamar que queria alcançar. (SINDICALISTA A)

[...] eu tenho a impressão de que com o pagamento do piso a nível nacional, a nível de estado do Pará, a nível de prefeitura de Castanhal, a categoria se sente meio que com uma condição salarial que a possibilitasse não se sentir mais como um trabalhador, mas como ali um meio que um burguês, um falso burguês. E eu digo isso porque, quer queira quer não, com a política de pagamento do piso, que volto a dizer que não significa que seja o salário que o magistério brasileiro mereça, mas os

professores, pelo menos com quem eu converso, passaram a dizer “ah, hoje eu tenho uma TV de LCD de 40, 50 polegadas, eu tenho uma TV a cabo na minha casa, tenho um carrinho que pago a tantas prestações” e tal, parece que se acharam por isso são de uma classe de trabalhadores que não precisam mais lutar, eu acho que é um grande equívoco. (SINDICALISTA B).

É claro que as condições salariais de uma professora que tem formação superior, atualmente são melhores que as de uma merendeira que possui ensino fundamental ou médio, mas isso não as diferencia na condição de assalariadas. No entanto, o que está em jogo nesta recusa da não participação sindical, não são necessariamente as pequenas cédulas a mais no final do mês.

Sobre a recusa da luta sindical na categoria docente, Boito Junior (2004, p. 225) explica que este grupo de trabalhadores faz parte de uma classe média, que por sua condição de trabalho se diferencia da condição dos trabalhadores manuais, eles estão mais propensos a impregnar-se da ideologia meritocrática e acreditarem que “o nível salarial, as condições de trabalho e as condições de vida” são resultados dos seus méritos pessoais e não resultado da luta coletiva, o que dificulta a compreensão da necessidade da organização sindical.

Na concepção meritocrática o movimento sindical seria algo apropriado para os trabalhadores manuais, isto é para os trabalhadores que têm de compensar, recorrendo ao uso da força coletiva, a falta de dons e de mérito pessoais e o trabalho simples e degradado que executam. A ideologia meritocrática produz então um efeito de isolamento particular: o assalariado de classe média não se unifica num coletivo de luta e permanece atomizado porque aderir à ação sindical seria admitir uma incapacidade pessoal e um rebaixamento social- identificação com os trabalhadores manuais (BOITO JUNIOR, 2004, p. 225).

Partindo dessa ideia do autor podemos inferir que estes trabalhadores que mantêm sua consciência descolada da sua situação econômica objetiva de explorado, assalariado, crendo que seu trabalho é superior ao trabalho manual, acaba por desnudar sua condição alienada, bem como sua ausência de consciência de classe.

Este fato me faz lembrar a crônica tragicômica de um burro que carrega feliz, sob suas costas, a pesada família que o açoita com todo vigor pelas ruas da cidade. Apesar dessa sua condição degradante na relação com seu dono, este burro cumpre alegremente seu trabalho, pois vê que todas as outras carroças da cidade são de madeira, enquanto a que seu dono lhe impõe nas costas é de ouro, que considera ser superior àquelas e lhe favorece prestígio perante aos demais.

Disto observa-se um ser que se considera privilegiado, quando observa que dentre os seus semelhantes ele possui uma pequena diferença, que faz com que não se perceba tão explorado como os demais. É fato que as atuais contradições do capital que pesam sob os

trabalhadores por si só parecem não ser o suficiente para produzir consciência de classe em uma grande parcela da classe trabalhadora, elemento imprescindível para a superação deste sistema.

Para explicar porque isso acontece Iasi (2013) afirma que:

O proletariado não vive em outras relações, ele vive nas relações constitutivas do capital. Portanto, a primeira expressão de uma consciência social, que os trabalhadores tomam como sua, é a expressão das relações que eles compartilham com a burguesia na existência mesma da sociedade capitalista, na sua imediatez. [...] Eles pensam o mundo e a si mesmos a partir dos elementos que constituem a consciência da burguesia, portanto, não nos espanta que a primeira expressão prática dessa forma de consciência seja o amoldamento dos trabalhadores à sociedade da qual eles fazem parte e não sua negação (IASI, 2013, p. 72).

Estas ideias do autor nos ajudam a compreender porque trabalhadores assumem uma concepção meritocrática na vida social e não expressam vontade de transformar as estruturas de dominação, mas o mesmo autor também explica que isso não é imutável. Para ele a mudança de consciência se dá no cotidiano, na vivência das contradições do real, aliada com teoria para compreender a totalidade que não se revela no imediato, na aparência (IASI, 2013).

Assim Iasi (2013) ressalta a necessidade de mediações políticas, educacionais e organizativas para construir um movimento de superação do capital. Nesse sentido, o autor coloca em destaque o papel essencial da educação formal e não formal na elevação da consciência imediata à consciência revolucionária, enfatizando a importância da construção de espaços próprios e independentes para tal.

Como já destacado anteriormente, os sindicalistas entrevistados afirmam considerar importante a formação da classe trabalhadora, no entanto, a partir das falas deles é possível compreender que o SINTEPP- Castanhal já teve vários momentos de formação, mas que ultimamente não tem sido prioridade, diante das demandas imediatas, burocráticas do sindicato.

O Sindicalista A aponta que há eventos periódicos de formação realizados pela coordenação regional do SINTEPP, com temas básicos do sindicalismo, como: “o que é o sindicato? O que defende? Qual a sua bandeira central de luta?”. Porém, ele ressalta que a participação nesses eventos está limitada aos filiados porque o sindicato que custeia os gastos dos participantes. Ele destaca ainda que essa limitação é também utilizada para motivar a filiação dos não sindicalizados.

Tem-se aqui uma falha do sindicato, pois dado o caráter elementar dos temas tratados, estas discussões devem ser ponto de partida para a filiação e não o contrário, pois na medida

em que aqueles trabalhadores não sindicalizados são esclarecidos das pautas e conquistas sindicais, a partir de uma formação séria sobre sindicato, isso com certeza aumentará as chances de inserção no movimento sindical.

O sindicalista A aponta inclusive um planejamento de formações política do SINTEPP-Castanhal como uma das estratégias que estão sendo articuladas para aproximar os não sindicalizados. Ele indica que já foram utilizadas outras estratégias para filiação, como distribuição de *banners* nas escolas, mas não houve sucesso. Já o Sindicalista B indica que estão sendo pensadas ações estratégicas para os não sindicalizados, dentre elas, a realização de atividade festiva para confraternização da categoria.

Por certo, a coordenação do SINTEPP-Castanhal sente a crise que vive o sindicalismo neste momento, na medida em que o Sindicalista A afirma que “estamos vendo um baixo número de filiados, baixo número”. E nesse sentido a tarefa de mobilização da categoria para ações do sindicato desempenha um grande papel na busca de desenvolver a participação dos trabalhadores no movimento sindical.

A mobilização que tratamos aqui se refere ao que Krupskaja (1939, p. 01) denomina agitação, afirmando que “a agitação é um método para fomentar a atividade das massas, e não são os marxistas os únicos a utilizarem-na; a burguesia tem uma enorme e velha experiência neste sentido”. Para esta autora, o elo entre a teoria e a prática é imprescindível para a eficácia desta ação, e subestimar a teoria seria fortalecer “a influência da ideologia burguesa sobre os trabalhadores”.

Atualmente, conforme as falas dos sindicalistas entrevistados e dos professores no capítulo anterior, tanto a comunicação, como a mobilização do SINTEPP-Castanhal estão sendo realizadas predominantemente pelas redes sociais. O Sindicalista A ressalta que há cobranças da categoria para um contato corpo-a-corpo, mas que devido a indisponibilidade³⁷ de tempo dos coordenadores não tem sido possível suprir essa demanda. O que leva a conclusão, que de modo geral as redes sociais possibilitam uma rápida comunicação, ao mesmo tempo em que há um hiato no contato humano, entre a direção e a base da categoria, contato esse necessário às relações sociais.

O contato pessoal, diferentemente do contato digital, pode ampliar a possibilidade de compreender e pensar as formas de abordar a categoria, na medida em que possibilita escutar e entender as particularidades que se apresentam entre os trabalhadores desta rede municipal,

³⁷ Como já mencionado, o PCCR municipal certifica que apenas 2 membros da coordenação sindical podem receber a licença para se dedicar à representação sindical. E vários membros da coordenação trabalham em mais de uma rede de ensino, conseqüentemente com alta carga horária de trabalho. Isto certamente acaba por diminuir o tempo dispensado as atividades sindicais.

o que certamente contribui para um planejamento mais adequado e estruturado que necessita a atuação sindical no município. E como consequência de uma maior aproximação com a base, haverá uma maior legitimidade que um processo participativo requer de uma direção de sindicato.

No intuito de entender como a coordenação atua para promover um processo participativo, os sindicalistas também foram questionados sobre este tema. Eles responderam que apostam no diálogo e na abertura dos processos de tomada decisão nas assembleias da categoria.

[...] o que temos feito na verdade é... feito diálogo com a categoria, chamando para a participação, mas eu confesso que não há uma, nós temos que pensar numa estratégia[...] nós temos que pensar estratégias de como chamar a categoria, porque inclusive a gente percebe filiações novas, mas também desfiliações recentes aconteceram né [...]porque toda vez que há um ataque aos direitos dos trabalhadores há uma desfiliação da categoria. (SINDICALISTA A)

[...] Então é dessa forma que a gente sempre trabalha com a categoria, realizando assembleias, discussões é... sobre determinados temas, pra que a gente possa tomar decisões coletivas. Se a direção do sindicato tem uma opinião formada sobre determinado tema, [...] esse nosso entendimento é passado pra categoria em assembleia, se a categoria em assembleia decidir pela maioria que é daquela forma, então é daquela forma que vamos defender, se a categoria apresentar um outro formato e outro formato for aprovado pela maioria, esse outro formato que será defendido pela direção do sindicato. (SINDICALISTA B)

Certamente garantir a coletividade e assegurar a isonomia de cada indivíduo no processo de discussão e tomada de decisão da organização apresenta-se como uma ação essencial de fomento a participação sindical, considerando que “a participação permite que decisões coletivas sejam mais facilmente aceitas pelos indivíduos e favoreçam a integração dos mesmos” (DIAS, 2007, p. 04).

Para Pateman (1992, p. 98) a participação plena é caracterizada assim, “no qual cada membro isolado de um corpo tem igual poder de determinar o resultado final das decisões”, diferentemente da participação parcial, na qual os membros tomam parte do processo de decisão, mas a palavra final é restrita a um grupo ou indivíduo, ou mesmo da pseudoparticipação na qual os sujeitos são apenas consultados e levados a endossar a decisão de uma liderança.

Na fala do Sindicalista A ele afirma que o diálogo tem sido utilizado como canal pela coordenação para promover a participação da base da categoria. Esta ação apresenta-se de modo frágil neste contexto, dado o pouco contato da direção sindical com os trabalhadores nos seus locais de trabalho e as condições de comunicação com a categoria, realizadas predominantemente pelas redes sociais.

E o diálogo, assim como a informação, faz parte do processo de comunicação, que segundo Bordenave (1994) compõe as ferramentas operativas da participação. Isso nos permite dizer que se a comunicação sindical não vai bem, isto de certa forma tende a se refletir na participação da categoria.

Além da comunicação, Bordenave (1994) elenca mais 3 ferramentas operativas que podem possibilitar uma participação efetiva de um sujeito em um grupo. A primeira seria o “o conhecimento da realidade” na qual se deseja agir, tanto a realidade externa, quanto a interna ao grupo, o que implica uma necessidade de investigar as particularidades que se apresentam e que certamente auxiliará na organização de suas atividades.

E em nenhum momento desta entrevista foi citado algo que remetesse a uma ação planejada que possibilitasse conhecer a realidade particular da categoria. E nesse ponto, acredito que os dados apresentados no capítulo anterior desta dissertação podem de alguma forma contribuir, ainda que com limitações, para esse conhecimento da realidade interna.

Outra ferramenta apresentada por Bordenave (1994) é a própria existência de uma organização, a congregação de pessoas, fato que já é consolidado no caso do SINTEPP-Castanhal em vista da consistência de estrutura organizativa. Por fim, o autor também apresenta a necessidade de “educação para a participação”, mas explica que isso não se traduz necessariamente na apreensão de conhecimentos teóricos em uma sala de aula, mas se dá na práxis, possibilitada pela própria participação que envolve “a prática, a técnica, a invenção e a teoria” (BORDENAVE, 1994, p. 73). Ideia que corrobora com a de Rousseau ao afirmar que quanto mais o sujeito participa, mas capacitado se torna para fazê-lo (PATEMAN, 1992).

Conforme é apontado por estes sindicalistas, a perspectiva do sindicato hoje está ancorada na imediatividade da luta da manutenção dos direitos conquistados, mas como será possível garantir, mesmo essa postura defensiva diante das fragilidades apresentadas por este sindicato, que por sua vez, encontra-se imerso em uma conjuntura de crise do sindicalismo. Acredito que a resposta perpassa pela ampliação da participação da categoria vinculada à construção de um projeto alternativo de sociedade.

Assim, diante desse cenário, para garantir a continuação das lutas tão necessárias para os trabalhadores em educação do município, no centro da atuação do sindicato devem estar as demandas externas, assim como os desafios internos da própria organização vem apresentando, expostos neste texto. Portanto, considero que as conquistas futuras deste sindicato serão dependem principalmente das respostas positivas a estes desafios internos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não basta interpretar o mundo é preciso transformá-lo.

Karl Marx

Por intermédio da literatura podemos perceber que a organização dos trabalhadores ocorreu em um processo conectado às precárias condições de trabalho e vida aos quais estes estavam submetidos no processo de industrialização, o fator salário foi ponto conflitivo inicial que desencadeou a luta organizada dos trabalhadores. A condição da legalidade do sindicato foi inevitável visto a ampla dimensão que a organização estava tomando naquele período.

Ao longo da história os sindicatos têm adquirido várias faces, formas de intervir na realidade, há aqueles que apresentam suas lutas dentro das rédias do sistema de acumulação capitalista, e há outros que lutam visando a emancipação dos trabalhadores e a superação deste sistema de acumulação que beneficia poucos, regado à exploração de muitos. E neste sentido o sindicalismo revolucionário é identificado por suas ações que superam a luta imediata, econômica, sobretudo tem a compreensão da necessidade da luta política para romper com a lógica vigente.

Lógica que busca não apenas explorar os trabalhadores, mas também promover a desorganização de suas lutas. Pois como podemos observar o sindicalismo brasileiro também vivencia uma crise, evidenciada a partir da década de 1990, justamente quando a categoria, do setor público, começa a se organizar de maneira mais efetiva. E a história de organização dos professores da RMC também expressa em sua trajetória um posicionamento em defesa dos trabalhadores e da educação no município. Mas apesar de possuir uma taxa de sindicalização docente acima da média nacional, esse quadro não tem se convertido em uma participação massiva da categoria nas ações do sindicato.

Neste estudo, a partir da análise dos dados de filiação e aplicação do questionário com professores da RMC filiados e não filiados ao sindicato, buscou-se compreender este tema da participação sindical por meio das falas destes docentes. Para a compreensão dos dados revelou-se primordial a tentativa de observar este objeto inserido na complexidade dos fenômenos que se entrelaçam a ele. E assim percebeu-se a multiplicidade de fatores que motivam e se apresentam como obstáculo a essa participação.

A respeito do perfil dos sindicalizados, identificou-se que este sindicato ao apresentar-se como organizador dos trabalhadores em educação, não apenas de professores, não tem conseguido concretizar enquanto organizador dos demais segmentos da categoria, visto que

apenas 1,48% destes encontram-se organizados no sindicato. Isso deixa claro que o perfil dos sindicalizados é majoritariamente docente.

Além dessa característica, mais outras duas foram percebidas, uma é que este sindicato é predominantemente constituído de mulheres e a outra é que os sindicalizados em sua ampla maioria são trabalhadores da zona urbana do município. Tais fatos são logicamente explicados, mas apresentam contradições dentro do movimento.

Sobre o fato deste sindicato ser marcado pela presença massiva da figura feminina é explicado pelo processo histórico de feminização da docência, no entanto, através dos dados também identificou-se que nos últimos anos, apesar de serem predominantes também nos cargos do sindicato, elas não têm conseguido ocupar o cargo mais elevado na hierarquia da entidade. Tal fato acaba por corroborar com estudos que revelam que a existência da cultura machista também se reflete dentro das organizações sindicais.

Dessa forma, concluo que é emergente a necessidade de reverter esse quadro e reconhece-las como força integrante e decisiva nas lutas sindicais. Pois se elas são a base deste movimento, por uma questão de sobrevivência e fortalecimento da entidade torna-se indispensável a elevação da figura feminina dentro do movimento, inclusive com estas ocupando cargos que por muito tempo os fora negado na sociedade.

A respeito dos sindicalizados serem em sua ampla maioria trabalhadores da zona urbana, isso explica-se pelo maior atendimento escolar estar localizados nesta zona. No entanto, em vista da baixa sindicalização dos professores da zona rural, é evidente a necessidade de ampliar a participação dos trabalhadores dessa zona em vista da ampliação da precarização das condições educacionais que a educação no campo apresenta.

Assim, somente a respeito da filiação identificou-se elementos centrais de discussão sobre a participação sindical, mas reitero que a filiação por si só é apenas uma participação formal, e quando não acompanhada da participação das ações e decisões sindicais se transforma em perspectiva de mudança da qual o sindicalismo necessita hoje, diante de sua crise.

E com base nas respostas dos professores da RMC nos aproximamos sobre como vem ocorrendo a participação destes nas lutas sindicais identificando elementos que contribuem e impedem essa participação. A princípio Alves (2002) nos indica que a crise do sindicalismo é parte da ofensiva do capital aos trabalhadores e sua militância política.

Hoje percebe-se que em consequência das transformações no mundo do trabalho desencadeadas a partir da reestruturação produtiva, iniciada na década de 1970 para socorrer o

capital com as taxas de lucros em queda, o sindicalismo tem apresentado configurações, “na melhor das hipóteses, muito corporativista e pouco classista” (ANTUNES, 2018, p. 294).

Esta constatação é observada na maioria das falas dos sujeitos pesquisados que participam do SINTEPP-Castanhal. Apresentam como motivo predominante da sua participação a necessidade de união para garantir os direitos da categoria. O que é legítimo diante da devastação dos direitos trabalhistas e da precarização das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. No entanto Alves (2011, p. 47) afirma que “o corporativismo sindical é uma ameaça à conquista da consciência de classe em-si e para-si adquirida pela vitória contra a consciência corporativa”.

Ainda que escassas, foram encontradas em algumas respostas entre estes professores, a existência de uma perspectiva para além dos direitos da categoria, pautando uma concepção de sindicato classista, a qual nos apresentam os autores destacados no primeiro capítulo deste estudo.

Entre os professores que não participam do sindicato percebeu-se que, entre outros, o obstáculo para sua inserção no movimento sindical é decorrente principalmente de uma indiferença às lutas sindicais, a qual chego ao final deste estudo entendendo-a como consequência da concepção liberal-meritocrática do ser humano, como um ser livre, autossuficiente, que conquista com seus méritos suas condições de trabalho, salariais e de vida. O que percebo com clareza a ausência da consciência de classe, em vista desse posicionamento.

Além desse fator, outro identificado como obstáculo à participação sindical está a intensificação do trabalho docente, pois como é mostrado, 20% dos sujeitos da pesquisa indicam ter uma alta carga horária de trabalho, e aliado a isso a falta de tempo se apresenta entre os principais motivos apresentados por estes sujeitos como um impeditivo para a efetiva participação nas ações do sindicato.

Assim, esta intensificação do trabalho, além de promover a sobrecarga de atividade, sofrimento, cansaço e maiores índices de adoecimento docente, também afeta a organização dos trabalhadores impondo-se como dificuldade para que este possam combatê-la. Porém é necessário vislumbrar que os operários europeus do século XIX se associaram justamente por suas altas jornadas de trabalho exaustivas, além dos baixos salários.

Os professores também sinalizam nos questionários um distanciamento do sindicato/direção com a base da categoria, a qual analiso que pode ser decorrente de uma comunicação deficitária, a qual inclusive confirmam os coordenadores sindicais na entrevista.

Acredito que inclusive o descrédito da direção apontado por alguns professores como motivo da não participação pode ser motivado por essa falha na comunicação da entidade.

De modo geral, identifico na fala de parte dos professores uma responsabilização da coordenação sindical pelas lutas da categoria. Com se se o grupo dirigente fosse um advogado que tem por dever representar a categoria sem necessidade de os próprios integrarem-se, tomarem parte das ações, decisões e consequências. Esse entendimento, observo que estar associado à concepção de participação da democracia representativa, no qual o lugar da participação está assentado restritamente na escolha daqueles que irão tomar as decisões.

No terceiro capítulo, ao fazer a análise das duas entrevistas realizadas com os dois coordenadores desta subsele para investigar como a direção do SINTEPP-Castanhal tem atuado nesse cenário de crise do sindicalismo, pude identificar que ambos os entrevistados têm uma trajetória de participação em movimentos sociais desde o período de juventude, inclusive de aproximação com os coordenadores do SINTEPP enquanto eram estudantes do ensino básico. E isto de certa forma os qualifica para essa atuação, pois conforme afirma Patteman (1992) a participação é um processo educativo que promove uma capacitação do indivíduo à medida que ele a exerce.

Além disso, conforme as entrevistas se identificou que o fator salário foi elemento central para ambos entrevistados cruzarem o caminho da luta sindical. Esse fato é facilmente compreensível quando observamos que no Brasil desde o período imperial (ALVES e PIMENTEL, 2015) os professores não são valorizados da sua formação às condições de trabalho e salariais.

Nesse sentido, Marx (2008b) e Engels (2008b), nos lembram que a luta por melhores salários e jornada de trabalho são legítimas, porém elas não podem ser tomadas como fim, pois a lei do salário é parte da lógica do capital. Daí a necessidade de ampliar horizonte das lutas sindicais para além das lutas imediatas, econômicas.

Desse modo, certamente a luta pela valorização da educação e dos professores implicam em uma luta política, e nessa arena estão presentes os antagonismos de classes. E quando tratamos de servidores públicos, o governo enquanto parte do Estado, no geral se apresenta do lado oposto aos trabalhadores, como afirmam os entrevistados destacando suas posições de enfrentamento ao governo municipal em diversos momentos de luta. No entanto, essa postura de confronto destoa no cenário em que desde a década de 1990 parte do movimento sindical tem recusado a confrontação, conforme Antunes e Silva (2015).

E aliado a esse “clima” combativo que demanda o confronto, para os sindicalistas, o tempo se apresenta como elemento fundamental para haver uma efetiva participação sindical.

E na contramão do tempo livre para essa participação verifica-se o contexto de intensificação do trabalho docente em que os professores estão submetidos.

Conforme apresentado no segundo capítulo desta dissertação, 25% dos professores que participaram desta pesquisa apresentam uma carga horária acima de 200 horas mensais. Em vista dessa situação, a tarefa de conciliar as atividades do trabalho com a luta sindical não é fácil, mas a própria mudança desse cenário de intensificação demanda a união dos trabalhadores, a qual Marx (1982b) afirma que é nessa união, em seu número, que está a força, o poder social destes.

E de fato, diante da crise do sindicalismo a qual estamos vivendo, alcançar esta união dos trabalhadores não é tão simples, pois apesar de identificar diversas conquistas dos professores da RMC oriundas da luta sindical, constato também a atual fragilidade deste sindicato na medida em que sua bandeira hoje se situa na luta por manter direitos conquistados. E esta fragilidade, conforme discutimos ao longo texto, não é algo particular deste sindicato, mas em parte se explica por este atual cenário mundial de devastação dos direitos trabalhistas, produzido pela crise estrutural do capital.

Mas se por um lado a crise estrutural do capitalismo vem promovendo uma fragilidade das organizações trabalhistas, essa mesma conjuntura sinaliza a necessidade de união dos trabalhadores para compreenderem sua tarefa histórica revolucionária. E nesse aspecto Trotsky (2009) reitera a importância do papel educativo dos sindicatos combativos para o avanço das consciências para a luta política. Nessa perspectiva Araújo Filho (2015) compreende que as contradições do capital por si só não produzem consciência de classe, e para esse avanço é fundamental a formação sindical para o fortalecimento dos sindicatos e consequentemente da luta.

No caso do SINTEPP-Castanhal os entrevistados compreendem a real necessidade da formação sindical, no entanto verifica-se que neste momento ela se apresenta frágil. A partir disso considero que a criação de estratégias para fomentar uma base contínua de formação política/sindical para os trabalhadores é um ponto crucial para o fortalecimento deste sindicato.

Além da formação, outro aspecto frágil deste sindicato está na comunicação, conforme destacado inclusive pelos sindicalistas que indicam a falta de disponibilidade dos coordenadores diante da carga horária de trabalho na escola. Atualmente a comunicação é feita em grande parte pelas redes sociais, que possibilitam uma rápida comunicação, mas por outro lado há cobranças das visitas nas escolas, de uma proximidade física maior da coordenação com os sindicalizados.

Nesse aspecto, assim como Linhares, Castro e Carvalho (2017) considero que a comunicação sindical pode desempenhar um papel fundamental na luta contra hegemônica e no desenvolvimento da consciência crítica. E nesse propósito para alcançar sua eficácia a comunicação também deve ser pensada de maneira estratégica, com vídeos curtos, jornais impressos ou digitais, visitas nas escolas, reunião com representantes de escola, dentre outras.

E é fato que a luta dos professores, para ganhar notoriedade e apoio da sociedade deve estabelecer essa comunicação não apenas interna ao sindicato, mas especialmente com os demais movimentos sociais do município que estejam alinhados na luta por mudanças na estrutura da sociedade.

Ao que os dados das entrevistas indicaram atualmente o movimento estudantil é o único movimento com o qual o SINTEPP-Castanhais mantém relações, e o entrave para estabelecer relações com outras entidades sindicais está na prática corporativista entranhada no sindicalismo brasileiro. E romper com essa lógica fragmentária implica o rompimento com a lógica economicista também, para que a partir disso sejam possibilitadas ações conivirjam para uma identidade coletiva de luta.

No caso deste sindicato de funcionários públicos, o estabelecimento de vínculos deve existir e ser fortalecido especialmente com as outras entidades que possuem essa característica, visto que a figura do patrão é a mesma, o Estado. Por outro lado, estas mesmas entidades devem procurar manter sua independência e autonomia nas relações com os governos, pois por mais progressistas que possam parecer, estes não deixam de representar os interesses da classe dominante, sobrepostos na legislação.

Os sindicalistas entrevistados apontam que buscam se manterem autônomos nessa relação, apesar de também saberem que há entre professores, aqueles que duvidam dessa autonomia. E de fato, a credibilidade e legitimidade de um sindicato perpassa principalmente por este ponto, de modo que isso consequentemente se reflete positiva ou negativamente na participação sindical de sua base.

Para estes sindicalistas, a participação sindical dos professores é pautada principalmente pela questão salarial, mas por outro lado também percebem em alguns trabalhadores o pensamento de terceirização da luta sindical, e considero que esta ideia está muito relacionada ao modelo de democracia representativa que rege nossa sociedade política, mas como podemos observar, que de alguma maneira, esse modelo não tem conseguido responder aos anseios da sociedade, mas sim vem fazendo a manutenção do status quo.

Além desse motivo, os sindicalistas destacaram que a não participação nas ações do sindicato da base também é reflexo da falta de formação de base, como aquela promovida

pela participação no movimento estudantil, assim como a própria divergência de ideias entre a direção sindical e categoria, e por fim destacam a falta de consciência de classe.

Nesse ínterim Iasi (2013) aponta que a mudança de consciência ocorre na vivência prática das contradições do real aliada à formação teórica para compreender a totalidade que não revela de imediato. Krupskaja (1939) aponta a agitação, o fomento da atividade das massas para promover a participação política. Os sindicalistas A e B concluem que apostam no diálogo e abertura dos processos de tomada de decisão para avançar no processo participativo dos professores, elementos esses que, partindo da discussão da literatura, considero, dentre outras, estratégias primordiais para promover essa ação.

Visto que tal fortalecimento é fundamental para que os sindicatos saiam da postura defensiva e possa articular ações ofensivas de lutas reais que culminem com a emancipação da classe trabalhadora. E para encaminhar estas lutas o desafio maior hoje dos sindicatos encontra-se em organizar a categoria, pois sem essa organização dificilmente terá conquistas, ainda que no campo das lutas imediatas.

Pois é ainda maior a necessidade de quebrar com a velha ordem que põe a acumulação de capital acima da humanidade, pois a saída para a atual crise do capital, exige mudanças estruturais, que ultrapassem aquelas mudanças parciais que tentam humanizar o capitalismo, como se isso fosse possível.

É nesse sentido que Antunes (1993, p. 31) questiona,

Que caminho vamos adotar: negociar dentro da ordem ou contra a ordem? Elaborar um programa de emergência para gerir a crise do capital sob sua ótica ou vamos avançar na elaboração de um programa econômico alternativo, formulado sob a ótica dos trabalhadores, capaz de responder às reivindicações imediatas do mundo do trabalho, mas tendo como horizonte uma organização societária fundada em valores socialistas e efetivamente emancipadores? (ANTUNES, 1993, p. 31).

Como Marx (1998) nos indica, o que me interessa é transformar as estruturas dessa sociedade desigual, e para tal, almejo que de alguma forma esta teoria produzida possa apontar e contribuir para a construção de uma nova sociedade que esteja assentada na igualdade, cooperação, solidariedade, companheirismo, fraternidade, amor, justiça, coletividade, respeito às diferenças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Danusa Mendes. **Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo de professores públicos no Ceará (1962-1992): a APEOC/sindicato e o SINDIUTE**. 2015. 379 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

ALVES, C. A. S.; PIMENTEL, A. M.. O piso salarial profissional nacional dos professores da educação básica publica. **FINEDUCA**, v. 5, p. 1-15, 2016.

ALVES, Danielle Maria Vieira. **Identidade profissional docente e participação sindical**. 2015. 139 f. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

ALVES, G.; NOGUEIRA, T. P.. Trabalhadores públicos e sindicalismo no brasil: o caso dos trabalhadores públicos do judiciário brasileiro. **Revista Pegada Eletrônica (Online)**, v. 12, p. 42-53, 2011.

ALVES, Thiago; PINTO, José Marcelino de Rezende. Remuneração e características do trabalho docente no brasil: um aporte. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, Unicamp, v. 41, n. 143, p. 606-639, maio/ago. 2011.

ALVES, Giovanni. **O novo e precário mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na erado capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Do “novo sindicalismo” à “concertação social” ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 15, p. 111-124, nov. 2000.

_____. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 19, p. 71-94, nov. 2002.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. Coleção Primeiros Passos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Braziliense, 1979.

_____. Crise e sindicatos: impasses e desafios. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. n21, p. 25-31, 1993.

_____. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: ANTUNES, Ricardo (Org). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo, 1997. p. 71-84.

_____. **A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho?**- Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **O novo proletariado da era digital/ Curso: “o privilégio da servidão”.** 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aJMuvp qwuBc>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

ANTUNES, R.; SILVA, J. B. da. Para onde foram os sindicatos? do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial? **Caderno CRH**, vol. 28, núm. 75, 2015, p. 511-527.

ARAÚJO FILHO, José Gonçalves. **O sentido do sindicalismo na tradição marxista:** a educação da classe trabalhadora na fronteira das lutas econômicas, políticas e ideológicas. 2015, 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

ARISTÓTELES. **Política.** Trad., introd. e notas de Mário Gama Kury. 3.ed. Brasília: Ed. UnB, 1997.

ARNSTEIN, S. R. Uma escala da participação cidadã. **Participe – Revista da Associação Brasileira para Promoção da Participação**, p. 4-13, 2002.

BARBOSA, A. ; AGUIAR, T. B. . Jornada de trabalho docente dos professores da rede pública estadual paulista no município de Piracicaba. In: **III Congresso Nacional de Formação de Professores**, 2016, Águas de Lindóia. Anais [do] III Congresso Nacional de Formação de Professores e do XIII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores: por uma revolução no campo da formação de professores. São Paulo: 2016. v. 1. p. 1-12.

BERTOLDO, Edna; SANTOS, Mônica. Trabalho docente e luta de classes. In: BERTOLDO, Edna; MOREIRA, Luciano; JIMENEZ, Susana (Organizadores). **Trabalho, educação e formação:** frente à necessidade histórica da revolução. São Paulo: instituto Lukács, 2012. p. 101-142.

BERTOLIN, P. T. M. ; DIAS, V. C. S. F. ; OZORIO, P. . Análise do período 1930-1946: uma contribuição ao estudo da História dos Sindicatos e do Sindicalismo no Brasil.. In: **I Seminário Nacional de Pós-Graduandos em História das Instituições:** Instituições, Cultura e Poder, 2008, Rio de Janeiro. Anais do I Seminário Nacional de Pós-Graduandos em História das Instituições: Instituições, Cultura e Poder, 2008.

BIANCHI, Alvaro. O marxismo de Leon Trotsky: notas para uma reconstrução teórica. **Idéias**, v. 14, p. 57-99, 2007.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** Tese de Livre docência, UNICAMP, 1998.

_____. Classe média e sindicalismo. **Politeia:** história e sociedade, Vitória da Conquista, v.4, n. 1, p. 211-234, 2004

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação?** 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOUTIN, A. C. B. D.; FLACH, S. F.. Movimento estudantil brasileiro: da formação às estratégias de luta na atualidade. **EDUCACAO EM PERSPECTIVA (ONLINE)**, v. 8, p. 01-17, 2017

BRAGA, Ruy. O fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André e LOUREIRO, Isabel (org.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. “Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério”. **Cadernos de Pesquisa**, n. 64, p. 4-13, fev. 1988.

CAMARGO, Kátia Pereira Coelho. **Relações sociais de gênero entre mulheres/ professoras na regional de Palmeiras de Goiás e sua repercussão no mundo do trabalho**. 2007. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

CARDOSO, A. M. **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, M.E. Trabalhadores da educação. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

CASTANHAL. **Lei Municipal nº 026/12, 10 de maio de 2012**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Rede Pública municipal de ensino de Castanhal e dá providências correlatas.

_____. **Decreto nº 002/2019, 09 de janeiro de 2019**. Estabelece diretrizes para a aplicação da legislação municipal relativa aos Profissionais do magistério. Castanhal, PA, jan 2019

CARISSIMI, Aline Chalus Vernick. **Ação sindical na construção da agenda política: um estudo sobre as reivindicações e negociações da APPSINDICATO com os governos entre os anos de 2003 e 2015**. 2016. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CARVALHAL, M. D.. Trabalho, sindicatos e gestão territorial da sociedade. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 1, n.1, p. 99-119, 2000.

CARVALHO, Maria Regina Viveiros de. **Perfil do professor da educação básica**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

CESÁRIO, Eliane Monteiro. **Sindicato x associação: entenda as diferenças.** Disponível em: <<https://www.sinditamaraty.org.br/comunicacao/noticias/7201-5-perguntas-sobre-movimento-sindical>>. Acesso em: 22.07.2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. **Gênero e sindicalismo docente: uma análise da produção acadêmica na pós-graduação.** 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

_____. Pesquisas sobre gênero e sindicalismo docente: o que dizem a respeito da participação sindical das mulheres?. In: XXXVII Reunião Anual da ANPEd, 2015, Florianópolis. **Anais da XXXVII Reunião Anual da ANPEd.** Rio de Janeiro: ANPEd, 2015. v. 1. p. 1-13

CORTEZ, P. A.; SOUZA, M. V. R. ; AMARAL, L. O. ; SILVA, L. C. A. . A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. **CADERNOS SAÚDE COLETIVA**, v. 25, p. 113-122, 2017.

CRUZ, César Albenes de Mendonça. Sindicato e partido político em Gramsci. **Argumentum** (Vitória), v. Vol.1, p. 50-62, 2009.

CRUZ, Hέλvia Leite. **Condições de construção histórica do sindicalismo docente na educação básica.** Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 2008.

DIAS, R. A. M.. **Marcos teóricos, paradigmas e sentidos da participação: faces diversas de um mesmo espelho.** In: VI Conferência Regional de ISTR para América Latina e El Caribe, 2007, Salvador, 2007. p. 1-12.

DINIZ, Eder Carlos Cardoso. **Sindicalismo, docência e formação política do professor da educação básica pública.** 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis.

DUARTE, Newton. Luta de classes, educação e revolução. In: SAVIANI, D.; DUARTE, N (orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar.** Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Tradução: Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo; Global, 1985.

_____. **O sistema de trabalho assalariado.** In: In AGUENA, Paulo (Org.). O Marxismo e os Sindicatos. São Paulo: Sundermann, 2008a.

_____. **Abolição do sistema assalariado.** In AGUENA, Paulo (Org.). O Marxismo e os Sindicatos. São Paulo: Sundermann, 2008b.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Tradução B. A. Schumann. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2008c.

ESPAÇO SOCIALISTA. **Jornal 70: a judicialização das lutas tem suas origens no modelo fascista**. 22 de julho de 2014. Disponível: < <http://espacosocialista.org/portal/2014/07/jornal-70-julho-de-2014-a-judicializacao-das-lutas-tem-suas-origens-no-modelo-fascista/>>. Acesso: 02.04.2019.

ESQUERDA ONLINE. **Revolução Russa: 100 anos esta noite**. Editorial especial de 7 de novembro. 2017. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2017/11/06/revolucao-russa-100-anos-esta-noite/>>. Acesso em: 22.07.2018.

FRANÇA, Teones. **Novo sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução**. São Paulo: Cortez, 2013.

FERRAZ, M. A. S.; GOUVEIA, A. B. Sindicalismo Docente e Política Educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. **Educar em Revista**, v. 48, p. 111-129, 2013.

FERREIRA, M. O. V. Somos todos trabalhadores em Educação: Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.2, p. 225-240, maio/ago. 2006.

FIGUEIREDO, Bruno. **Jornada de Trabalho exaustiva e hiperexploração da mais-valia**. Esquerda Online. 2017. Disponível em: < <https://esquerdaonline.com.br/2017/04/23/jornada-de-trabalho-exaustiva-e-hiperexploracao-da-mais-valia/>>. Acesso: 19 out. 2018.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. **Locus** (Juiz de Fora), v. 13, p. 61-86, 2007.

FREIRE, Alipio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville. **Tiradentes, um presídio da ditadura**: memórias de presos políticos. São Paulo: Spicione, 1997.

FREIRE, Juciley Silva Evangelista. Concepções de participação nas políticas educacionais: fundamentos sócio-históricos. **Revista Desafios**, v. 2, p. 31-66, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Francisco Máuri de Carvalho. **Esporte em democracia: gênese do Político**. Vitória (ES): EDUFES, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio; MOLINA, Helder. Estado, educação e sindicalismo: no contexto da regressão social. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n. 6, p. 37-51, jan./jun. 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, M. Estado e sindicalismo docente: 20 anos de conflitos. **Revista ADUSP**, São Paulo, p. 14-20, dez. 1996.

GALVÃO, Andréia. **Burocratização e autonomia sindical: por uma perspectiva não reducionista**. In: VIII Colóquio Marx e Engels, 2015, p. 1-8.

GARCIA, M. M. A.; ANADON, S. B. Reforma educacional, intensificação e autointensificação do trabalho docente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 63-86, jan./abr. 2009.

GEMAQUE, Rosana Maria Oliveira; MENEZES, J. ; GUERREIRO, T.. **Impactos do FUNDEF na composição das matrículas no Estado do Pará**. In: 23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação-ANPED, 2000, Caxambú. Goiânia: ANPED, 2000. p. 401-408.

GIANNOTTI, Vito. **O que é estrutura sindical**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GINDIN, Júlian; MELO, Savana Diniz Gomes. A internacionalização do debate sobre o sindicalismo dos trabalhadores em educação na América Latina. In: DAL ROSSO, Sadi (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação: Organização e lutas**. Brasília (DF): Paralelo 15, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

GOIS, J. C. S.; BIZERRA, F. A. . Estado e Capital: uma ineliminável relação de complementariedade à base material. **Revista Katálysis**, v. 14, p. 77-86, 2014.

GORENDER, Jacob. Introdução. In: MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; FERRAZ, Marcos. (Org.). **Educação e Conflito: luta sindical docente e novos desafios**. Curitiba: Appris, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Sobre Democracia Operaria e outros textos**. Biblioteca Ulmeiro n.4. Lisboa/Portugal: Ulmeiro. 1976.

_____. Sindicatos e Conselhos. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 17ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IASI, Mauro Luis. Educação e consciência: desafios estratégicos. **Perspectiva**, v. 31, p. 67-80, 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2016**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150240>>. Acesso em: 18 abril 2017.

_____. **Dados de Ensino, matrícula, docentes e rede escolar de Castanhal-PA**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150240&idtema=156&search=para|castanhal|ensino-matriculas-docentes-e-rede-scolar-2015>>. Acesso em: 18 abril 2017.

KRUPSKAIA, Nadejda. **Lênin, propagandista e agitador**.1939. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/krupskaja/1939/mes/lenin.htm>>. Acesso em: 30 jan 2019.

LANÇA, Héliida Balardini. **O jornal sindical e a formação política: o caso da UDEMO junto aos diretores de escola da rede estadual paulista**. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Sobre as greves**. Traduzido por Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Luís Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Editora Vitória, 1961.

_____. Sobre as greves. In: AGUENA, Paulo (Org.). **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

_____. **Que fazer?** Desafios candentes do nosso movimento. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LINHARES, M. C. S. ; CASTRO, E. B. ; CARVALHO, A. B. . **O papel da comunicação sindical na formação política dos trabalhadores**. In: 8º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação, 2017, Aracaju. Anais do 8º SIMEDUC. Aracaju, 2017.

LOURO, G. L.. Mulheres nas salas de aula. In: Mary del Priore. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto e UNESP, 1997, p. 443-481.

LUKÁCS. George. **Ontologia do Ser Social. Os princípios Ontológicos Fundamentais de Marx**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUXEMBURGO, Rosa. Greve de massas, partido e sindicatos. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (org.). **As armas da crítica: antologia do pensamento de esquerda**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUZ, Silvia Letícia D' Oliveira. **Sindicalismo e educação no estado do Pará: as repercussões da luta sindical sobre o trabalho docente**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará, 2017.

MARIANO, CYNARA MONTEIRO. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **REVISTA DE INVESTIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS**, v. 4, p. 259-281, 2017.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982a.

_____. Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório. As Diferentes Questões. Fonte: Obras Escolhidas em três tomos, Editorial "Avante!". Traduzido do inglês por José Barata-Moura. Lisboa – Moscovo: Editorial "Avante!" – Edições Progresso, 1982b. Transcrição: julho de 2008. Disponível em: <<https://www.marxists.org/português/marx/1866/08/instrucoes.htm#n41>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. **Miséria da Filosofia**. Tradução João Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

_____. **O 18 brumário de Luiz Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2003.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Papel econômico dos sindicatos.** In: AGUENA, Paulo (Org.). O Marxismo e os Sindicatos. São Paulo: Sundermann, 2008a.

_____. **A luta entre o capital e o trabalho e os seus resultados.** In: AGUENA, Paulo (Org.). O Marxismo e os Sindicatos. São Paulo: Sundermann, 2008b.

_____. **O Capital:** Crítica da Economia Política. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Miséria da filosofia.** Tradução: José Paulo Netto. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sindicalismo.** São Paulo: Ched, 1980.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MASSON, G.. A valorização dos professores e a educação básica nos estados. Retratos da Escola, v. 10, p. 157-174, 2016.

MAUÉS, Olgaízes Cabral. Organização dos docentes e ação sindical. In: MAUÉS, Olgaízes Cabral. (Org.). **O Trabalho Docente na Educação Básica:** o Pará em questão. 1ª. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

MEDEIROS, Maria Diva. **A escola rural e o desafio da docência em salas multisseriadas:** o caso do Seridó norterio-grandense. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O poder da ideologia.** Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

MISAILIDIS, Mirta Lerena de. **Os desafios do sindicalismo brasileiro diante das atuais tendências.** São Paulo: Ltr Editora, 2001.

MOREIRA, Alberto da Silva. Contribuição da Teoria da Libertação para os movimentos sociais. **Revista Caminhos.** v. 10, n. 2, p. 37-55, jul./dez. 2012.

MOURA, Alessandro de. **A classe e a não-classe em Marx.** In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina - Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?, 2008, Londrina. Anais do III Simpósio, 2008.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** 1. Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Dalila. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, v. 44, p. 209-228, dez. 2006.

_____. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, n. especial 1, p. 17-35, 2010.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Revista Travessias**, Cascavel, v.2, n. 3, p.1-16, 2009.

OLIVEIRA, Edgard Leite de. **Greve dos Trabalhadores da Educação da Rede Estadual de Minas Gerais em 2011 - Experiências e Sujeitos**. 2016. 332 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

OTTONI, D. N.; GOMES, M. N. A evolução do valor do trabalho: da negação na antiguidade à centralidade no sistema filosófico marxista. In: **XXIII Conpedi**, 2015, João Pessoa. p. 208-238.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 3ª ed. São Paulo: expressão Popular, 2013.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1. **Maioria dos municípios não paga o piso salarial aos professores, diz MEC**. 2017. Disponível em:<<https://g1.globo.com/educacao/noticia/maioria-dos-municipios-nao-paga-o-piso-salarial-aos-professores-diz-mec.ghtml>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

RÊSES, Erlando da Silva. O Sentido da Prática Sindical entre os Atores Sociais do Sindicalismo Docente da Educação Básica da Cidade Maravilhosa. **Revista Inter-Legere (UFRN)**, nº 9, p. 118-142, 2011.

RIBEIRO, Maria Edilene S. **A gestão universitária: um estudo na UFPA, de 2001 a 2011**. 2013. 290f. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade Federal do Pará. Belém (PA), 2013.

ROSSI, Waldemar; GERAB, Willian Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. São Paulo: Expressão Popular: 2009.

RODRIGUES, L. M. O sindicalismo corporativo no Brasil. In: **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 38-65, 2009.

SANTOS, MARILENE. Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação. Ensaio. **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, p. 185-212, 2018.

SARTORI, Ari José. Homens e relações de gênero entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Celi Regina. (Org.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, 2001. p. 216-239.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na reforma do Estado**. São Paulo, Cortêz, 2003.

SILVA, Afonso Rodrigues da. **As implicações do PSPN para a carreira e a remuneração do magistério da rede municipal de Barcarena-PA**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, 2017.

SILVA, Juan Carlos da. **A política educacional do governo José Serra (2007-2010): uma análise da atuação da APEOESP**. 2013. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SILVA, J. S.. A Organização Sindical na Perspectiva Marxista. In: **Colóquio Nacional - Marx e o Maxismo: teoria e prática**, 2011, Niterói - RJ. Anais do Colóquio Nacional - Marx e o Maxismo: teoria e prática. Niterói - RJ: NIEP-MARX, 2011. v. Único. p. 1-21.

SILVA, Julio Cesar G.. Consciência de classe e partido revolucionário em Gramsci. **Cadernos Cemarx**, v. 4, p. 41-54, 2007.

SOUZA, Terezinha M S ; DUCATTI, Ivan . O enfrentamento do assédio moral pelos sindicatos: contribuições marxistas. **Cadernos de Psicologia Social Do Trabalho**, v. 20, p. 79-94, 2017.

TANURI, Leonor. **O ensino normal no estado de São Paulo: 1890-1930**. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1979.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

TROTSKY, LEON. **Comunismo e sindicalismo**. In AGUENA, Paulo (Org.). O Marxismo e os Sindicatos. São Paulo: Sundermann, 2008a.

_____. **Os sindicatos na época da decadência imperialista**. In: AGUENA, Paulo (Org.). O Marxismo e os Sindicatos. São Paulo: Sundermann, 2008b.

_____. **Escritos sobre sindicato**. 2. ed. Brasília: Nova Palavra, 2009.

VIANA, Adriely Cordeiro Lima. **A carreira e a remuneração dos professores da rede pública municipal de ensino de Castanhal-PA**. 2018. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED, do Instituto de Ciência da Educação - ICED, da Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém.

VIANNA, Cláudia Pereira. **Os nós do “nós”**: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosario Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE 1
QUESTIONÁRIO APLICADO COM PROFESSORES FILIADOS E NÃO FILIADOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Projeto de Pesquisa: Sindicalismo docente: um estudo sobre a participação sindical dos professores da rede municipal de Castanhal-PA no SINTEPP-PA, no período 2010-2018.

Questionário de Pesquisa

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: masculino feminino

Escola: _____

1. Qual o seu nível de formação?

- médio completo normal superior incompleto: _____
 médio completo magistério superior completo: _____
 pós graduação: _____

2. Trabalha em qual(s) rede(s) de ensino? E qual sua carga horária total de trabalho?

- municipal _____ horas.
 estadual _____ horas.
 federal _____ horas.
 privada _____ horas.
 outro município: _____ horas.

3. Em qual etapa ou modalidade você atua na rede municipal de Castanhal?

- Educação Infantil Séries Iniciais do E. F.
 Séries Finais do E.F. Educação de Jovens e Adultos

4. Você é efetivo ou contratado da rede municipal de Castanhal? Há quanto tempo?

- efetivo _____
 contratado _____

5. Você é filiado ao SINTEPP-Castanhal, há quanto tempo?

- sim não

Por quê?

6. Você considera importante a atuação do SINTEPP-Castanhal? Por quê?

- sim não

JUSTIFIQUE: _____

7. Você participa das ações (assembleias, greves, atos, reuniões) do SINTEPP-Castanhal? Por quê?

sim, sempre . sim, às vezes. não.

JUSTIFIQUE: _____

8. Em sua opinião, o que contribui para que os professores não participem do sindicato?

9. De que forma você se mantém informado sobre as ações do sindicato? Existe algum instrumento de comunicação?

10. Como você percebe a atuação do sindicato? Por quê?

11. A direção do sindicato incentiva a sua participação nas ações? De que forma?

12. Na sua opinião o que deve ser feito para que os professores participem ativamente no sindicato?

13. Qual a sua identidade de classe? (*marque apenas uma resposta*)

Profissional Trabalhador(a) da Educação
 outro: _____ nenhuma

14. Participa de alguma organização política ou social?

Partido: _____ Associação: _____
 Outra: _____ Nenhuma

APÊNDICE 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: Sindicalismo docente: um estudo sobre a participação sindical dos professores da rede municipal de Castanhal-PA no SINTEPP, no período 2010-2018.

Coordenador: Victor Fernando Ramos de Oliveira

1. Natureza da pesquisa: Você é convidado a participar desta pesquisa, que tem como finalidade investigar a participação docente nas ações do SINTEPP- subsele Castanhal e como vem se concretizando, no período de 2010-2018.
2. Participantes da pesquisa: Professores efetivos da rede municipal de Castanhal-PA
3. Envolvimento na pesquisa: Ao participar deste estudo você responderá a um questionário com um conjunto de perguntas, para as quais você responderá. Para tanto, você deverá autorizar a utilização das informações; Você tem a liberdade de recusar a participar sem qualquer prejuízo para você.
4. Riscos e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações, talvez apenas um pequeno sentimento de timidez que algumas podem sentir diante das questões apresentadas;
5. Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais e anônimas, por este motivo você não terá que se identificar em nenhuma parte do questionário. Esclarecimento ainda que estas informações serão veiculadas apenas no meio científico;
6. Ao participar desta pesquisa você deverá ter nenhum benefício direto. Entretanto, as informações são fundamentais para a constituição de uma Dissertação de mestrado vinculada ao PPGED/ICED/UFPA;
7. Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa. E nada será pago em razão de sua colaboração que é voluntária.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecida(o) sobre o conteúdo da mesma, assim como seus riscos e benefícios. Declaro, que, por minha livre vontade, aceito participar da pesquisa cooperando com as informações para a mesma.

Castanhal-PA, _____ de _____ de _____.

Assinatura

APÊNDICE 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS COORDENADORES DO SINDICATO

Eixo 1. O ENTREVISTADO

1. Fale da sua profissão destacando os aspectos de ingresso, anos iniciais, escolha profissional, e atualidade.
2. Em que momento da sua atuação profissional você teve acesso as informações sindicais?
3. O que mobilizou sua participação direta nas atividades sindicais?
4. Na sua rotina de trabalho qual o tempo, carga horária semanal você dedica as atividades sindicais? Caso não esteja liberado, qual a sua carga horária de trabalho?

Eixo 2. O SINDICATO

5. Quais as principais lutas e conquistas da categoria?
6. Como ocorre a comunicação entre a direção do sindicato e a categoria da zona urbana e zona rural?
7. Como o sindicato atua na formação para a categoria?
8. Qual a relação estabelecida com outras organizações e movimentos sociais?
9. Qual a relação estabelecida com os governos?

Eixo 3. A PARTICIPAÇÃO SINDICAL

10. Como você avalia a participação da base no conjunto das ações sindicais?
11. Como o sindicato atua para possibilitar a participação dos trabalhadores da educação?
12. Como a direção o sindicato mobiliza sua base na zona rural e zona urbana?
13. Que ações são realizadas para mobilizar os não sindicalizados?
14. Na sua opinião, o que contribui para que muitos professores da RMC não participem do sindicato.

APÊNDICE 4

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: Sindicalismo docente: a participação sindical dos professores da rede municipal de Castanhal-PA no SINTEPP.

Coordenador: Victor Fernando Ramos de Oliveira

1. Natureza da pesquisa: Você é convidado a participar desta pesquisa, que tem como finalidade investigar a participação docente nas ações do SINTEPP- subsede Castanhal.
2. Participantes da pesquisa: Coordenadores do SINTEPP-Castanhal
3. Envolvimento na pesquisa: Ao participar deste estudo você será entrevistado seguindo um roteiro com um conjunto de perguntas, para as quais você responderá. Para tanto, você deverá autorizar a utilização das informações; Você tem a liberdade de recusar a participar sem qualquer prejuízo para você.
4. Riscos e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações, talvez apenas um pequeno sentimento de timidez que algumas podem sentir diante das questões apresentadas;
5. Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais e anônimas, por este motivo você não terá que se identificar em nenhuma parte do questionário. Esclarecimento ainda que estas informações serão veiculadas apenas no meio científico;
6. Ao participar desta pesquisa você deverá ter nenhum benefício direto. Entretanto, as informações são fundamentais para a constituição de uma Dissertação de mestrado vinculada ao PPGED/ICED/UFPA;
7. Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa. E nada será pago em razão de sua colaboração que é voluntária.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecida(o) sobre o conteúdo da mesma, assim como seus riscos e benefícios. Declaro, que, por minha livre vontade, aceito participar da pesquisa cooperando com as informações para a mesma.

Castanhal-PA, _____ de _____ de _____.

Assinatura